



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Fernanda Azevedo dos Santos Lima

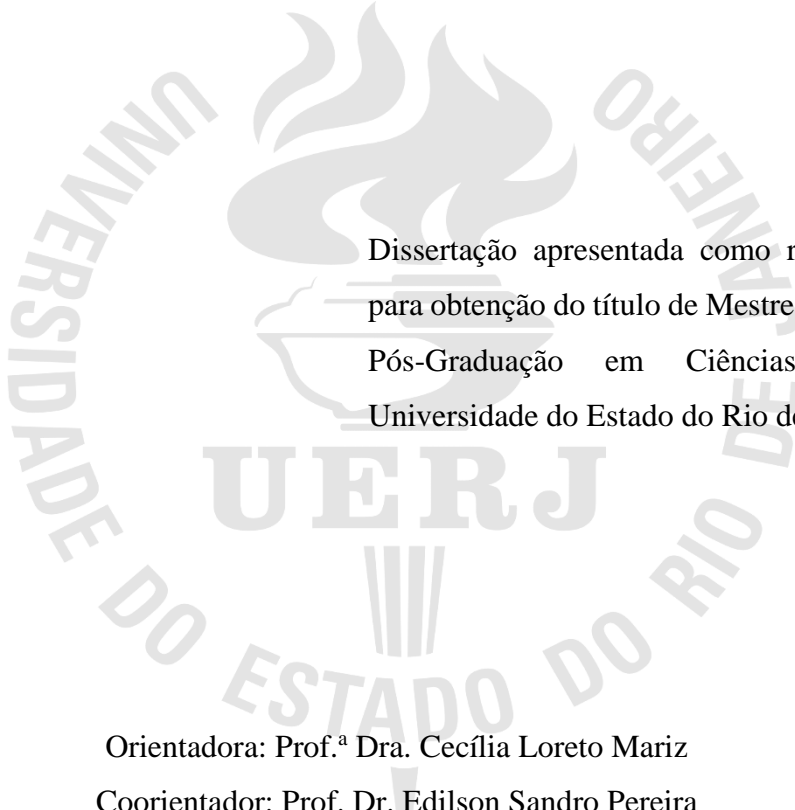
Católicos como minoria no espaço prisional

Rio de Janeiro

2021

Fernanda Azevedo dos Santos Lima

Católicos como minoria no espaço prisional



Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cecília Loreto Mariz

Coorientador: Prof. Dr. Edilson Sandro Pereira

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L732 Lima, Fernanda Azevedo dos Santos.
Católicos como minoria no espaço prisional / Fernanda Azevedo dos Santos
Lima. – 2021.
107 f.

Orientadora: Cecília Loreto Mariz.
Coorientador: Edilson Sandro Pereira.
Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto
de Ciências Sociais .

1. Obras da Igreja junto aos presidiários – Teses. 2. Católicos – Teses. 3.
Evangelismo – Teses. I. Mariz, Cecília Loreto. II. Pereira, Edilson Sandro. III.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 258

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fernanda Azevedo dos Santos Lima

Católicos como minoria no espaço prisional

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Cecília Loreto Mariz (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Prof. Dr. Edilson Sandro Pereira (Coorientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Sandra Sá Carneiro
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dra. Silvia Regina Alves Fernandes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico às mulheres: às privadas de liberdade, à Luiza Braga, à Jamila Azevedo.

AGRADECIMENTOS

O céu de repente anuviou
E o vento agitou as ondas do mar (...)
Só Deus sabe o quanto se labutou
Custou, mas depois veio a bonança
E agora é hora de agradecer.

Este trabalho só foi possível devido ao convite do Padre Bernardo Colgan, à acolhida da Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro e às mulheres privadas de liberdade do Instituto Penal Oscar Stevenson.

Ao Padre Carlos Davis, ao diácono Roberto dos Santos, à advogada membro da Pastoral Carcerária de Niterói Cíntia Valle, à Maria do Carmo Lima, conhecida por pastora Kaká e também e os contatos fornecidos pelo diácono Sebastião Bernardino.

Meus agradecimentos a CAPES, que financiou minha permanência no Mestrado e possibilitou esta pesquisa.

São muito especiais e dignos de todos os agradecimentos os meus orientadores Prof^ª. Dr^ª. Cecília Mariz e Prof. Dr. Edilson Pereira. Estimularam-me, foram sensíveis, não me deixaram desamparada em nenhum momento. Deram contribuições ímpares a esse trabalho.

Professora Cecília muito dedicada e presente e Professor Edilson, que me orienta desde a graduação/monografia e que acreditou nesse trabalho quando eu desacreditei.

Agradeço também à Prof^ª. Dr^ª. Sandra Carneiro, que me apontou um caminho de análise, quando eu já não enxergava nada.

Agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Silvia Fernandes, que se dispôs a participar da banca de avaliação deste trabalho.

Agradeço aos que não me deixaram desanimar e me fizeram continuar, quando me parecia pesado e quase insuportável continuar no presídio. Ao meu marido e parceiro Luiz Cláudio, que me deu forças todo o tempo, que me ouviu lendo partes deste trabalho inúmeras vezes. Aos meus amigos Juliana Nogueira, André Teixeira, Fátima Pereira, Tiago Crispim, Eva Teresinha e à família Narciso.

Ao Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes, que me possibilitou estudar, reforçar a minha identidade de mulher favelada e pobre. E, que me faz sonhar e lutar pela inclusão de outros jovens pretos, pobres e favelados nas universidades públicas.

A Deus, Maria, Jesus, aos Santos, às energias positivas, à vida, à toda força religiosa do bem e do amor, que não são “acadêmicas”, mas dão forma à minha fé.

Aos meus amados e amadas professores e professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da graduação e do Mestrado, todos tão especiais e admiráveis! Esta é a universidade do meu coração!

RESUMO

LIMA, Fernanda Azevedo dos Santos. *Católicos como minoria no espaço prisional*. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho é uma etnografia sobre a presença dos agentes religiosos católicos no espaço prisional como grupo minoritário se comparado aos evangélicos pentecostais e neopentecostais. O presídio em questão é o Instituto Penal Oscar Stevenson, localizado em Benfica – Rio de Janeiro, uma unidade prisional feminina. Apresento a perda do monopólio da Igreja Católica no acompanhamento religioso aos presídios; a composição da identidade da Pastoral Carcerária pautada na racionalização e no humanismo, as dissonâncias entre as expectativas e a prática durante a assistência religiosa e as diferenças na linguagem (católica e evangélica) como possíveis respostas à questão central: por que católicos se posicionam como minorias nos presídios se comparados aos (neo)pentecostais?

Palavras-chave: Pastoral Carcerária. Minoria católica. Evangélicos pentecostais e neopentecostais. Linguagens religiosas.

ABSTRACT

LIMA, Fernanda Azevedo dos Santos. *Catholics as a minority in the prison space*. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The present work is an ethnography about the presence of Catholic religious agents in the prison space as a minority group if compared to Pentecostal and Neopentecostal evangelicals. The prison in question is the Oscar Stevenson Penal Institute, located in Benfica - Rio de Janeiro, a female prison unit. I present the loss of the monopoly of the Catholic Church in the religious accompaniment in prisons; the composition of the identity of the Pastoral Carcerária based on rationalization and humanism, the dissonance between expectations and practice during religious assistance and the differences in language (Catholic and Evangelical) as possible answers to the central question: why Catholics position themselves as minorities in prisons compared to (neo)Pentecostals?

Keywords: Prison Ministry. Catholic minority. Pentecostal and neopentecostal evangelicals. Religious languages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 COMPREENDENDO A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PASTORAL CARCERÁRIA DO RIO DE JANEIRO.....	13
1.1 A relação histórica entre Igreja Católica, presídios e a nova força evangélica.....	13
1.2 O contexto de criação da Pastoral Penal (1972)	16
1.3 Católicos, pentecostais e neopentecostais em relação hoje	23
1.4 A Pastoral Carcerária: da Redemocratização aos dias atuais	26
1.5 Em campo: a formação religiosa e civil para a assistência religiosa católica.....	29
1.6 Entre os agentes católicos: dificuldades e entraves no ingresso aos presídios.....	40
1.7 Quando evangélicos são minoria: a visão de uma pastora Metodista	42
2 DA FORMAÇÃO À PRÁTICA NO INSTITUTO PENAL.....	45
2.1 Conhecendo o Instituto Penal Feminino Oscar Stevenson	45
2.2 As cores como demarcadores de poder	53
2.3 Assistência Religiosa como prática catequética: “A Igreja”.....	56
2.4 Assistência Religiosa: Direitos Humanos ou disciplina religiosa?	59
2.5 Contradições entre a formação e a atuação	63
2.6 Católicos fora da “Capela” da IURD e o Altar sem Nossa Senhora	64
3 LINGUAGENS CATÓLICA E (NEO)PENTECOSTAL NO PRESÍDIO.....	70
3.1 Mudanças na Pastoral: de grupo religioso a grupo de escuta	71
3.2 As linguagens mágica e racionalista da religião	73
3.3 A demanda por religião: “A gente quer é louvar, padre”	78
3.4 Problemas Espirituais ou psicológicos?	87
3.5 As “Marias do Cárcere”: identificações das encarceradas com Maria	91
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca responder à questão que atravessa esse trabalho: por que católicos se posicionam como minoria se comparados aos pentecostais e neopentecostais nos presídios do Rio de Janeiro? É uma pergunta que desperta reflexões, visto que católicos compõem a maioria numérica no Brasil¹. Contudo, ainda que católicos sejam maioria em números absolutos, maiorias e minorias se constituem a partir da relação de poder que exercem.

Iniciemos com a Igreja Católica, instituição com a qual se identifica a religião que sempre foi majoritária entre os brasileiros. Apesar disso, a imagem com a qual o catolicismo no Brasil melhor se adequa não é a da maioria, e sim a da totalidade (GIUMBELLI, 2006, p. 7).

Portanto, enquanto católicos permanecem “totalidade”, tendo maior número de adeptos no Brasil, pentecostais e neopentecostais saem de uma posição histórica de minoria e após os anos de 1980 no Brasil, crescem, ganham notoriedade e empreendem um projeto de maioria, conforme apresentado por Giumbelli (2006).

Através da interação com interlocutores que formam essa rede de relações, analiso que os evangélicos (neo)pentecostais exercem papel de maioria no presídio, gerando maior identificação entre as mulheres privadas de liberdade e os agentes carcerários e que mesmo a assistência religiosa católica não consegue passar indiferente à “linguagem evangélica”. Para compreender o percurso que possibilitou essa análise, discorro sobre meu acesso à Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro, seus agentes religiosos e líderes e ao Instituto Penal Oscar Stevenson.

Em meados de 2018, eu recebi o convite do padre Bernardo, que conheço há onze anos, para me integrar à Pastoral Carcerária (PCR), um grupo da Igreja Católica que acompanha os presídios do Rio de Janeiro. Então, participei da primeira formação para agentes religiosos da Pastoral Carcerária, em julho de 2018.

A partir daí participei de duas assembleias formativas da Pastoral Carcerária, que são anuais e que reúnem membros da PCR de todo o Estado, em 2018 e 2019. Estive em várias

¹ Pesquisa Datafolha 2020 mostra que católicos são 50%, enquanto evangélicos são 31% da população brasileira. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

reuniões diocesanas, integrei a coordenação diocesana e participei de uma reunião da PCR com o então subsecretário de Tratamento Penitenciário da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Sr. Gilson Nogueira.

Estive de julho de 2018 até fevereiro de 2019 participando de formações e encontros até adentrar pela primeira vez no presídio Oscar Stevenson como membro da PCR, um presídio que, nesse período, era feminino. Essa experiência me motivou a fazer esta pesquisa.

O Oscar Stevenson, até fevereiro de 2020, era uma unidade prisional feminina de regime semiaberto, localizada em Benfica, Zona Norte do Rio de Janeiro. Isso significa que as internas possuem o direito de trabalhar dentro do presídio ou externamente, tendo, portanto, a possibilidade de saírem para desenvolverem suas atividades laborais.

Atualmente, o presídio tornou-se uma unidade masculina de triagem, onde ficam os presidiários recém detidos e que esperam pela audiência de custódia para serem encaminhados a outros presídios. Isso aconteceu porque no dia 29 de janeiro de 2020, a unidade prisional José Frederico Marques, que ficava ao lado do presídio Oscar Stevenson, pegou fogo por conta de um curto-circuito nos aparelhos de ar-condicionado. Todos os homens que estavam ali foram transferidos para esta unidade. E todas as mulheres que estavam no Oscar Stevenson foram transferidas para Niterói.

Estive acompanhando a assistência religiosa católica no Oscar Stevenson desde fevereiro de 2019 até dezembro do mesmo ano, tendo anteriormente estabelecido contatos e participado das formações para tornar-me agente religiosa católica e ganhar a autorização religiosa e civil para adentrar este presídio. Essa assistência religiosa acontecia às quartas feiras de 9h às 11:30.

Nesta unidade prisional há sete instituições cadastradas para desenvolver atividades de assistência religiosa junto às internas, sendo que cinco destas inscrições são de igrejas de denominação evangélica, uma espírita kardecista e outra católica. Por meio da observação participante, possibilitada por meio da minha inserção religiosa como agente de pastoral da igreja católica nesta unidade prisional, aponto a atuação da Igreja Católica no presídio como grupo minoritário, a partir do fenômeno de expansão dos grupos de denominações evangélicas pentecostal e neopentecostal.

As igrejas habilitadas para desenvolver atividade de assistência religiosa no Instituto Penal Oscar Stevenson são: 1- Metodista; 2- Assembleia de Deus Parque Fluminense; 3- Convenção Batista, 4- Missionária de Jesus Cristo; 5- Universal do Reino de Deus, 6- Pastoral Carcerária da Igreja Católica Apostólica Romana, 7- Grupo Espírita Amelie Boudet. Das cinco instituições evangélicas cadastradas, três delas são pentecostais e neopentecostais. Conforme

Lobo (2002) apresenta, os grupos evangélicos aumentaram sua atuação em presídios no Brasil a partir da década de 1990, o mesmo período do auge do crescimento do pentecostalismo no país. A autora aborda as parcerias construídas entre agentes religiosos evangélicos e diretores dos presídios, que tornam a atuação de evangélicos nos presídios mais receptível do que a de qualquer outra denominação religiosa. Essa parceria é estabelecida por meio da contribuição material dada por agentes evangélicos para o presídio, conforme a demanda apresentada por cada diretor/a, o que seria responsabilidade do Estado; também para presidiários/as e seus familiares. Aponta também a facilitação da entrada de agentes religiosos evangélicos quando a direção é evangélica.

Lobo (2002) apresenta, ainda, a “pacificação” dos/as presidiários/as evangélicos, indicada pela direção do presídio como uma contribuição dos agentes evangélicos para a tranquilidade nos presídios, o que ajuda na manutenção da direção nas unidades. Como pesquisadora e agente religiosa católica, percebi em campo as dificuldades e inibições forjadas pelos agentes penitenciários à entrada e acesso da Pastoral Carcerária (PCR) na unidade Oscar Stevenson, bem como ouvi relatos de agentes católicos de outras unidades prisionais do Rio de Janeiro. Muitos deles corroboram para o que Lobo apontou em seu trabalho monográfico de mestrado.

Indo além da perspectiva utilitarista das relações entre grupos religiosos evangélicos e presidiárias, sem, contudo, ignorar essas relações que são significativas, procuro refletir sobre a força do sentido que a linguagem evangélica traz ao espaço prisional. Ao comparar essa “linguagem específica” apreendida nos relatos das internas, com a perspectiva e “linguagem católica”, apreendida por meio da minha formação e da escuta de outros agentes religiosos católicos, proponho uma explicação alternativa para a expansão dos grupos evangélicos nos presídios e para a perda de espaço da Igreja Católica nos mesmos.

No capítulo I, apresento minha entrada no campo, a identidade da Pastoral Carcerária no Rio de Janeiro, as formações da Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro que participei e toda a expectativa sobre a atuação nos presídios. São formações voltadas à defesa dos Direitos Humanos, denunciando casos de violência, tortura e negação de direitos essenciais. Exponho também situações de dificuldade para a entrada de católicos nos presídios relatados por agentes religiosos.

No capítulo II, discorro sobre a minha entrada no presídio Oscar Stevenson. Analiso que as expectativas e objetivos apresentados nas formações não alcançam sua efetivação dentro do presídio. Agentes carcerários também esperam uma postura disciplinadora da Igreja Católica, bem como dos evangélicos. E, pelo que foi observado, ainda que tivéssemos ouvido relatos de

torturas e termos diversas vezes escutado falarem sobre receberem comida estragada, no período em que estive acompanhando a assistência religiosa, nunca houve denúncia sobre isso. Contudo, as restrições para a entrada da Pastoral Carcerária nos presídios se dão mais por conta da identificação religiosa dos agentes carcerários, em sua grande maioria evangélicos neopentecostais. Além de compreender que católicos são minoria no presídio mais por uma condição interna, visto que há pouca adesão de voluntários à Pastoral.

No capítulo III, apresento as “linguagens específicas”. Embora haja expectativas iguais sobre a atuação da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas, as linguagens permanecem diferentes. A (neo)pentecostal tem caráter proselitista e mágico, enquanto que a da Pastoral Carcerária é racionalizante e mais secularizada. Episódios etnográficos mostrarão a força do sentido da linguagem (neo)pentecostal no presídio e a demanda das mulheres privadas de liberdade por religião.

1 COMPREENDENDO A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA PASTORAL CARCERÁRIA NO RIO DE JANEIRO

A formação da identidade da Pastoral Carcerária (PCR) se dá em diálogo com a história mais recente. A Pastoral é fundada em 1972, desde sua criação até 1986 recebe o nome de Pastoral Penal, carrega um propósito humanista e um discurso de racionalização pouco religioso ligado à Teologia da Libertação. Essa identidade desencantada contribui para que a PCR esteja numa posição de minoria em relação aos pentecostais e neopentecostais nos presídios do Rio de Janeiro, contrastando com a posição de hegemonia assumida anteriormente pela Igreja Católica durante um extenso recorte histórico no Brasil, que vai cedendo espaço para a nova força evangélica.

1.1 A relação histórica entre Igreja Católica, presídios e a nova força evangélica

Para compreender a perda do monopólio da Igreja Católica no Brasil e a ascensão da nova força evangélica, é preciso dialogar com a história, afim de analisar essa transição: Católicos deixam de ser maioria e tornam-se minoria nos presídios.

Desde a formação colonial do Brasil, a Igreja Católica esteve colaborando com os intentos colonizadores da coroa portuguesa, com seu processo catequizador. Os dois períodos em que as ideias protestantes foram trazidas ao país foram entre 1555 e 1560, com a ocupação do Rio de Janeiro pela França Antártica e a ocupação do Nordeste pelos holandeses de 1630 a 1654. Quando franceses e holandeses foram expulsos, a Igreja Católica voltou a ter monopólio no Brasil. E esse monopólio se estendia ao acompanhamento religioso dos presos (Assis, 2002).

A Casa de Correção da Corte, começou a ser construída na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, em 1834, embora só tenha sido oficialmente inaugurada em 1850 após a lei do Império, que apontava a necessidade de cadeias menos sujas e insalubres, por conta da preocupação sanitária (ARAÚJO, 2016). Havia a figura do capelão, que fazia o acompanhamento religioso dos presos, e que era exercido apenas pelo sacerdote da Igreja Católica.

Desde o século XIX, com a construção da Casa de Correção (1834), a assistência religiosa nas prisões tornou-se atribuição da Igreja Católica. A figura do capelão já existia para dar assistência aos presos. Nos registros encontrados nos Relatórios Ministeriais o agente religioso aparece descrito como “médico espiritual que está constantemente num hospital infeccionado” (LOBO, 2012).

Antes disso, porém, os que eram presos por qualquer delito, os que se revoltavam contra a corte ou os escravos que fugiam, todos cumpriam suas penas em calabouços sujos e com punições corporais, agressões e torturas; enquanto países europeus haviam rompido com a punição corporal e com os suplícios, que vigoraram na Europa até o século XVIII (ARAÚJO, 2016). E isso atravessa a nossa história, cadeia e tortura estão interligadas.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2013) apresenta a evolução dos meios coercitivos e punitivos para reprimir o criminoso e a criminosa, a partir de um estudo fundamentado em documentos históricos, redefinindo ao longo da história o que era uma punição justa e o que era desmedido, passando por um processo de “humanização” do punir, desde suplícios públicos até a criação de cadeias onde se retira do cenário público o transgressor das leis. No primeiro capítulo do livro, Foucault relata, o suplício público de Damiens, que foi condenado em 2 de março de 1757, na França, quando se usava a expressão “pedir perdão publicamente”. Havia no ritual a presença de membros do clero católico que acompanhavam e esperavam o arrependimento do condenado. Havia o momento da oração que era feita pelo capelão. Durante o suplício, Damiens implora a piedade de Deus e de Jesus. Ainda que soubesse que isso não o livraria da tortura e da morte, era uma resposta moral de controle do corpo e das emoções pela religião.

Esse relato de um suplício público ocorrido na França, mostra a participação da igreja católica na punição aos criminosos. No Brasil, o documento do arquivo nacional *Prisões, Presingangas e Cadeias na Colônia*, publicado em 2018², mostra que no mesmo século, em 1735, no Rio de Janeiro, antiga capital brasileira, a Igreja preocupava-se em diminuir o peso da punição dos seus clérigos, construindo um local de prisão específico para religiosos, evitando que os mesmos se misturassem aos presos comuns em presídios extremamente penosos.

Segundo o documento mencionado acima, o bispo D. Antônio de Guadalupe, vendo a situação dos presos comuns e desejando poupar os detentos clérigos das torturas, construiu a Aljube, na antiga Rua Acre, no bairro Saúde. Era um presídio úmido e sujo, mas menos insalubre nas suas instalações, para atender apenas os eclesiásticos. Com o tempo, por conta da

² O documento na íntegra pode ser acessado em:
http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4816:cadeia-do-aljube&catid=201&Itemid=215

superlotação nas demais cadeias, o Aljube se torna a “cadeia de Relação”, em 1823, quando são transferidos para lá presos comuns. E só foi demolida em 1906.

É importante ressaltar que presídio era voltado a atender o público masculino. Devido ao baixo índice de crimes provocados por mulheres, o Estado demorou até a pensar na população feminina e em presídio específico, conforme nos mostra Cláudia Regina Miranda de Freitas, professora de Direito penal e processual, em seu artigo *O cárcere feminino: Do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal (2012)*. O surgimento de presídio para mulheres acontece no século XVII:

O contexto da criação de centros de detenção femininos data do século XVII, quando se tem notícia do primeiro presídio feminino na Holanda, em Amsterdam, em 1645. No século XIX foi criada a primeira penitenciária feminina em Nova York, nos Estados Unidos, e surgiram, nesse período, as casas de correção femininas das quais se encarregava a congregação da Igreja Católica, Bom Pastor.

No Brasil, apenas na década de 1940 surge a primeira prisão especificamente para mulheres, em São Paulo. Este presídio era administrado pelas Irmãs do Bom Pastor. O presídio contava com apenas sete presidiárias. As freiras foram responsáveis pela administração por três décadas, ensinando trabalhos manuais às detentas e tarefas domésticas, conforme a pesquisa da tese de doutoramento da historiadora Mayara Paixão (2017), na Universidade de São Paulo (USP).

A autora mostra que a compreensão que vigorava era a de que elas haviam se desviado das suas “funções naturais”, que seria o cuidado doméstico e da família e por isso cometeram crimes. Usarei um termo religioso adotado no catolicismo, a “vocare”, termo em latim que significa chamado. A vocare ou vocação, é o chamado divino a que cada pessoa está submetida. A mulher era chamada ao cuidado com a casa e a família e, mesmo quando freira, dizia-se que era um casamento com Cristo e que era preciso cuidar de sua casa, a Igreja.

Com isso, a perspectiva do cuidado doméstico era vista como uma vocação divina destinada à mulher e, ao não realizar este chamado, estava desviando-se e, porque não dizer, pecando. Esta perspectiva muda na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II em 1963, quando a Igreja se abre, em parte, às transformações sociais. Com essa perspectiva, a mulher que foge de sua vocação ao cuidado doméstico é a mesma que comete crime. Voltando à sua “vocare”, seria ressocializada. Numa vinculação estreita entre religião e cidadania.

Cesare Lombroso, da antropologia criminal, afirmava que questões biológicas como a puberdade, a menstruação e a menopausa eram fatores que tornavam mulheres suscetíveis a cometerem crimes, que eram raros, visto que o autor defendia a passividade feminina

(FRANÇA, 2014) e eram crimes praticados no âmbito doméstico. Nessa mesma linha de análise, que Durkheim, o primeiro a pesquisar sociologicamente a criminalidade feminina, aponta abortos como crimes praticados por mulheres, ainda no ambiente da casa. E por isso, o crime cometido pela mulher era mais difícil de ser descoberto e era praticado contra idosos e crianças majoritariamente. Tendo maior dificuldade de descobrir a autoria, também era dificultada a punição.

O papel social feminino vem mudando ao longo da história. Vemos aumentar consideravelmente o número de mulheres encarceradas. Segundo pesquisa da INFOPEN 2018, houve um aumento de 656% no número de mulheres privadas de liberdade entre os anos de 2000 e 2016³. Para Lemgruber “à medida que as disparidades sócio-econômicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina” (LEMGRUBER, 1999, p. 6).

Na década de 1960 surgem mais iniciativas de visitas aos presídios, embora ainda centralizada nas figuras do sacerdote católico, o padre, ou na religiosa católica, a freira. Por muito tempo somente padres tiveram acesso aos presídios. As freiras, como vimos, passam a ser presença religiosa no presídio em 1940, com o surgimento do primeiro presídio feminino brasileiro. Em 1960, as freiras atendem também aos presídios masculinos e algumas Congregações Religiosas abrem conventos próximos às cadeias.

1.2 O contexto de criação da Pastoral Penal (1972)

A Pastoral Penal no Rio de Janeiro é fundada em 1972 por Padre Bruno Trombetta e recebe, em 1986, o nome Pastoral Carcerária. Essas informações foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com Padre Carlos Davis e diácono Roberto dos Santo. Os dois ministros ordenados da Igreja Católica são os membros mais antigos da Pastoral Carcerária vivos. A história do surgimento da Pastoral Carcerária no Brasil se perde por não haver sistematização de dados históricos e registros. O site oficial da PCR é impreciso e com falhas na sua linha do tempo. Trabalhos acadêmicos dos quais tive acesso apresentam a PCR a partir de sua inclusão

³ O crescimento de 656% no número de mulheres encarceradas no Brasil é muito expressivo. A socióloga Débora Diniz aponta algumas reflexões sobre o porquê desse crescimento. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/06/11/interna-brasil,687581/quantas-mulheres-estao-presas-no-brasil.shtml>

na Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1986. Provavelmente a primeira experiência de visitação aos presídios como pastoral da igreja foi fundada no Rio de Janeiro.

O clérigo Bruno Trombetta tem a descrição sobre seu percurso acadêmico no arquivo da Alerj de 2001, quando ganhou a medalha Tiradentes por seu trabalho em defesa dos Direitos Humanos dos presidiários durante a ditadura militar.

Padre Bruno Trombetta, nascido em 23 de agosto de 1927, na cidade de São Paulo - SP. cursou os estudos no seminário de São José do Rio de Janeiro, ordenou-se em 29 de junho de 1955, foi professor do seminário nos anos de 1958 e 1959, vigário cooperador da igreja de São Joaquim, no Estácio, em 1960 e neste mesmo ano foi para Roma - Itália para fazer estudos superiores.

Padre Bruno é Mestre em História da Igreja, pela Universidade Gregoriana, Mestre em Sociologia, pela Universidade Gregoriana, Mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Comunicação e Cultura, na ECO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bacharel em Arqueologia Cristã, pelo Instituto Pontifício de Arqueologia e possui o diploma de Arquivista pela escola de arquivo do Vaticano.⁴

Em 13 de março de 1971, Dom Eugênio Sales foi nomeado arcebispo do Rio de Janeiro, pelo então papa Paulo VI. O papa Paulo VI ficou conhecido por incentivar e contribuir com as transformações na Igreja Católica. A pastoral carcerária surgiu no papado de Paulo VI e bispado de D. Eugênio, um período de mudanças da Igreja Católica. Para entender esse período e essas mudanças é preciso voltar aos anos de 1960 quando Concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII para “arejar a igreja”. Esse Concílio, que durou 1960 a 1963, teve como objetivo geral aproximar a Igreja das demandas sociais de seu tempo. Com a morte de João XXIII, Papa Paulo VI levou o concílio adiante. A partir dele foi decretado que não só os católicos se salvariam, o que parece fundamental na ação da Pastoral Penal nos presídios, visto que não há uma busca pela conversão dos detentos e das detentas.

Em 1968 houve a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano Conferência que ocorreu em Medellín – Colômbia. O clero da Igreja Católica assumia naquele momento a “opção preferencial pelos pobres”. A partir dali houve a necessidade de uma teologia que atendesse a essa aspiração. Começa ali os primeiros passos da Teologia da Libertação, que se consolida teoricamente no livro *Teologia da Libertação- Perspectivas* em 1971 de Gustavo Gutierrez, teólogo peruano e sacerdote dominicano. A Teologia da Libertação ganha a América Latina e mostra que o céu não é escatológico, mas precisa ser construído na Terra através da busca por justiça social.

⁴ As informações podem ser encontradas no site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/dae85f46f020c57003256bc60068cf57/7399c8f7f73526ca03256b1a004cd108?OpenDocument>

Essa é a época em que crescem as chamadas Comunidades Eclesiais de Base que tinham por lema: “fé e vida: um olho na bíblia e outro na vida”. Nas igrejas havia formação bíblica, mas também política e atuação social para atender às demandas de sem teto, sem terra e pessoas em situação de vulnerabilidade social de maneira geral. A Teologia da Libertação teve sua efervescência da década de 1970 até a década de 1980. É durante este período que é fundada a Pastoral Penal, de 1972, conforme vimos anteriormente.

A Teologia da Libertação (TL) e as Comunidades Eclesiais de Base fomentaram muitas lutas políticas e conquistas sociais, pautando-se na teoria marxista, quanto à ideia de classes antagônicas, como um movimento libertário vindo dos pobres e partilha comum dos bens. Isso resultou em muitas prisões, perseguições, torturas e mortes de adeptos da TL no período da ditadura. Dos anos 1960 até o início dos anos 1990, esse modelo de Igreja Católica era predominante no Brasil. Foi esse movimento que impulsiona o surgimento das Pastorais Sociais, grupos da Igreja que acompanhavam situações específicas, como a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária, Pastoral dos Migrantes e a própria Pastoral Penal.

A teologia da Libertação ao mesmo tempo que era fomentada por intelectuais de renome e vinculados à ala progressista da Igreja, buscava unir a fé religiosa e demandas sociais específicas de grupos identitários minoritários. No entanto, como analisa Mariz (1993) as Comunidades Eclesiais de Base, embora fossem religiosas, com sua ênfase na “conscientização política” e com um certo preconceito contra o “encantamento” religioso, muito criticado no marxismo, tendiam esvaziar a dimensão milagrosa e mágica da prática católica, que é tão importante na cultura popular. A fé estava pautada na imanência do Jesus histórico e na construção de justiça social e creditava alienação aos discursos espirituais.

Atualmente, essa inspiração progressista é mais intelectualizada e presente quase que tão somente entre as lideranças (padres e freiras) e não entre os membros da Pastoral Carcerária. Logo, diferente do pentecostalismo, que mantém suas bases e seu crescimento entre os mais vulneráveis, a Teologia da Libertação se mantém predominantemente nos meios intelectualizados e de classe média. Os padres que se identificam com as pastorais sociais e as coordenam, como a Pastoral Carcerária (PCR), costumam ter vivido o auge da Teologia da Libertação durante sua juventude e se identificam com seus ideais. A PCR tem clara ligação com a Teologia da Libertação (TL).

Dom Eugênio, após ter sido nomeado arcebispo por Paulo VI, e estando há um ano e meio nesta função, convidou Padre Bruno Trombetta, em 1972, para construir uma pastoral que atendesse os presos. Era época de presos políticos e vivíamos a ditadura militar no Brasil. Dom

Eugênio foi popularmente nomeado “bispo vermelho”, por ter fundado comunidades eclesiais de base, sindicatos rurais, dado asilo a presos políticos e ter fundado pastorais para atender presos, adolescentes infratores e moradores de favelas durante o regime militar.

Na época, Padre Bruno tinha voltado recentemente ao Brasil, após ter cursado uma pós graduação em Roma. Ele era capelão do presídio Hélio Gomes e tinha 45 anos. É importante lembrar que na Itália se viviam os “anos de chumbo” que perdurou dos anos 1960 até os anos de 1980, período de intensa violência política entre a extrema esquerda e a extrema direita. A busca por destruir os “últimos fascistas” efervesceu a Itália e proporcionou o aparecimento de grupos de extrema esquerda no país. Assim, lá também havia a realidade de presos políticos.

Segundo dados obtidos em entrevista e em diálogo que mantive com agentes de pastoral que acompanharam o início da Pastoral Penal no Rio de Janeiro, Dom Eugênio convidou Padre Bruno para construir uma pastoral que atendesse presos. Isso reforçou a presença da Igreja Católica, que já havia nos presídios, mas incluiu outras pessoas, formando uma pastoral e dando suporte e apoio aos presos, familiares e buscando a defesa dos direitos humanos na cadeia e o monitoramento com relação às denúncias de tortura, potencializada com os presos políticos.

Em 1972, Padre Bruno Trombetta, afirmam meus interlocutores, tinha o perfil motivador, pouco organizado e dinâmico, fundou a Pastoral Penal, a partir do convite de Dom Eugênio. Ele então formou membros da igreja católica para visitarem presídios e denunciarem situações de tortura. Era uma formação voltada aos Direitos Humanos, na tentativa de preservar os detentos da ação violenta de agentes do Estado. Sobre esse período de 1972 até 1974 não tenho informações de como Pe. Bruno desenvolveu esse trabalho. Ele continuava capelão do presídio Hélio Gomes.

Em 1974 o grupo formado por padre Bruno era pequeno: o jovem Carlos Davis, estudante de direito, Zuleika, uma advogada e o próprio Padre Bruno, que fazia o papel de coordenador do grupo. Este jovem estudante se torna padre, uma “vocação tardia”, segundo expressão religiosa católica. Carlos Davis graduou-se em direito, tornou-se professor universitário e juiz federal. Adotou três filhos, aposentou-se e tornou-se padre em 2017.

Padre Carlos Davis foi ordenado padre aos 62 anos de idade e é um dos dois membros do grupo que está vivo. Roberto dos Santos também, e está com 70 anos. Ambos me deram entrevistas, narrando sobre o início da Pastoral Penal e como passou a ser chamada de Pastoral Carcerária. O diácono Roberto Santos é diretor no abrigo para crianças e adolescentes Casa Frei Carmelo Cox, situada à rua Duque de Caxias – Vila Isabel/ RJ, local onde trabalhei por dois anos como educadora social (2016-2018).

O jovem universitário do curso de direito, Carlos Davis, se ofereceu para dar assistência jurídica à pastoral penal que se iniciava. Sobre o início da Pastoral Penal, conta o sacerdote em entrevista realizada dia 29 de fevereiro de 2020, na Igreja de São José da Lagoa, situada no bairro Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro:

Eu comecei na Pastoral Carcerária no início. Porque meus pais moravam, aliás ainda tenho um apartamento, na avenida Afrânio de Melo Franco (Leblon), morava perto e participava da igreja Santos Anjos e o padre Bruno veio a ser o pároco na matriz de Santos Anjos (Leblon), em (19)74. E aí eu, muita pretensão, imagina! No primeiro ano (de graduação em Direito) me ofereci para dar assessoria jurídica aos moradores da Cruzada. Não sabia nada. Eu estudava, me inteirava dos fatos e retornava, depois dava consultoria. E, como pobre tem todo tipo de problema, mas só lembra de procurar advogado quando tem um parente preso, né, eu acabei em porta de Xadrez. Me tornei um advogado criminal na porta da 14ª DP. E o Padre Bruno tinha chegado da Europa e aí ele veio, ele tinha feito pós graduação na Europa. E era a época nos presos políticos. Aí ele veio com a intenção de fazermos aqui, de formar agentes de pastoral. E no final da faculdade ele me convidou para ser advogado da Pastoral Penal na época. Naquele início era muito interessante porque tinha muito preso político ainda e logo me interessei, porque estavam sendo criadas, já não me lembro mais as datas, foi inclusive meu trabalho no mestrado, eu tenho publicado o projeto pela Forense, chama-se Pena e Protesto Social, chamava-se Falange Vermelha, depois Falange do Jacaré, depois Comando Vermelho, Terceiro Comando, depois de muito tempo, eu peguei no colo um dos meninos que começou a ADA, que era um dos líderes da Falange Vermelha, que inclusive o líder máximo veio a morrer inclusive ano passado, o Wilian da Silva Lima, que ainda era, tava foragido, solto, sei lá. Mas eu conheci desde o início isso, nós éramos poucas pessoas. Tinha eu, o Padre Bruno era coordenador, o hoje diácono Roberto José dos Santos, que era secretário executivo. E a nossa sede era no subsolo da Catedral. Umás duas salinhas ali, três... a gente tinha e o Padre Bruno criou logo uma assessoria jurídica, era eu a Dr. Zuleika Teixeira Alves, que já morreu e logo que eu me formei ele me contratou, em 1979, eu havia me formado em 1978. Mas, mesmo antes eu já atuava como estagiário e já ajudava na pastoral penal. E aí em (19)79 ele me contratou mesmo, ganhava um salário mínimo, nunca me esqueço disso. E eu lembro muito, ia com frequência em Bangu, Ilha Grande. Voltava de noite naquela avenida Brasil era ainda mão única, sem iluminação, era horrível (risos), chegava com meu fusquinha tarde naquela época. E aí ele criou a pastoral, depois criou a assistência social, inclusive a Jandira ainda trabalha lá em Bangu. Já tinha criado a assessoria jurídica e aí fomos estruturando. Naquele época não existia secretaria (Secretaria do Estado de Administração Penitenciária- SEAP), era Departamento de Sistema Penitenciário, Superintendência de Sistema Penitenciário, depois passou a se chamar DESIPE (Departamento do sistema Penitenciário) e muitos anos depois a SEAP, nessa década, eu acho. Era um trabalho muito interessante e nós tínhamos muitos poucos agentes de Pastoral.

Pe. Carlos Davis traz em seu relato elementos importantes sobre o início da Pastoral Penal, embora ele tenha começado a participar dois anos depois de Pe. Bruno ter fundado a mesma. O grupo formado por Pe. Bruno era pequeno. Pe. Bruno retorna de uma pós-graduação em Roma com o intento de criar aqui um grupo de leigos que atuem em presídios.

Em 1975 veio a público a denúncia de presos políticos das instituições penais de Ilha Grande, a 150 km do Rio de Janeiro. Eles denunciavam a situação de insalubridade e as torturas

a que eram submetidos pelos agentes penitenciários. Padre Bruno e esses membros da igreja católica formados por ele já faziam essas denúncias.

O processo de redemocratização e a maior liberdade adquirida pela imprensa minaram a autonomia e poder dos agentes penitenciários locais. Membros da Igreja Católica e de organizações voltadas para a defesa dos direitos humanos passaram a denunciar sistematicamente o tratamento bárbaro a que eram submetidos os presos. As fugas crescentes, o desvio de verbas públicas e a corrupção entre funcionários levaram à desativação e implosão do complexo em 1994 (SEPÚLVEDA, 2006, p.31).

Padre Carlos Davis, em entrevista, contou duas conquistas da Pastoral Penal no presídio de Ilha Grande, ele como advogado e assessor jurídico da Pastoral Penal:

Por exemplo, em Ilha Grande, lá tinha a solitária. Solitária era um cubículo, de terra no chão, que o preso às vezes ficava 30 dias. Invariavelmente saía tuberculoso e saía sem enxergar praticamente porque ficava sem ver a luz do sol. Isso aí Padre Bruno lutou, acabamos com isso em Ilha Grande. Tinha um capitão da PM que fazia um tal de corredor polonês. Botava os policiais um de cada lado e os presos passavam no meio e iam apanhando até o outro lado. Nós soubemos disso, conseguimos testemunhas e denunciemos esse capitão. Ele perdeu a farda e foi condenado na Vara de Angra dos Reis criminalmente. Nisso Dom Eugênio nos dava apoio.

Um documento sigiloso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que hoje se encontra na APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), datado de 30 de julho de 1981, é um informe acerca de uma cobertura fotográfica que ocorreu nesse dia⁵. Segundo artigo escrito pelo Mecanismo Estadual de Prevenção à Tortura do Rio de Janeiro (CASCARDO et al, 2017) foram fotografadas não apenas as instalações do Instituto Penal Cândido, mas também os guardas civis, policiais militares e os alimentos que eram oferecidos aos presos. Este conjunto de fotografias havia sido solicitada por Pe. Bruno Trombetta e Irmã Bianca Carolo.

O pequeno grupo, que foi ganhando novos membros, ganhava também notoriedade por seu enfrentamento à tortura e ao desrespeito aos Direitos Humanos. Conforme declaração de Padre Carlos Davis, as denúncias feitas por esse grupo eram bem embasadas e, conseguiram até mesmo retirar do sistema prisional e fazer “perder a farda” alguns torturadores.

O Diácono Roberto dos Santos conheceu o padre Bruno no *Mater Ecclesiae*⁶ em 1976, Escola de Teologia onde o sacerdote era professor de Doutrina Social da Igreja. Este instituto oferece cursos livres em Teologia a leigos, exigindo a conclusão do ensino fundamental, além de cursos voltados a profissionais que lecionarão Ensino Religioso na educação básica. E, em

⁵ O artigo do Mecanismo Estadual de Prevenção à Tortura do Rio de Janeiro, encontra-se na íntegra: <http://mecanismorj.com.br/ha-42-anos-resistencia-e-repeticoes-de-violacoes-nas-prisoas-do-rio-de-janeiro/>

⁶ A história da Escola *Mater Ecclesiae* está disponível em: <https://www.materecclesiae.com.br/historia/>

suas aulas ele usava muitos exemplos do seu trabalho pastoral com os presidiários, despertando interesse do jovem em participar. No mesmo ano o jovem passa a integrar o grupo da Pastoral Penal. Anos depois se gradua em Direito e em Letras. Já compunham a equipe com Pe. Bruno, Ilda Lopes, uma professora e Miguel Chalub, um psiquiatra. Padre Carlos Davis é contratado como advogado da Pastoral Penal, em 1979.

Segundo o diácono Roberto dos Santos, o papel da Pastoral Penal nos presídios era:

Tornar presente a ação da Igreja Católica nesse mundo dos presos, dando a eles o sinal do amor de Deus a cada um que estava ali privado de liberdade, tanto no presídio masculino quanto no feminino, Talavera Bruce já era lá em Bangu. Em cada presídio a gente tinha uma equipe, chamada de agentes da pastoral penal. A gente levava uma presença humanizadora, num sistema extremamente desumano. Era estabelecer diálogo, levar material para higiene dos presos, estar atento para o respeito aos Direitos Humanos, dar ânimo àquelas pessoas e ajudar elas no processo de sua recuperação. Para terem forças para recuperar as suas vidas.

De acordo com os relatos dos entrevistados, a pastoral que nasceu com Padre Bruno, surgiu num período político turbulento no Brasil: de encarceramento em massa e de perseguição aos opositores do governo militar. A pastoral nasce no período de efervescência das comunidades eclesiais de base, da Teologia da Libertação (TL) e da filosofia que orienta a TL: fé e vida. Além de apresentar prioritariamente o intento de monitorar os presídios e de combater a tortura, essa pastoral buscava auxiliar os presos em seus processos, com assessoria jurídica e aos familiares e presidiários pobres com a assistência social. O diácono relatou que o “Banco da Providência”⁷ criou o serviço social do egresso à época, a que ele chamou de “um braço fora das prisões para aqueles que saíam e não tinham condições financeiras”. Os egressos podiam ir nesse banco para solicitar auxílio financeiro emergencial.

Um dos grandes problemas do sistema presidiário é a falta de informação sobre os processos dos presos, até os dias atuais. Os advogados da Pastoral Penal solicitavam o número do processo e nome dos presos aos próprios presos e acompanhavam a situação jurídica daquele interno e lhe informava. Atualmente, a partir da entrevista concedida por meio de formulário no dia 04 de abril de 2021, Cíntia Rodrigues Mendonça Valle, membro da Pastoral Carcerária de Niterói e advogada, esse acompanhamento se dá espontaneamente por agentes religiosos da PCR e de forma voluntária. Estes não atuam nos autos do processo como ocorria antes, mas

⁷ Fundado em 1959 por Dom Hélder Câmara, o Banco da Providência está situado à avenida República do Chile, 245 - Centro, Rio de Janeiro, no Subsolo da Catedral Metropolitana. É uma instituição católica sem fins lucrativos e que visa apoiar famílias cariocas que vivem em situação de extrema pobreza em suas necessidades básicas. Atualmente dedica-se a oferecer cursos de capacitação profissional e de geração de renda para as famílias atendidas.

orientando os familiares dos presos e aos egressos do sistema carcerário a buscarem as instituições públicas, como a Defensoria Pública.

O diácono destacou em sua fala as dificuldades encontradas por ele e os demais membros da Pastoral Carcerária desde o momento da entrada nos presídios.

“seja desde a nossa entrada à revista que faziam a nós, de fazer-nos esperar, dizer que naquele dia não podia fazer a assistência, mas da parte dos guardas, na verdade, eles olhavam os presos como bandidos e nos olhavam como aqueles que iam lá passar a mão na cabeça dos presos e não acreditavam que os presos tinham recuperação.”

De acordo com o relato de Padre Carlos Davis e do diácono Roberto, a motivação para a continuidade das atividades pastorais, a despeito das dificuldades encontradas pelo grupo era a fé, a leitura libertária da bíblia e o embasamento teológico da construção do céu através da justiça social na história, que são diretrizes da Teologia da Libertação. Os agentes não viam nas atividades pastorais um meio de conversão de presos e presas ao catolicismo, mas como promoção humana através de suas convicções religiosas.

Em 1986, Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, vincula a Pastoral ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, trazendo então uma relevância nacional aos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral Penal. Em 1987, no Rio de Janeiro, a Pastoral Penal passa a se chamar Pastoral Carcerária.

1.3 Católicos, pentecostais e neopentecostais em relação hoje

A partir de 1980 nota-se grande crescimento dos pentecostais⁸ Conforme aponta Lobo (2005) “A presença expressiva de evangélicos nas prisões começou no final dos anos 1980. Antes disso, a participação deles não se dava de forma sistemática como hoje.”

Atualmente a assistência religiosa evangélica aos presídios do Rio de Janeiro acontece de maneira sistematizada e diária. E, embora o crescimento tenha ocorrido ao final da década de 1980, o destaque à ação pentecostal, ocorre nos anos de 1990 com pastor Marcos Pereira.

Carly Machado (2015) observa que o serviço de assistência religiosa evangélico nos presídios ganha notoriedade com o pastor Marcos Pereira, líder da Assembleia de Deus dos

⁸ Conforme artigo “Crescimento Pentecostal no Brasil” da Revista de Estudos da Religião da PUC- SP, 2008. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf

últimos Dias, que inicia sua carreira nos anos 1990, no presídio de Ilha Grande. A autora apresenta como principal intento do pastor Marcos: o “resgate da morte”. Salvando da pena de morte os condenados pelo tribunal do tráfico; convertendo-os e tornando-os pastores. Os evangélicos pentecostais e neopentecostais possuem uma perspectiva de abordagem intimista e que buscam a conversão para as suas igrejas. O pastor, no entanto, é impedido em 2004 de ingressar nos presídios, sob a suspeita de associação ao tráfico, após ser pego entrando no presídio com drogas (MACHADO, 2015:457). Além de ter sido, em 2013, preso por estuprar algumas fiéis membros de sua igreja⁹.

Embora a especificidade trazida por pastor Marcos, do resgate de presos do tribunal do tráfico, não seja mais tão comum, a busca da conversão é o grande objetivo dos grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais. Lobo (2002) reflete sobre a presença dos grupos evangélicos nos presídios como uma tentativa proselitista e um intento de converter presidiários e presidiárias às denominações evangélicas, o que também é relatado por agentes religiosos católicos, que são meus interlocutores.

Sobre esse crescimento da presença evangélica pentecostal nos presídios, diz padre Carlos Davis:

Eu acho que isso foi falta de presença da Igreja Católica. Uma das causas, acho que são múltiplas causas. Uma delas é essa: falta da presença da Igreja Católica. Os presos cresceram em proporção geométrica e nós não crescemos nem aritmética. Depois, o evangelismo que está na sociedade, principalmente aqui no Rio de Janeiro. Então, cresceu muito a Igreja Evangélica entre nós, né?! Mas essa igreja pentecostal, porque quando você fala de Evangélica aí, você não está falando das históricas, da Presbiteriana, de Metodista, de Batista, Adventista. Você não ta falando nem de Assembleia de Deus, que é pentecostal. Mas essas Nova Vida, essas coisas todas... Inúmeras, que a cada dia tem uma nova. Internacional da Graça, Universal... As igrejas que não passam pela cruz. Não existe cristianismo sem passar pela cruz.

A partir dos anos 1990, com a presença constante do neopentecostalismo nos presídios, com uma forma evangelizadora distinta, voltada à conversão e ao intimismo, a Igreja Católica vai perdendo espaço no sistema penitenciário, onde antes tinha o monopólio. E em 1997 a Igreja Católica lança a Campanha da Fraternidade com tema: “A Fraternidade e os encarcerados”, segundo Lobo (2005:25) o que “revela a preocupação da Igreja Católica com o crescimento dos evangélico nas prisões”.

⁹ Documento produzido para o 38º Encontro anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/spg-1/spg18-1/9304-a-prisao-e-condenacao-do-pastor-marcos-pereira-da-assembleia-de-deus-adud-perseguiacao-religiosa-abuso-sexual-e-prestigio-politico-no-discurso-das-bancadas-evangelicas-da-alerj-camara-e-senado/file>

Não se pode ignorar as questões históricas e sociais que proporcionaram um aprofundamento do individualismo, do intimismo, do emotivismo em detrimento das organizações coletivas, características predominantes na globalização e na pós-modernidade, onde a perspectiva pentecostal e neopentecostal ganham, de certa maneira, maior afinidade nesse estilo capitalista pós-moderno. E a mudança de perfil dos encarcerados e encarceradas, antes um predomínio dos presos políticos (1964-1985) e a partir da redemocratização no Brasil, o encarceramento em massa dos presos comuns, que não possuem o ideal da justiça social e do coletivismo, defendidos pela Teologia da Libertação.

Vale ressaltar que essa perda de monopólio nos presídios e o fato de os católicos terem se tornado uma relativa minoria no sistema prisional desde os anos 90 até os dias atuais não refletem a realidade religiosa da população brasileira não-encarcerada¹⁰. Logo, católicos tornaram-se minoria no presídio em números absolutos e também em sentido sociológico, assumindo uma posição de menor exercício de poder, influência e força de sentido dentro do cárcere.

¹⁰ Segundo dados da pesquisa do Datafolha, realizada em 2019, os católicos continuam sendo maioria no país. São 50% da população, enquanto o número de pessoas que se autodeclaram evangélicas é de 31%.

1.4 A Pastoral Carcerária: da Redemocratização aos dias atuais

Em 1985, o padre estadunidense da Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, padre Chico (Padre Robert Francis Reardon), residia em São Paulo e atendia como capelão na Casa de Detenção, mais conhecida como Carandiru. Ele descentraliza a assistência religiosa em São Paulo e chama voluntários católicos para realizarem essa atividade junto com ele no Carandiru, algo parecido ao empreendimento feito por padre Bruno, no Rio de Janeiro. Reunia-se com o grupo de voluntariado uma vez por mês para estudarem. Esses estudos, além de serem pautados na bíblia, eram também fundamentados nos Direitos Humanos e em maneiras de preservá-los na cadeia. Embora o serviço de atendimento aos presos fosse realizado desde os anos de 1960 em São Paulo, não havia uma organização pastoral nacional. Por meio de Dom Paulo Evaristo Arns, que acompanhou o progresso do serviço pastoral nos presídios realizado por Pe. Chico, a Pastoral Carcerária torna-se órgão vinculado à CNBB em 1986¹¹.

Segundo Dona Jandira Moreira da Silva¹², uma agente de pastoral do Rio de Janeiro que atua na PCR há 40 anos, o nome foi mudado em meados de 1986, tornando-se Pastoral Carcerária, por compreenderem que “Penal” dava a ideia de uma pastoral que pune ou colabora com uma visão punitivista. O nome Pastoral Carcerária seria mais adequado, por se tratar de um serviço da Igreja no Cárcere.

No mesmo ano, acontece a primeira reunião da Pastoral Carcerária como serviço organizado da CNBB. Antes disso, ainda no final da década de 1970, contudo, o padre Bruno já fazia encontros nacionais com pessoas interessadas em estudar e debater sobre Pastoral Penal e direitos dos presos. Ele nomeou esses encontros de Semana Pastoral, uma atividade que acontecia anualmente desde o final da década de 1970.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, nos anos de 1990 cresce o pentecostalismo no Brasil. E, nos anos subsequentes, ganham notoriedade no serviço religioso desenvolvido nos presídios do Rio de Janeiro. Logo no primeiro momento, percebemos duas abordagens distintas: uma mais coletivista, pautada na defesa dos Direitos Humanos, que caracteriza a ação pastoral e outra mais individualista, pautada na “resolução de problemas

¹¹ O texto em homenagem ao padre Chico está disponível no site oficial da Pastoral Carcerária Nacional, em: <https://carceraria.org.br/igreja-em-saida/padre-chico-um-inovador-da-pastoral-carceraria>

¹² Consegui o contato de Dona Jandira por meio do diácono Sebastião Bernardino. Consegui a informação por meio do contato por whatsapp realizado dia 07 de fevereiro de 2020.

individuais e que distribui benefícios imediatos, mas tem pouco a dizer à sociedade” (Lopes, 2012), própria da ação (neo)pentecostal.

É relevante aqui, visto que se trata de um dado importante para compreender o porquê de católicos se tornarem minoria nos presídios, salientar que houve nesse período uma transformação no perfil dos encarcerados. Durante a ditadura predominantemente os presos políticos e posteriormente, presos comuns. Portanto, os primeiros com maior grau de formação e desempenhando uma militância que confluía para uma adesão às pautas do catolicismo da Teologia da Libertação, que fundamenta a ação pastoral da PCR. Este perfil começa a se transformar com a lei de Anistia assinada pelo presidente João Figueiredo em 1979¹³, dando início ao processo de redemocratização no país.

Há, contudo, outros vieses que perpassam a perspectiva da ação e discurso católicos no presídio, como a tradição e os dogmas da igreja, mas não é o que orienta a ação dos agentes religiosos católicos. Estas questões serão desenvolvidas no relato etnográfico das formações de agentes religiosos católicos e, especialmente, nos relatos da assistência católica no Oscar Stevenson.

Na Igreja Católica existem grupos que compartilham a mesma espiritualidade dos pentecostais e sua perspectiva intimista: os grupos ligados à Renovação Carismática Católica (RCC). Torna-se difícil precisar percentualmente a participação de membros de tais grupos na Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro, visto a inexistência desses dados. Contudo, é possível afirmar que as lideranças não possuem este perfil religioso. E, que institucionalmente a PCR apresenta-se ligada à Doutrina Social da Igreja e à Promoção dos Direitos Humanos, em busca de uma sociedade sem encarceramento. Deste modo, reforça sua identidade evangelizadora-libertadora, o que vai de encontro ao sobrenaturalismo carismático.

Evangelização e promoção da dignidade humana por meio da presença da Igreja nos cárceres, através das equipes de pastoral na busca de um mundo sem cárceres!
Lutar pelo fim da política de encarceramento em massa no país, através do desencarceramento da população carcerária;
Encaminhar as denúncias de torturas, maus-tratos e violações de direitos humanos praticados contra as pessoas privadas de liberdade; Priorizar a defesa intransigente da vida, bem como a integridade física e moral das pessoas privadas de liberdade;
Conscientizar a sociedade para a difícil situação do sistema prisional; Superar a justiça retributiva por meio da justiça restaurativa; Acompanhar as pessoas privadas de liberdade em todas as circunstâncias e atender suas necessidades pessoais e familiares (Site da Pastoral Carcerária, Objetivos e Atividades¹⁴).

¹³ Sobre a lei de Anistia e seu impacto. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>

¹⁴ O site oficial da Pastoral Carcerária Nacional pode ser acessado em: <https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria>

Atualmente a coordenadora nacional da Pastoral Carcerária é a Irmã Petra Silvia Pfaller, uma freira alemã, que está no Brasil há 29 anos. É uma mulher alta, de olhos claros e cabelos curtos e claros. Fala um português que se compreende bem, mas com um sotaque característico. Ela é graduada em direito (PUC-GO) e tem duas especializações pela mesma instituição, uma em Direitos Humanos e outra em Direito Penal e Processo Penal. Em sua fala, deixa claro que tem o olhar mais voltado à realidade das mulheres encarceradas, por sua experiência pastoral em presídios femininos ter sido mais ampla temporalmente e por afirmar que as mulheres são mais solitárias e esquecidas nas unidades prisionais.

No Estado do Rio de Janeiro, o bispo referencial é Dom Luiz Antônio, um homem que aparenta ter um pouco mais de sessenta anos. Atencioso, costuma servir café aos agentes religiosos nos encontros, de aparência simples e com perfil progressista. Tem um livro publicado sobre bioética, é professor titular de Teologia e reitor de universidade. O bispo referencial exerce seu serviço ao longo de quatro anos. O mesmo epíscopo pode assumir mais de uma pastoral. Após esse tempo, é feita uma nova eleição entre os bispos.

É um traço comum às lideranças da Pastoral Carcerária terem um alto nível de formação educacional. Eu fui incluída no grupo de *WhatsApp* de coordenadores da PCR do Rio de Janeiro, representei a Pastoral no evento diocesano e participei de reuniões restritas com o bispo, mesmo com pouco tempo de participação e sem muito conhecimento sobre ela. Acredito que essa abertura tenha ocorrido por eu ter um sólido conhecimento religioso, adquirido ao longo dos oito anos em que fui religiosa (freira) e por ter uma formação superior; elementos que vão ao encontro do perfil das lideranças da PCR.

As formações gerais acontecem anualmente com os agentes de todo o estado do Rio de Janeiro. Participam deste encontro: padres, bispos, freiras, além dos membros voluntários das igrejas católicas de Niterói, Região Central do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Barra Mansa, Volta Redonda, Arrozal e Petrópolis. Estes encontros são chamados de assembleias. Esses grupos, porém, se reúnem localmente para outras formações e organizam seu próprio calendário. As assembleias costumam trazer a legislação prisional, temas como a privatização de presídios e direitos humanos, além das reflexões religiosas e bíblicas. O local é eleito pelo coletivo ao final de cada assembleia, escolhendo o lugar a se realizar a do ano seguinte. Participei das assembleias de 2018 e de 2019, em Riachuelo e Arrozal, respectivamente.

A Pastoral Carcerária atua atualmente em 29 presídios localizados no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu; no Instituto Penal Oscar Stevenson, em Benfica; no Presídio Evaristo de Moraes, na Quinta da Boa Vista; no Instituto Penal Cândido Mendes, no

Centro; e no Presídio Ary Franco, em Água Santa. A PCR do Estado do Rio de Janeiro, avaliando o número de participante presentes nas Assembleias Estaduais desde 2014, conta com uma média de 110 agentes religiosos voluntários.

1.5 **Em campo: a formação religiosa e civil para a assistência religiosa católica**

A formação religiosa e civil faz parte do percurso formativo para tornar-se agente religiosa católica e poder acessar o Instituto Penal Oscar Steveson. A Secretaria do Estado de Administração Penitenciária (SEAP) oferece um curso de preparação para agentes religiosos, que é orientado por assistentes sociais e apresenta alguns protocolos de segurança. Enquanto que as formações religiosas católicas são espaços privilegiados de interação com agentes religiosos católicos de todo o Estado do Rio de Janeiro e de escuta das lideranças da Pastoral Carcerária, que apresentam os fundamentos identitários e diretrizes de atuação pastoral no cárcere.

Ressalto que minha preparação religiosa e o acesso às Pastorais Sociais ocorrem bem antes da produção deste trabalho. E é por essa via que meu interesse por essa temática é suscitado.

Meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais¹⁵ foi construído após cinco anos de acesso continuado em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa, voltada para jovens rapazes de 12 a 21 anos de idade, no bairro Sarapuí, em Duque de Caxias. Minhas incursões se davam por meio da assistência religiosa católica, através da Pastoral do Menor, um grupo voluntário da Igreja Católica dedicado a visitar adolescentes que cometeram ato infracional e estão institucionalizados e seus familiares. Lá eu comecei dando aulas de violão em 2013. A partir desse longo recorte temporal de afetamento em campo, no sentido de Favret-Saada (2005), construí junto aos meus interlocutores uma produção a partir dos caminhos que eles me apontaram. Essa rede me conduziu a uma experiência nova: a Pastoral Carcerária.

O padre de referência da Pastoral do Menor em Duque de Caxias, Pe. Bernard Colgan, é também referência para a Pastoral Carcerária junto com o diácono Eduardo. Pe. Bernard é

¹⁵ Os Meninos do Perigo: expressões de masculinidade e violência entre adolescentes evangélicos em conflito com a lei – defendida em agosto de 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Edilson Pereira (conf. SILVA, 2017).

conhecido como Bernardo. É irlandês, branco de cabelos claros e olhos azuis. Tem 77 anos de idade e está há 50 anos no Brasil. Ele é o Superior Geral da Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, o mesmo grupo religioso do padre que iniciou a Pastoral Carcerária em São Paulo. Um homem muito simples no vestir e nos hábitos, bastante culto, bem disposto e muito envolvido em causas sociais. Fala um português que se entende com dificuldade. Foi Pe. Bernardo que me fez o convite para participar da formação da Pastoral Carcerária e integrar o grupo de agentes religiosos católicos. Eu o conheço há onze anos, do período em que eu ainda era religiosa Franciscana (freira), na Congregação Irmãs Catequistas Franciscanas – de 2006 até janeiro de 2014.

Após sair da Congregação Religiosa da qual eu fazia parte, eu não participei mais de nenhuma igreja de maneira continuada. E aos poucos deixei totalmente de frequentar igrejas. Ser membro de uma igreja é critério fundamental para integrar as pastorais e participar de qualquer formação religiosa católica. Mesmo assim, continuei participando da Pastoral do Menor, por conta da confiança do Pe. Bernardo em mim e por termos afinidades políticas e teológicas. E, em 2018, participei da minha primeira formação da Pastoral Carcerária, em 2019, integrando o grupo de coordenadores da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, participando de reuniões com o bispo e, inclusive, representando a pastoral num evento diocesano com membros da Igreja católica dos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti no mesmo ano. E eu fui ocupando esses espaços por não ter inibição para falar em público e por ter certa eloquência. Quando eu precisava me identificar como membro de alguma igreja e paróquia em algum evento, eu dizia o nome de alguma igreja conhecida e da Paróquia Sagrada Família, que é administrada pelo Pe. Bernardo.

As atividades formativas de que participei foram muitas. Estive em duas assembleias anuais (2018 e 2019); uma formação civil na SEAP dia 14 de setembro de 2018; uma reunião com o subsecretário da SEAP em 2018, várias reuniões com a equipe da Pastoral Carcerária ao longo dos anos de 2018 e 2019, que aconteceram em Duque de Caxias e em Nova Iguaçu. Aponto apenas algumas delas, para mostrar o perfil dos encontros e dos participantes, as demandas e pautas levantadas em conversas e reuniões por meio dos agentes pastorais católicos.

Minha primeira assembleia foi em 2018, que aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de julho, na casa São Francisco Sales, no bairro Riachuelo, Rio de Janeiro. Essa casa é administrada pela Comunidade Católica Sementes do Verbo¹⁶, onde vivem mulheres e homens em estilo

¹⁶ As informações sobre a Comunidade Sementes do Verbo foram coletadas no site oficial da instituição, e pode ser encontrada no seguinte link: <https://www.sementesdoverbo.org/quemsomos>. Lê-se: “A Comunidade Católica Sementes do Verbo é uma Associação Privada de Fieis, fundada no dia 16 de julho de 2004 em Palmas

monástico, e que foi fundada há dois anos por um casal casado. Eu participei nos dias 28 e 29. O tema do retiro era: “estive preso e me visitastes”, que é o lema também da pastoral carcerária, remetendo a um versículo bíblico em que Jesus diz que ao se solidarizar com as minorias estaria atendendo a ele próprio. Estavam presentes 110 pessoas.

Os responsáveis por conduzir a formação foram dois padres: Carlos Davis, já citado, que antes de ser padre era procurador federal e professor de Direito por 25 anos na PUC e na UERJ e padre Roberto, da diocese de Niterói. A formação foi pautada na história dos direitos humanos, métodos de culto religioso e formas dos agentes religiosos denunciarem abusos, tortura e violência física sem gerar confronto com os agentes penitenciários, avisando ao padre responsável pela pastoral diocesana a fim de que encaminhasse ao padre responsável no Rio de Janeiro e este faria um ofício às instituições competentes.

A exposição de Carlos Davis refletiu a doutrina social da igreja, documento católico que traz diretrizes de ação social e a necessidade do posicionamento político à esquerda, que segundo ele, é a parte política que privilegia a igualdade social e não o acúmulo de capital. Concluiu dizendo que não tinha como ser cristão e não ser de esquerda. A seguir Padre Carlos passou a palavra para outro sacerdote. Padre Roberto Conceição, membro do conselho penitenciário, falou dos métodos de culto, sobre o encontro de assistência religiosa na prática e orientou os agentes a usarem na assistência religiosa versículos bíblicos que levassem esperança. Em seguida citou um documento do ISER, *Religiões e Prisões*, em que o Instituto de Estudos da Religião traz dados sobre a percepção de presidiários e presidiárias sobre a assistência religiosa nos presídios e leu trechos do dossiê com falas dos encarcerados dizendo que: “sentem paz, tranquilidade” e que percebem esse momento como um espaço “para esquecer os problemas”. Além disso, orientou que fizéssemos como os evangélicos: usássemos músicas evangélicas, performance na entonação vocal e postura corporal próxima a dos evangélicos de vertente neopentecostal, a fim de criar uma aproximação.

Esta orientação de Padre Roberto não foi bem recebida por uma pequena parte do grupo presente, que defendia que se ensinasse aos presos e presas a rezarem o terço e a devoção à Maria. E, um outro grupo pareceu descontente com a fala de Carlos Davis. Um senhor se levantou e disse que a direita também é igreja e que zela pelo bem da sociedade. E que o

(Tocantins), com personalidade jurídica, com o decreto de reconhecimento e aprovação canônica, aos vinte e nove dias do mês de março de 2005, pelo Arcebispo Dom Alberto Taveira Corrêa. Na mesma data, em 2005, seus estatutos tiveram sua aprovação definitiva. A Comunidade está presente em seis países, com diversas casas e missões. Reúne membros de diversos estados de vida (solteiros, consagrados, casais, famílias, padres...)”.

comunismo não era católico. A polarização política atingia também as relações em formação, mas a identidade de esquerda e menos devocional era reforçada, mesmo diante desses conflitos.

Mas, os padres reafirmaram que uma das orientações da igreja é que não se reze o terço nos presídios e que, embora cada grupo possa construir a sua assistência religiosa neste local, as orientações da Igreja devem ser seguidas. E, Carlos Davis reafirmou que, em sua fala, ele citou o documento da igreja e o evangelho, eles não são parte do comunismo, mas palavra da igreja que é para os católicos colocarem em prática e que não existe Pastoral Carcerária sem compromisso com os Direitos Humanos.

Vale ressaltar que os presentes apontaram a presença da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como muito marcante no sistema prisional. Segundo os coordenadores, a IURD constrói espaços de oração dentro dos presídios e não permite que nenhuma outra denominação religiosa use, prática que foi dita como distinta da católica, que também teria espaço de assistência religiosa construído em presídios, mas que permitia o uso por qualquer grupo religioso. E a narrativa reafirmada em vários momentos era a de que enquanto a Igreja Católica se preocupava com a dignidade do/a preso/a, a IURD e as Igrejas Evangélicas queriam converter.

Ainda sobre a presença de Igrejas Evangélicas, tais como a IURD, nos presídios, Padre Roberto Magalhães, coordenador da pastoral carcerária do Estado do Rio de Janeiro, disse que ela é perceptivelmente maior que a católica. O coordenador atribui essa disparidade ao fato de as igrejas serem credenciadas na Secretaria de Administração Prisional (SEAP) segundo o CNPJ, tendo um limite de agentes religiosos inscritos para cada registro. Cada Igreja Evangélica tem um CNPJ, diferente da Igreja Católica em que cada diocese (região que comporta certo número de igrejas e está sob administração do bispo) possui um CNPJ. Contudo, vale ressaltar que, o número reduzido de voluntários da Pastoral Carcerária parece responder melhor à questão de católicos serem minoria na assistência religiosa.

Alguns dos agentes religiosos presentes falaram da situação de precariedade em que os presídios estão e sobre as doenças que muitos presos adquirem pela falta de higiene, água potável e pela aglomeração. Nos intervalos, vários agentes vinham conversar comigo. Eu era a pessoa mais jovem da assembleia, todas as outras pessoas tinham acima dos quarenta anos. Os membros da Pastoral Carcerária são, em sua maioria, senhoras e senhores aposentados. Parecia inovador para eles uma jovem ter interesse por visitar presídios.

Percebi que no primeiro momento havia uma curiosidade desconfiada sobre a minha presença naquele espaço. No primeiro intervalo, após as palestras, alguns vinham me perguntar

quem eu era, de que igreja¹⁷ fazia parte, se eu já tinha alguma “experiência” com presídios, se eu teria disponibilidade, se eu trabalhava, quem havia me falado sobre a assembleia... Após responder todas as perguntas, percebi, então, que me receberam bem.

Na assembleia também ouvi muitos relatos de agentes mulheres e homens dizendo que grande parte dos agentes penitenciários são evangélicos e que dificultam a entrada de agentes católicos. Exigem vários documentos para a entrada de instrumentos musicais e materiais usados para assistência religiosa e facilitando a entrada para agentes evangélicos.

Ao mesmo tempo, uma senhora da Diocese de Volta Redonda relatou que fazer assistência religiosa com homens é mais fácil que com mulheres, pois elas se dispersam mais. E acrescentou que o Comando Vermelho (CV) era o melhor grupo para assistir, pois como o CV se autodeclara evangélico enquanto facção, eles eram mais disciplinados.

Esses apontamentos e reclamações feitos pelos agentes religiosos católicos me fizeram perceber que há uma correlação de forças entre as igrejas no espaço que é laico e administrado pelo Estado, o presídio. Pelos relatos e queixas, depreende-se que os agentes do Estado tendem a favorecer ou inibir o acompanhamento religioso feito nos presídios embora esse acompanhamento é um direito legal dos internos garantido pela lei federal 9.982/2000, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa em estabelecimentos penais. Por outro lado, e ao mesmo tempo, os próprios agentes católicos parecem preferir assistir os grupos que já são assistidos pelos evangélicos, pois são mais “pacíficos”, corroborando com a ideia de pacificação na cadeia através da assistência religiosa de grupos pentecostais e neopentecostais.

O número de relatos de agentes religiosos católicos que têm sua entrada dificultada nos presídios, que percebem restrições aos católicos e livre acesso aos agentes evangélicos é tão recorrente no Brasil inteiro que a Pastoral Carcerária Nacional lançou o documento Assistência Religiosa no Cárcere: Relatório sobre Restrições ao Trabalho da Pastoral Carcerária em 2018, denunciando essas situações. Assinam o documento os coordenadores nacionais da Pastoral Carcerária e, como responsável pela pesquisa, o assessor jurídico Paulo Cesar Malvezzi Filho. O material aponta episódios, tais como:

“impor às/ aos agentes pastorais longo tempo de espera até a liberação da entrada na unidade prisional; com o pretexto da garantia da segurança, impede-se corriqueiramente a visita pastoral: “Por causa da segurança de vocês, não está permitida a vossa entrada!”; argumenta-se que não há funcionários suficientes; impede-se o acesso de agentes pastorais às celas e às alas disciplinares e/ou selecionam-se as pessoas presas que participarão das atividades pastorais; exige-

¹⁷ A vivência comunitária é algo marcante para católicos. Portanto, conhecer a que igreja a pessoa pertence é importante, pois faz parte da identidade religiosa e das experiências coletivas vivenciadas pelo membro.

se que agentes pastorais sejam submetidos à ilegal e degradante revista vexatória.” (Relatório Sobre Restrições ao Trabalho da Pastoral Carcerária, 2018, p. 28).

Após ter participado de encontros formativos promovidos pela Pastoral Carcerária, um encontro promovido na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP) em 2018, para receber orientações das assistentes sociais sobre a ação de agentes religiosos em presídios, aberto a todos os agentes religiosos cadastrados a atuarem nos presídios do Rio de Janeiro; duas assembleias estaduais de agentes religiosos (em junho de 2018 e de 2019), duas formações voltadas à coordenação e que fui convidada (2019) uma delas aconteceu na Mitra Diocesana de Duque de Caxias e outra no Centro de Direitos Humanos Dom Adriano Hipólito em Nova Iguaçu, fui compreendendo a dinâmica da ação religiosa nos presídios.

Ressalto, contudo, que antes de adentrar o Instituto Penal Oscar Stevenson e sem ter experiência alguma sobre visita à presídios, estive em uma reunião com o subsecretário Gilson Nogueira, em seu gabinete na secretaria de Segurança, no prédio das secretarias de Estado, na Central do Brasil, a convite de Padre Bernardo. E lá pude ouvir as reclamações apresentadas pelo coordenador da Pastoral Carcerária, padre Roberto Magalhães ao subsecretário.

Fomos ao 7º andar da Secretaria de Segurança e esperamos por cerca de uma hora para sermos atendidos, mesmo tendo horário agendado. Finalmente chegou o Sr. Gilson Nogueira, então subsecretário adjunto de tratamento penitenciário, atualmente aposentado. Um senhor de fala rápida e convincente. Ele chegou com uma lista nas mãos com várias páginas. Disse ter fechado parcerias com empresas para ofertar mais trabalhos aos presos e presas.

No gabinete havia um quadro enorme com um cavaleiro medieval e a seguinte passagem bíblica:

Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, havendo feito tudo, ficar firmes. Estais, pois, firmes tendo cingidos os vossos lombos com a verdade, e vestida a couraça da justiça, e calçados os pés na preparação do evangelho da paz, tomando sobretudo o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do maligno. Tomai também o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus (Efésios 6:13-17).

O então subsecretário era membro da Igreja Assembleia de Deus. A pauta desta reunião era a dificuldade que agentes religiosos da Igreja Católica encontram de adentrar os presídios e levarem símbolos religiosos e, em contrapartida, como as igrejas evangélicas são acolhidas, em especial a IURD. Outro ponto de pauta era o uso de espaços de oração nos presídios quando o mesmo era construído pela IURD.

O subsecretário mostrou-se sensível às demandas da Pastoral Carcerária, editando uma resolução que permitia ao padre ter uma carteirinha especial que desse acesso a todas as unidades prisionais, assim como qualquer líder religioso. E acolheu o documento de propostas da Pastoral, entre as proposições havia por exemplo o pedido para que a SEAP fizesse o curso de formação de agentes religiosos semestralmente, ao invés de anualmente. Sr. Gilson disse, de maneira descontraída, que estava sendo acusado pelos agentes evangélicos de “defender a Igreja Católica”, pelo fato de nos receber em seu gabinete e acolher propostas. Essa resolução não foi aprovada na SEAP ainda e até fevereiro de 2020 não se ventila pô-la em prática.

Dificuldade ainda maior é encontrada por religiões de matrizes africanas. Pe. Roberto Magalhães na reunião com o subsecretário chegou a sinalizar a dificuldade sofrida por uma agente religiosa do candomblé.

Flávia Pinto, mãe de Santo da Casa do Perdão, do Estado do Rio de Janeiro, relata em seu depoimento as dificuldades encontradas por ela para prestar a assistência aos internos do sistema prisional, primeiramente no aspecto financeiro, pois as religiões de matriz africana não têm um órgão gestor, faltando recursos para financiar as visitas ao presídio. Ela teve dificuldade em conseguir autorização do DESIPE do Rio de Janeiro para realizar as reuniões e somente quando o caso foi parar na mídia é que ela foi autorizada, porém em contrapartida o DESIPE a proibiu de utilizar o atabaque e o adja (sineta de metal) afirmando que tais instrumentos poderiam ser “nocivos”. Houve também a dificuldade provocada por embates com evangélicos, que tentavam dificultar que a mãe de santo transmitisse a mensagem aos seus adeptos (MARQUES E GONÇALVES, 2015, p. 6).

Ainda que a Igreja Católica seja minoria no presídio em relação aos evangélicos, existem outras minorias religiosas. Não irei tratar desta temática, mas faço o registro.

Logo depois de ter participado da assembleia e da reunião com o subsecretário, houve uma formação na SEAP em 14 de setembro de 2018. Esta formação era obrigatória para agentes religiosos. As assistentes sociais que conduzem explicam o que não pode ser feito no presídio, objetos que não podem entrar, não se pode levar bilhete de recado dos presos e presas.

Nessa formação, a presença de evangélicos era mínima e o grupo religioso que tinha o maior número de participantes era o da Igreja Católica.

As assistentes sociais da SEAP conduzem a formação e também confeccionavam as carteiras. Assim, neste mesmo dia, apresentei os documentos exigidos para confeccionar a carteirinha de agente religioso. Atualmente o procedimento é feito pelo Detran após agendamento pela internet. Nesta formação estavam pesquisadoras do ISER e os agentes religiosos já cadastrados e os postulantes. Ouvi do Pe. Bernardo que os evangélicos não costumam participar dessas formações, nem das reuniões convocadas pela SEAP.

Nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2019 houve a assembleia em Arrozal – RJ, numa casa de retiros. Esta foi a segunda formação com todos os agentes católicos do RJ de que participei, lembrando que é uma formação religiosa anual. O tema dessa formação era privatização dos presídios. Quem propôs o tema fui eu, numa reunião anterior com coordenadores, o bispo e o padre coordenador no Rio de Janeiro e foi aprovado por todos. Irmã Petra, coordenadora nacional da PCR, que mora em Goiás, veio ao Rio de Janeiro para orientar esse tema para a assembleia.

O lema da Pastoral Carcerária é: “estive preso e me visitaste”. É uma alusão ao texto bíblico em que Jesus diz que o que for feito a um presidiário ou qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade, se terá feito ao próprio Jesus.

Fotografia 1 - Crucifixo com dizeres. Imagem que estive na capela durante a Assembleia da PCR em Arrozal (2019)



Fonte: LIMA, 2019.

Fotografia 2 - Missa na sala de encontros

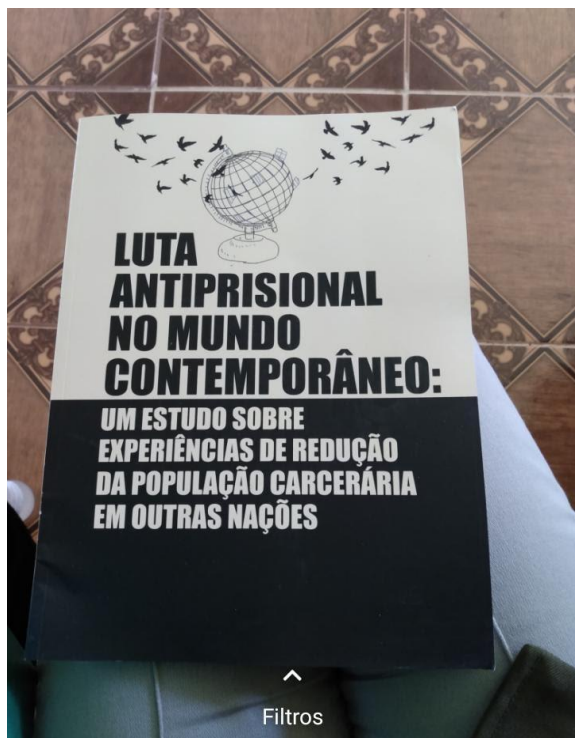


Legenda: Eu estou cantando o salmo. Atrás estão os padres, o crucifixo da imagem 1 e dizeres pendurados, tais como: por um mundo sem cárceres. Imagem da câmera de celular do Pe. Bernardo.
Fonte: COLGAN, 2019.

Ir. Petra, coordenadora nacional da PCR, afirmou que o objetivo da pastoral é “um mundo sem cárceres!”, e que, portanto, a atividade pastoral nos presídios não é o fim, mas o meio para a concretização deste objetivo. Lembrei-me da leitura de Ângela Davis “*Are Prisons Obsolete?*” (2003), da qual eu tenho muitos pontos de divergência. Embora nitidamente é preciso uma responsabilização social e a construção de mecanismos de inclusão para a redução do crime, penso na responsabilização individual também, mas com dignidade.

No local do encontro, foi construído um espaço de oração com livros publicados pela PCR. E eles tinham como temática a busca de uma sociedade sem cárceres e sem tortura, além de cartazes e fotos de familiares de presidiárias e presidiários.

Fotografia 3 - Cartazes usados na sala de encontros durante a Assembleia da PCR



Fonte: LIMA, 2019.

Eu não consegui imaginar um mundo sem cadeia, nem lendo Angela Davis e nem ouvindo Irmã Petra, bem que a própria autora discorre sobre a dificuldade de imaginarmos um mundo sem prisões na modernidade capitalista.

A maioria dos agentes religiosos com quem conversei acreditam na viabilidade do fim das prisões e na educação e no trabalho como mecanismos de ressocialização. Sobre essa questão, vou comentar mais adiante nessa dissertação que as mulheres encarceradas falam em “cumprir”, cumprirem a pena no presídio lhes parece “justo”. Em momento algum falam na inexistência de presídios, mas na necessidade de se ter um “cumprimento” sem violência e com condições dignas.

Ir. Petra, então, formou grupos e nos perguntou o que era tortura e quais eram as torturas que víamos nos presídios que acompanhávamos. Os presentes relataram desde agressões físicas, até “comida azeda”, falta de atendimento médico, privação de conhecimento sobre o andamento do processo, entre outras situações que são recorrentes no presídio.

Essas formações me fizeram perceber que, de maneira mais geral, a preocupação era com a formação de agentes religiosos atentos às demandas materiais dos presos e presas, ouvintes respeitosos e defensores dos Direitos Humanos mais essenciais dos presos e presas, como o de não serem torturados e torturadas. No entanto, através de minha experiência no presídio eu percebi que o sistema costumava impedir que esses intentos fossem concretizados, o que vou relatar no capítulo segundo.

Fotografia 4 - Espaço orante



Legenda: Fotos de familiares de presidiárias e presidiários e de agentes religiosos. Livros e orações. Assembleia PCR 2019. Fernanda Azevedo.

Fonte: LIMA, 2019.

É importante relatar que em 2006, a PCR junto com outras organizações compõem a primeira formação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Em 2013 apresenta à presidenta Dilma a *Agenda Nacional de Desencarceramento*, elaborado pela Pastoral Carcerária do Brasil.

1.6 Entre os agentes católicos: dificuldades e entraves no ingresso aos presídios

No grupo de *WhatsApp*¹⁸, composto por coordenadores da Pastoral Carcerária, grupo de que faço parte, há relatos de agentes religiosos em Volta Redonda que não podem entrar com terços no presídio, mesmo sendo o terço de plástico e um objeto autorizado, visto que não oferece risco de ser usado como arma branca dentro do presídio. Agentes católicos afirmam que isso se dá pelo fato dos agentes penitenciários serem evangélicos. Também há relatos de agentes responsáveis pela assistência religiosa na Cadeia Pública de Bulhões. Lá há uma igreja construída pela IURD dentro do presídio, e que embora seja um espaço comum, nela há uma ala denominada evangélica onde a igreja católica é impedida de acessar.

No presídio Evaristo de Moraes o padre foi impedido de entrar para celebrar a missa, pois levava um pouco de vinho para o ritual de transubstanciação. Formalmente, qualquer bebida alcoólica é impedida de entrar no presídio, mas esse acesso é flexibilizado quando é compreendido como um elemento religioso importante. Essa liberação pode ser feita pela diretoria do presídio. A secretária da Pastoral Carcerária, Janaína, elabora um ofício solicitando previamente a entrada do símbolo religioso. Segundo Pe. Bernardo, numa conversa informal, ela disse que da “alta cúpula” da SEAP não sente nenhum tipo de inibição ou cerceamento aos agentes católicos, que a dificuldade é percebida no presídio com a direção e os funcionários.

Ainda no grupo de *WhatsApp*, um agente, que identifiquei como Marlon, relatou ter sido impedido de entrar no presídio Evaristo de Moraes por usar sandália masculina. Não há nenhum protocolo que impeça formalmente a entrada por usar sandália.

Outro fenômeno crescente é a separação de celas exclusivas para evangélicos. Esta divisão fere a Lei de Execução Penal, que determina separação de detentos em celas por tipos

¹⁸ Este recurso digital também foi usado como fonte de dados para esta pesquisa. Reconhecendo que é uma plataforma de interação social contemporânea importante e utilizada como método por outros pesquisadores na área de ciências sociais. Sobre o uso deste equipamento e suas implicações nas pesquisas antropológicas, ver: A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. Cláudia Pereira Ferraz (2019). Disponível em: https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3

de delito cometido. Isso pode ser visto por dois prismas, por um lado é possível analisar como positivo, visto que a população privada de liberdade que fica nessas celas foge de briga, conforme dissertação de Edigar Amorim (1997), pois os mesmos teriam uma forma de interação “sui generis”, estabelecendo uma relação “neutra” com funcionários e com presos que pertencem a facções diferentes. Sob a perspectiva católica, incorre em favoritismo aos evangélicos, por ser tratar do único grupo religioso contemplado por esse “direito”.

Conforme a pesquisa “*Assistência religiosa em prisões do Rio de Janeiro: um estudo a partir da perspectiva de servidores públicos, presos e agentes*” (ISER, 2019), a SEAP aprovou 100 instituições religiosas para dar assistência espiritual nos presídios fluminenses. Do total, 81 são igrejas evangélicas. No site da SEAP, visitado a última vez em 28 de abril de 2020, havia 121 instituições religiosas cadastradas para a assistência religiosa nos presídios do Rio de Janeiro. São 36 Assembleias de Deus pentecostais e renovadas, neopentecostais. Também 15 são neopentecostais de vários segmentos distintos, com nomes renovados; além da Universal do Reino de Deus. Contei 97 instituições evangélicas. Destas, 67 são pentecostais e neopentecostais.

Vale ressaltar que a presença das igrejas pentecostais e neopentecostais são marcantes no sistema carcerário do Rio de Janeiro. O número de igrejas cadastradas é muito alto e a visita dos agentes religiosos é diária nos presídios. E, embora a Universal do Reino de Deus só tenha um cadastro, o número de membros é muito significativo e presente diariamente nos sistemas carcerários e socioeducativos.

Isso contradiz a fala do coordenador Roberto Magalhães, que atribuía a pouca presença católica no cárcere ao fato de o credenciamento ser realizado a partir do CNPJ, tendo as Igrejas Evangélicas, cada uma o seu registro, enquanto a Igreja Católica possui o registro de pessoa jurídica por dioceses (o que comporta um conjunto de igrejas de uma mesma região).

Não são as igrejas evangélicas históricas da Reforma das quais trato neste trabalho, pois ficou claro para mim, ao longo da pesquisa e por meio das entrevistas às lideranças católicas, que a dificuldade encontrada por católicos no sistema carcerário é com grupos pentecostais e neopentecostais, em especial a IURD e não com os grupos protestantes históricos ou kardecistas, que estão presentes no Oscar Stevenson, e são solidários com relação às religiões de matriz africana. Conforme aponte, em reunião com Gilson Nogueira, padre Roberto disse que deveriam garantir espaço para a senhora agente religiosa do candomblé.

O que aparece nos relatos, tanto nos grupos virtuais quanto nos encontros formativos, é a percepção dos agentes de que há uma facilitação no acesso desses grupos nos presídios, por sua política proselitista, que busca a conversão dos presos e presas e a pacificação do presídio,

uma política agradável aos agentes carcerários. Enquanto a proposta da Igreja Católica é estar entre presidiários e presidiárias ouvindo, fazendo orações, mas também fazer monitoramento do presídio e denúncia de torturas, além da assistência jurídica oferecida por agentes religiosos advogados e assistência médica com o Projeto Amor que Cura.

É importante dizer que a Igreja Católica conta com um membro no Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, o padre Roberto Conceição, já citado. Esse conselho é formado por 18 membros juristas, 2 psicólogas, 2 profissionais da saúde e 5 membros da sociedade civil, e é responsável pela fiscalização dos presídios e por buscar junto aos órgãos públicos melhorias para a população encarcerada.

Portanto, o crescimento do pentecostalismo e neopentecostalismo ganham espaço nos presídios com uma política de ação diferente da adotada pela Igreja Católica e pelas Igrejas Protestantes históricas. O proselitismo, a pacificação dos presos e presas, a ação intimista e também assistencialista desses grupos são melhores recebidos no sistema prisional. Presença para fins de conversão que não interfere no sistema prisional e em sua administração, conforme veremos melhor no capítulo III.

1.7 Quando evangélicos são minoria: a visão de uma pastora Metodista

Como já apontado, os evangélicos da Reforma também são minorias nos presídios, que contam com maioria pentecostal e neopentecostal, cuja presença nos presídios tem por objetivo a conversão religiosa da população encarcerada e uma ação pacificadora e intimista na cadeia.

Encontrei-me com pastora Kaká, Maria do Carmo Lima, negra, brasileira, tem 25 anos dedicados a visitar adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa no Centro de Atendimento Intensivo (CAI) em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, tendo já atuado no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) em Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense.

Pastora Kaká, como é conhecida, ganhou a medalha Tiradentes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) pelos anos dedicados aos adolescentes em conflito com a lei e por seu trabalho de excelência, na promoção dos Direitos Humanos dos internos.

A pastora foi durante muitos anos membro da igreja Metodista do Brasil e em 2019 começou a integrar a Igreja Metodista Episcopal Africana. Ela disse que teve que sair porque

com a mudança de bispo, não teve mais apoio financeiro e episcopal para continuar suas atividades nas unidades de socioeducação.

Pastora Kaká conhece pastores que atuam no presídio e, durante seu trabalho no DEGASE, conheceu o pastor Marcos Pereira, que deu início às atividades dos neopentecostais nos presídios cariocas. O pastor Marcos também fazia assistência religiosa no Centro de Atendimento Intensivo (CAI). Ela me falou sobre o papel da Igreja Evangélica nas unidades socioeducativas e nos presídios e sobre a performance do pastor Marcos no CAI:

Nosso papel lá é fazer controle social e levar o evangelho de Jesus. O evangelho de Jesus, que se preocupa com a vida das pessoas, a dignidade deles.” E, sobre o crescimento do pentecostalismo e neopentecostalismo entre os presos e presas, ela diz: “os meninos (adolescentes em conflito com a lei) em sua maioria vêm de famílias neopentecostais, eles saem do socioeducativo e vão pro presídio, né?! Quem cresce mais é a Universal. Sabe, tem muita coisa oculta, que a gente não vê direito. Eu conheci o pastor Marcos (Pereira), ele ia lá no CAI Baixada (unidade de socioeducação em Belford Roxo). Lá a maioria dos meninos é do ADA, hoje chamado terceiro comando, porque se uniu com o PCC e ele só mandava descer os do Comando Vermelho, só eles. Por quê, sabe!? A gente sabe, eles têm um acordo com o tráfico. Eu via o teatro dele (pastor Marcos) segurando a cabeça dos meninos, jogando no chão, gritando. Isso não é o evangelho de Jesus!

A pastora ressalta que o papel das Igrejas nos presídios é evangelizar e fazer controle social. Sua perspectiva é bastante similar à que é apresentada pela Igreja Católica, por meio da fé e da religião, uma ação na defesa dos direitos da população encarcerada. A pastora fala sobre a presença do pastor Marcos Pereira no sistema carcerário e socioeducativo, como fazia seleção para o atendimento dos privados de liberdade e sua performance no momento de oração. E nomeia como “teatral”.

Para além disso, aponta um possível acordo entre o tráfico e o pastor Marcos. Ele foi acusado de envolvimento com o tráfico pela justiça. Esse acordo foi para beneficiar a eleição de Anthony Garotinho ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2010, e também para entrar nas favelas e resgatar pessoas envolvidas com o tráfico, da morte, num acordo prévio, para demonstrar autoridade religiosa e conseguir novos adeptos à sua igreja. Esses neoconvertidos doavam o dinheiro conseguido no tráfico para a Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias.

A percepção da presença religiosa como um órgão civil de controle, para além da evangelização, supervisiona a ação do Estado nos presídios, o que acaba gerando certo incômodo. Por não ser somente uma ação religiosa, o que certamente é, mas por ser também uma ação civil para a garantia mínima da dignidade no cumprimento da pena.

Os protestantes “históricos” são minoria em relação aos (neo)pentecostais. E existe um conflito em relação à percepção do papel da assistência religiosa no sistema prisional e

socioeducativo. Mais uma vez a linguagem religiosa é preponderante se comparada a secular. Enquanto a pastora ressalta o caráter social da presença religiosa, (neo)pentecostais reforçam o viés espiritual. E, assim como católicos, protestantes “da Reforma” se posicionam como minoria nessa correlação de forças.

2 DA FORMAÇÃO À PRÁTICA NO INSTITUTO PENAL

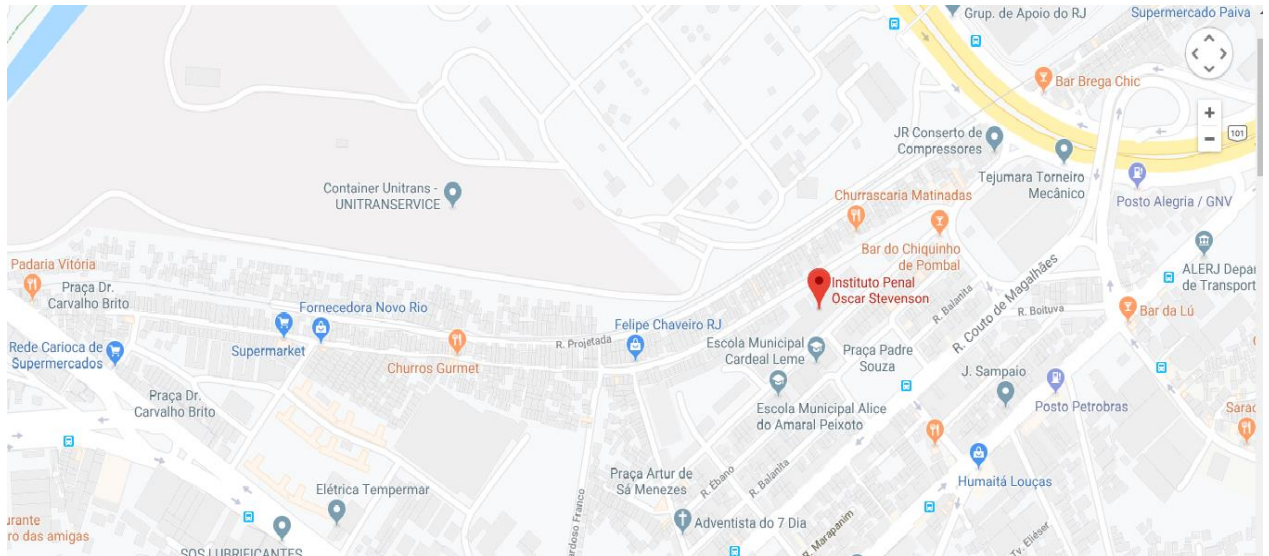
Neste capítulo descrevo a minha entrada no Instituto Penal Oscar Stevenson. As expectativas e objetivos apresentados nas formações da Pastoral Carcerária não alcançam sua efetivação dentro do presídio na ação dos agentes religiosos católicos. Se no capítulo I vimos que as lideranças da Pastoral são intelectualizadas e promovem formações voltadas à garantia dos Direitos Humanos, no capítulo II veremos que os agentes leigos não possuem o mesmo nível de escolaridade e não colocam em prática as orientações dos líderes. Por outro lado, os agentes carcerários também esperam uma postura disciplinadora da Igreja Católica, bem como dos evangélicos.

2.1 Conhecendo o Instituto Penal Feminino Oscar Stevenson

O Instituto Penal Oscar Stevenson está localizado em Benfica, Zona Norte do Rio de Janeiro. O presídio fica ao lado da favela do Arará ou Vila Arará, dominada pelo Comando Vermelho (C.V). O Oscar Stevenson tem capacidade para 392 presas e abrigava 349 detentas¹⁹. Embora esse número comporte a capacidade do local, as celas estão lotadas e as internas dormem no chão. Segundo o que as detentas com as quais tive contato relatam, não há beliches para todas. Esta unidade é o último passo para a liberdade das presas, é uma unidade de regime semi-aberto. Portanto, as mulheres antes de ingressarem no Oscar Steveson, já passaram por outras unidades prisionais.

¹⁹ Este dado foi coletado no primeiro semestre de 2019. Dado fornecido pela diretora-geral Georgete. Este número não é regular.

Figura 1 - Localização do Instituto Penal Oscar Stevenson em Benfica



Fonte: Google Maps.

Segundo relatório de visitas do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2016, denominado *Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade*, a unidade não oferece condições de higiene e nem para a ressocialização das presas, além do uso agressivo e desmedido de “medidas disciplinares”²⁰ e de agressões físicas impetradas por agentes carcerários homens. Conforme aponta o relatório:

A prática institucional implementada ali apenas reforça os estigmas pelos quais passam as mulheres privadas de liberdade de maneira geral. (...) A direção abusa de medidas disciplinares que provocam até mesmo a perda de emprego e, ainda, verifica-se que presas em regime aberto possuem uma rotina incompatível com a etapa de cumprimento da pena em que se encontram. Com relação à estrutura, é precário o fornecimento de água para as presas, que não podem atender seus cuidados de saúde e higiene a contento, expondo-se ao risco de contrair doenças e, não raro, passando sede. Muitas presas se veem obrigadas a sair para o trabalho extramuros sem tomar banho e, devido ao tempo exíguo para retornar à unidade, tampouco conseguem tomar banho no local de trabalho. Ainda com relação à higiene do local, o MEPCT/RJ encontrou a galeria da unidade com muitas baratas. A superlotação das celas da unidade tem mantido as mulheres presas em permanente situação degradante, sendo obrigadas ao convívio em um espaço apertado, sujo, com baratas e sem água suficiente, além de uma rotina ociosa e de risco.

²⁰ Medida disciplinar é aplicada para a presa que ofende alguma ou algum agente penitenciário, ou se atrasa na chegada ou retorno do trabalho e pode ser aplicada segundo a interpretação das e dos agentes penitenciários em outras situações. Para um aprofundamento do tema: relatório da Alerj de 2016 “Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro”, encontrado no link: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-Meninas-e-Priva%C3%A7%C3%A3o-de-Liberdade-no-Rio-de-Janeiro-010316.pdf>

O uso da violência contra as presas se configura como uma prática rotineira por parte dos agentes do Estado. Foram muitos os relatos de tapas na cara, que seriam infligidos por agentes de segurança do sexo masculino presentes na unidade” (ALERJ, 2016. p. 58).

Este é um retrato da instituição oferecido por uma comissão da Alerj, o que nos dá um panorama técnico do local. Em 2016, ano de publicação do relatório, havia 314 mulheres encarceradas, um número menor que o de 2019²¹. Tive minha primeira impressão do Instituto Penal Oscar Stevenson, ainda pelo telefone, no dia 10 de fevereiro de 2019, combinando com Dona Maria Célia, agente religiosa católica, minha ida ao presídio.

Fui orientada por Dona Maria Célia a ir de sapato fechado, por conta da sujeira. Ela foi a minha principal interlocutora no que se refere ao acesso ao presídio. Uma senhora que dedica 22 anos de sua vida à Pastoral Carcerária. É amável, maternal e ao mesmo tempo rígida, conservadora no que se refere aos dogmas e ritos da Igreja Católica. Aquele era o nosso primeiro contato: no domingo, dia 10 de fevereiro, às 23h, ela me ligou. Pediu-me também que prendesse o cabelo, por causa de piolho. Posteriormente, entendi que era um gesto de proteção da parte dela. Combinamos, então, que na quarta-feira seguinte, dia 13 de fevereiro de 2019, eu me encontraria com ela na praça, que fica bem próximo ao presídio. De lá seguiríamos juntas para a assistência religiosa. Eu não havia adquirido ainda a camisa azul com a imagem de algum santo e por isso, remarquei para dia 20 de fevereiro.

Conforme elucidado no capítulo anterior, eram sete instituições religiosas cadastradas para fazer assistência religiosa nesta unidade prisional, sendo cinco de denominação evangélica, uma católica e uma espírita kardecista; todas devem ter CNPJ para ter o direito ao cadastro. Esse número pode ter mudado a partir da migração dos detentos do presídio José Frederico Marques, unidade masculina que abrigou políticos famosos presos na Operação Lava Jato, para o Instituto Penal Oscar Stevenson²², após o incêndio ocorrido em janeiro de 2020, que destruiu grande parte da estrutura do José Frederico Marques, situado ao lado do instituto penal em questão. Os presos ocuparam o então presídio feminino e as mulheres foram transferidas para unidades em Niterói.

Dia 20 de fevereiro, cheguei antes, eram 8:20 ainda e o combinado era 9h. Olhei a praça, atravessei a rua e fiquei num bar em frente ao Instituto Penal Oscar Stevenson. Lá havia algumas mulheres que usavam as mesas disponíveis para ensacar frutas em sacos transparentes.

²¹ Dados do Relatório temático da Alerj: Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade (2016).

²²<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/29/incendio-atinge-presidio-em-benfica-na-zona-norte-do-rio.ghml>

Cortaram também sabonetes ao meio e o cabo da escova de dentes. A cada quinze dias tinha a chamada “custódia”, que permitia que familiares levassem alimentos e materiais de higiene pessoal para as detentas. Esse aviso fica afixado no portão de entrada do presídio.

No bar, eram aproximadamente vinte mulheres, não havia homens. Lembrando que são 349 internas. As mulheres privadas de liberdade são bem pouco visitadas, diferente dos presidiários²³. Vale ressaltar que a Lei de Execuções Penais que garantiu visita íntima aos presos é de 1984, enquanto a visita íntima garantida às mulheres presas teve vigência a partir de 2001 (Lei de Execução Penal Projeto de lei n.º 5.075 de 2001).

Pontualmente, chegou D. Maria Célia, ali a conheci. Uma senhora negra, um pouco acima do peso, com certa dificuldade para andar por dores no joelho. E por conta desta limitação, fazíamos a assistência religiosa apenas no primeiro andar. Avisou-me que não devíamos esperar ali, pois era o lugar onde ficavam os familiares das presas. E que poderíamos ser “confundidas”. E, o tratamento dado aos familiares é bastante hostil, segundo ela. Entramos no presídio por outra porta, inclusive, e não passamos por revista íntima e nenhum tipo de revista, a não ser por um portal de detecção de metais parecido com o de aeroportos.

Figura 2 - Portão de Entrada do Instituto Penal Oscar Stevenson



. Fonte: Imagem disponível retirada da internet²⁴

Este é o portão por onde entram os carros dos funcionários do presídio. Nele está pintado o dizer: “Ressocializar para o futuro conquistar”, para o propósito da ressocialização das presas. Esses dizeres aparentam a busca de algo legitimado socialmente.

²³ Informação obtida em reportagem com pesquisas sobre visitas em presídios femininos e masculinos pode ser encontrada em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/condenadas-visitas-sao-raras-em-penitenciarias-femininas-aponta-pesquisa-da-ufmg.ghtml>

²⁴ <https://secretariaexecutivadeacaosocial.wordpress.com/2015/10/02/doacoes-de-natal-foram-realizadas-pela-pastoral-carceraria-em-dezembro-2012-no-instituto-penal-oscar-stevenson/>

Portanto, “a finalidade oficialmente confessada” pelo presídio feminino é a reinserção da presa na sociedade, entendendo o presídio como um lugar de liminaridade em que as presidiárias são preparadas para serem “sociáveis” novamente. O termo ressocialização é usado tecnicamente entre os funcionários do presídio, apontando como ideal da instituição fornecer possibilidade para que a mulher encarcerada não volte a cometer crimes quando obtiver sua liberdade. Embora a inclusão social seja o desejo manifesto extramuros, a noção moral reforçada no internamente é semelhante ao que foi analisado por Durkheim (2014), pois ao mesmo tempo que a pena na sociedade complexa alcança efeitos de maior consciência, existe uma busca social de se vingar do criminoso.

Este objetivo está exposto no portão de entrada, mas também em plaquinhas colocadas em frente à sala da Direção do presídio, no interior do Oscar Stevenson, ainda no térreo. Dizeres como “Amor”, “Paz”, “Fé”, “Boas Vindas!” e “A felicidade só depende de você”, em plaquinhas coloridas e que enfeitavam a parede, trazendo a responsabilização individual pelo futuro e pela possibilidade de ser feliz; além de desejar boas vindas a um lugar que ninguém gostaria de estar, o que soa mais como sarcasmo que como palavras motivacionais. Palavras estas que também fazem parte do repertório dos grupos religiosos que assistem as presas.

Quase sempre, muitas instituições totais parecem funcionar apenas como depósitos de internados, mas, como já foi antes sugerido, usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas (GOFFMAN, 1974, p. 69).

Como afirma Amorim (1997), o conceito de instituição total se aplica parcialmente ao presídio, pois existem outras maneiras de sociabilidade que fogem às rígidas relações descritas por Goffman. Entre elas, aponto a assistência religiosa, pois nela há espaço para “interrupções” no sistema, ainda que “interrupções controladas”, elas existem, como ficará claro no relato da primeira assistência religiosa que acompanhei. Além da possibilidade de trabalhar dentro ou fora do presídio, ainda que a minoria gozasse desse direito.

Na portaria do presídio ficam os agentes homens, eles abrem o portão, após a identificação que fazemos ainda do lado de fora. Entramos e deixamos na portaria todos os nossos pertences, depois passamos pelo detector de metais. Apresentamos o documento de identidade e a carteirinha de agente religioso.

Figura 3 - Planta do Oscar Stevenson a partir do que vi e acessei²⁵



Fonte: SKullesco, Júnior

Após entrarmos e entregarmos nossas carteirinha e identidade na portaria, assinamos a entrada, passamos pelo detector de metais e deixamos lá a nossa bolsa com pertences. Não podemos entrar com nenhum aparelho eletrônico ou qualquer coisa de metal. Dona Maria Célia me aconselhou a sempre colocar meu dinheiro no bolso para entrar com ele. Depois de ter passado pelo detector e ela também, entramos. No meu primeiro dia a ingressar no Instituto, um agente disse à D. Maria Célia, em voz alta, que pessoas novas se assustam muito fácil no presídio e me olhou com certo ar de deboche.

A compreensão de que somos interlocutores e que, portanto, somos parte numa relação em que somos vistos e vemos, está consolidada no campo antropológico. Nessa perspectiva, o corpo de quem pesquisa facilita ou dificulta o acesso ao campo, como narra Copque (2015) ao contar o percurso de sua entrada para pesquisa no complexo de Gericinó/Bangu. A discussão sobre o corpo na antropologia perpassa muitos autores, tais como Marcel Mauss (2003); Geertz (2005); Le Breton (2016). Desta maneira, o corpo torna-se a primeira credencial de quem pesquisa. Ele e seus traços fenotípicos e culturais são já um texto a ser interpretado pelo interlocutor no fazer antropológico.

Lembrei-me, em campo, de Geertz (2008), que quando buscou entender simbolicamente e etnografar a briga de galos que acontecia numa aldeia balinesa, parecia ser ignorado, mas que

²⁵ Esta planta foi desenhada por Júnior SKullesco, meu ex-aluno e universitário de Design da Escola de Belas Artes da UFRJ. A planta foi construída a partir de dois encontros pessoais e trocas virtuais. O Oscar Stevenson é um presídio vertical, os andares foram construídos acima do que chamo de “Diretoria”, embora ali tenham muitas pequenas salas da equipe técnica do instituto. Na imagem se pode ver a representação de uma escada, que dá acesso ao primeiro andar. No térreo, a única cela existente é o 1º “castigo”, localizado em frente à portaria, onde ficam os agentes carcerários homens. Eu estive no terceiro andar apenas uma vez. O acesso é apenas por escadas, passando por um grande corredor com celas nas laterais. Foi possível recordar, pois a estrutura é totalmente padronizada.

após fugir numa incursão policial ao local, assim como os aldeões, teve a surpresa de entender que todos o conheciam bem e que todo o tempo ele era observado e analisado pelos nativos²⁶. Não houve espaço de convivência com o agente carcerário da portaria do presídio. Mas, talvez na aldeia balinesa já houvesse uma expectativa sobre os que chegavam de fora, até porque desde a antropologia clássica se buscaram “culturas exóticas” até compreendermos que era possível desnaturalizar o que é próprio da cultura urbana ocidental. Então, estrangeiro/a, branco/a, com “ar colonizador”, eram as características “esperadas” pelos nativos. E o agente carcerário tinha também suas expectativas e esperava por alguém mais velho.

Digo isso porque eu fui a pessoa mais jovem a fazer parte da Pastoral Carcerária, cheguei a ganhar um livro por ser a mais jovem membro da PCR, a despeito da participação de freiras jovens, com cerca de pouco mais de trinta anos. David Le Breton (2016, p. 94), ao analisar os sentidos na antropologia, diz que “toda visão é interpretação”. O agente me via como inadequada ao presídio e verbalizou isso de forma sarcástica. Bem como eu o via da mesma maneira, esperava ser recebida por uma agente carcerária mulher.

Posteriormente, pesquisando, constatei que os presídios femininos devem contar apenas com uma equipe feminina de agentes carcerárias, conforme documento das Nações Unidas regulamenta.

Aliás, a presença de agentes do sexo masculino também viola os dispositivos internacionais sobre o tema, como o art. 53, III, das Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas, ao dizer que “a vigilância das presas será exercida exclusivamente por funcionários do sexo feminino (...)” (ALERJ, 2016).

Ao adentrarmos o “pátio”²⁷, local onde ficam o estacionamento, a diretoria e a capela, há um corredor em frente à portaria e tem uma cela ali que é chamada de Castigo. É a primeira cela de Castigo, pois há uma segunda no primeiro andar. Eu, na verdade, só percebi que era cela depois de sete meses em campo. É uma porta de ferro totalmente tampada, apenas com um pequeno espaço superior para respiração. Nunca havia visto ninguém ali, até que uma jovem pediu um terço e pediu que conversássemos com ela, mas fomos impedidas. Segundo o agente, não iria adiantar, pois elas “não tinham mais jeito”. Esta foi uma das vezes que não nos permitiram lhes falar. Os agentes carcerários da portaria sempre interditavam qualquer tentativa

²⁶Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

²⁷ O local é referido como “pátio” pelos agentes carcerários.

de aproximação. Um deles, depois de muita insistência, nos disse que era proibido e se fôssemos lá, estaríamos descumprindo uma ordem do presídio.

Em seguida, há o espaço da sala da diretora, que tem as plaquinhas, conforme apontei anteriormente. Esta fica no térreo. Lá ficam outras salas da equipe técnica. Subindo dois lances de escada, temos acesso à recepção, à sala de chefia de segurança, onde ficam os materiais impressos, ornamentos e a bíblia que usamos na assistência religiosa. Neste espaço há um 2º castigo, um espaço amplo para a assistência religiosa e um corredor com celas nas laterais. Dona Maria Célia subia com dificuldade, por causa da dor nos joelhos. Todos os sete meses que estive com D. Maria Célia, só acessamos o térreo e o primeiro andar.

Lá em cima há um balcão gradeado onde ficam agentes mulheres, lá é a recepção. Ainda no corredor do primeiro andar tem uma segunda cela de “castigo”, mas é diferente da que fica no térreo. Este castigo tem grades largas e se pode ver tudo lá dentro, é um pequeno cubículo sem nada e fica logo em frente à recepção, onde sempre há uma interna isolada e totalmente exposta, às vezes mais de uma. Durante uma visita, uma interna presa no “castigo” lastimava com irritabilidade dizendo não merecer estar ali.

Portanto, são dois conceitos de “castigo”, um totalmente recluso e invisibilizado, que fica em frente à portaria e que chamo de “1º castigo”. E outro, totalmente exposto, que fica no primeiro andar, em frente à recepção, o “2º castigo”. Lembrando que no “1º castigo”, o portão é chapado, sem visão exterior, exceto pelas pequenas grades na parte superior. Esse espaço é vigiado por homens, enquanto o “2º castigo” é totalmente exposto, de grades largas e fica no primeiro andar, onde estão apenas as agentes carcerárias mulheres. É da recepção que as agentes dizem qual a cela em que atenderemos na assistência religiosa. São elas que escolhem quem participará do momento conosco e, como já dito, comumente é a cela “Seguro” que participa.

Esperamos sentadas em alguns bancos. Eles ficam em frente à sala da chefia de segurança, local em que D. Maria Célia deixa seu material como bíblia, folhetos de cantos, crucifixo, toalha de mesa... Aquele dia esperamos pouco, uns 10 minutos, recebemos nosso material e entramos. Esse tempo é variável. Como não levamos o material para casa, ele fica permanentemente na sala da chefia de segurança, não passa pela revista. Isso acontece apenas se levarmos um material novo, que será revistado já na portaria e passa por um *scanner* que detecta drogas.

O espaço que acessamos é uma área que fica entre o corredor de celas e o espaço da recepção e da chefia de segurança. O local é amplo, ficamos trancadas entre estes dois ambientes. As inspetoras e agentes carcerárias ficam observando. Este ambiente, que chamo de

“ambiente da assistência religiosa” na planta, tem banheiro, um bebedouro, mesas e cadeiras de plástico.

Organizamos umas mesas e cadeiras. Dona Maria Célia tirou da bolsa de materiais um crucifixo e colocou sobre a mesa com uma toalha branca. Seis detentas vieram. É a agente carcerária que faz o convite às internas de uma determinada cela selecionada por um grupo de agentes da recepção. A participação na assistência religiosa é facultativa, portanto, participa quem se interessar. As que aceitaram o convite vieram e se sentaram-se. Por se tratar de um grupo pequeno, ficamos bem próximas. Maria Célia falou que a missão da pastoral carcerária era levar a palavra, rezar, fazer missas e que poderia entrar em contato com as famílias e levar materiais de higiene pessoal.

D. Maria Célia tinha fichas na bolsa de materiais. Devíamos preencher com nossos dados o horário que ocorreu a assistência religiosa e as mulheres participantes deveriam colocar seu nome completo, a idade e a cela da qual que fazia parte. Então, ao final do encontro, tínhamos registradas essas informações pessoais das mulheres atendidas pela Pastoral. Essas fichas eram para controle da PCR.

2.2 As cores como demarcadores de poder

Fui orientada por D. Maria Célia a usar a cor azul, que é a cor adotada pela pastoral carcerária. Na mesma orientação, ela solicitou que tivesse a imagem de algum santo católico, para identificar que eu era agente católica. Por isso, eu adquiri uma camiseta azul com a imagem de Nossa Senhora de Fátima. D. Maria Célia usava uma camisa azul escrito: Pastoral Carcerária. Ela me explicou que eu não poderia usar as cores vermelha, verde, branca e preta. A cor vermelha era proibida, porque é a cor representativa do Comando Vermelho (CV), facção criminosa à qual a maioria das mulheres internas estão relacionadas²⁸, as demais afirmam-se sem facção.

A cor verde é usada por internas que trabalham no presídio. A cada três dias trabalhados, elas ganham um dia de redução de pena. Entre as agentes e as mulheres

²⁸ Como as detentas estão sob a égide do Estado, o mesmo deve garantir sua vida. Logo, os presídios respeitam as separações por facções, chegando a ter institutos específicos à determinada facção criminal, que não vem a ser a situação do Instituto Penal Oscar Stevenson. Não é algo relatado oficialmente. Obtive a informação de que a maioria das mulheres estão relacionadas ao C.V com D. Maria Célia.

encarceradas, essas presidiárias de verde são chamadas de “faxina”. Os trabalhos consistem na limpeza, manutenção e conserto de equipamentos, entre outros. Algumas trabalham no próprio presídio e outras saem para trabalhar e retornam após a jornada de trabalho.

A cor branca não pode ser usada pelos agentes religiosos, pois as presidiárias que não trabalham usam camisa branca. A maioria das mulheres presas são “brancas”. Embora as “verdes” também sejam mulheres encarceradas, elas possuem o direito de sair para trabalhar, além de poderem circular pelo presídio com certa autonomia. As “brancas” dizem que as “verdes” recebem comida “fresca”, enquanto elas recebem comida estragada. O preto é usado pelas agentes carcerárias e pelos agentes carcerários. Homens e mulheres usam o preto. Os “pretos”, por vezes, são chamados de “polícia” pelas “brancas”.

Os únicos agentes religiosos que adentram o presídio de preto e clérigima são os padres e diáconos, a fim de serem identificados como líderes religiosos. Na tradição católica, a cor preta é uma cor de proteção que bloqueia “tentações”, perigos externos e demonstra autoridade.

Na equipe técnica, assistentes sociais, diretora e psicólogas não usam uniforme. Não consegui detectar se possuem um código cromático interno, possivelmente há sim, não me lembro de tê-los visto de vermelho ou de preto. Os agentes homens, vestidos de preto, ficam na portaria, no térreo. Eles deveriam atender apenas ali. No entanto, em dias de “procedimento”²⁹, que eram apenas para ser o dia de revista das celas e das internas, segundo Dona Maria Célia, eles também participam das revistas.

Num vídeo postado no Youtube³⁰ e posteriormente retirado da plataforma, uma presa “branca” do Oscar Stevenson filma com um celular e mostra o momento que uma colega de cela, de 28 anos está agonizando. Outras detentas da mesma cela, todas “brancas”, gritam por algum tempo, mas não obtém socorro. Na filmagem, que consegui ver, é possível acompanhar da agonia à morte de Marcia Cristina, uma verdadeira “via-crúcis”. A causa da morte não foi divulgada. No vídeo, as detentas denunciavam a comida estragada, dizia que a “coleguinha” morreu de intoxicação por conta do alimento. Denunciavam também agressões físicas cometidas por agentes carcerários homens³¹, “os pretos”. Elas recorreram à ilegalidade do uso de celular no presídio, para denunciar outras ilegalidades no ambiente prisional.

²⁹Revista geral nas celas e nas presas. Elas acontecem sem datas pré-estabelecidas.

³⁰<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/05/morte-de-detenta-e-investigada-em-cadeia-feminina-de-benfica.htm>

³¹ A Lei 12.121/09, sancionada no dia 16 de dezembro pela presidência da República, que modifica a Lei de Execuções Penais de 1984, dita sobre a retirada de agentes masculinos de presídios feminino. A lei garante que apenas agentes carcerárias mulheres trabalhem em presídios femininos.

Sobre a vestimenta e a identificação dentro do presídio, Amorim transcreve em sua dissertação um episódio jocoso que lhe apresentou um questionamento sobre as fronteiras que devem ser estabelecidas entre pesquisador e pesquisados (AMORIM, 1997 p.63). O pesquisador, que esteve vinculado ao Instituto de Estudos da Religião, numa das visitas que fez ao Complexo Penitenciário Frei Caneca, presídio Milton Dias Moreira, foi questionado de maneira descontraída por um detento. Este disse da possibilidade de ele ser confundido com um preso por usar calça jeans e camisa branca, os trajes que os detentos usam.

Esta discussão, sobre o distanciamento do pesquisador em campo, é emblemática na antropologia e foi muito bem salientada por Foote-Whyte (2005) nos anexos do livro *Sociedade de Esquina*, onde conta que foi indagado pelos interlocutores por estar falando da mesma maneira deles, que eram jovens que trabalhavam na informalidade. Segundo seu principal interlocutor, Doc, isso lhes parecia bastante estranho e, não esperavam essa postura dele.

Por todos esses fatores, afirmo que ter uma identidade visual distinta no presídio é necessária. No grupo católico, assumimos a cor azul. Percebi que também os membros da Assembleia de Deus usam azul. E os membros da IURD usam uma camisa polo de cor creme com o símbolo da IURD bordado no bolso da camisa. Assim, reconhecem que chegou “a Igreja”, como as detentas costumam chamar todos os grupos religiosos.

Por meio das cores também percebemos as relações hierárquicas no presídio e como cada cor identifica um grupo social nessa relação. Conforme Diniz (2015), em sua obra *Cadeia: relatos sobre mulheres*, a autora que acompanha a assistência médica às presas do Presídio Feminino do Distrito Federal, as “coletes brancos”, também apresenta os “coletes pretos” - agentes carcerárias e “coletes amarelos” - detentas.

Darnton (2015) descreve a posição social de cada pessoa/grupo através de um texto marcado por cores e vestimentas. Cada cor e vestimenta na cena significa uma posição hierárquica no sistema social. São marchas populares francesas que reuniam representantes civis e religiosos. A marcha compõe um “texto” social a ser lido e interpretado. Cada pessoa, por sua posição na rua, revelava a sua posição/papel social exercido naquela sociedade.

Todos desfilavam com mantos cerimoniais escarlates, tem capuzes de cetim roxo, e cada qual representava um grupo corporativo. Os três primeiros eram designados pelo governador da província, que os escolhia entre os "cavalheiros", "burgueses" que viviam com foros de nobreza", e advogados ou tabeliães, respectivamente. Os três outros eram selecionados pelo principal organismo municipal, o *Conseil de Ville Renforcé*, e vinham dos seguintes grupos de entidades corporativas: em primeiro lugar, comerciantes, cirurgiões, farmacêuticos ou escreventes; em segundo, ourives, fabricantes de perucas, destiladores, fabricantes de tapeçarias ou membros de qualquer outro "negócio respeitável" (métier honnête,) e, em terceiro, um mestre artesão de um dos negócios estabelecidos (corps de métiers). Os cônsules também

representavam o Terceiro Estado (plebeus) de Montpellier, em reuniões dos Estados Provinciais. Na verdade, pareciam insignificantes em comparação com o bispo, em tais ocasiões, porque usavam apenas mantos curtos e não podiam fazer discursos (...) (Darnton, 2015. p. 113).

Darnton mostra “a importância de se atentar para o elemento simbólico no intercuro social” (PARADA, 2014;14). O elemento simbólico é significativo para compreender os papéis sociais exercidos dentro do presídio. O Instituto Penal Oscar Stevenson possui um código cromático interno que identifica os sujeitos na instituição. Entende-se, porém, que são “desenhos gerais” que não são rígidos e que há uma dinâmica de possíveis trocas. Por exemplo, uma detenta “branca”, pode tornar-se “verde”. Le Breton afirma que “Antes de ver é preciso aprender os sinais” (2016:83), e, entendendo o sentido dos códigos e símbolos no espaço prisional, podemos ver por meio deles.

2.3 Assistência Religiosa como prática catequética: “A Igreja”

“Maldito o homem que confia no homem”³² (Jr 17, 5)

Na rotina das idas ao presídio, eu realizava uma descrição em diário de campo, no mesmo dia, logo depois de sair da unidade prisional. Meu diário era o celular. Para não ter um intervalo grande de tempo e comprometer alguma lembrança significativa; assim que saía do Instituto, eu redigia um texto com todas as memórias no smartphone, visto que no caderno físico me demandaria mais tempo e eu precisaria parar. O episódio etnográfico a seguir, ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2019, primeiro dia que ingressei no Instituto Penal Oscar Stevenson.

Dona Maria Célia começou fazendo o sinal da cruz e seguia o roteiro de missa do domingo anterior. Algumas presentes não fizeram o sinal. Ela perguntou se não eram católicas, disseram que não. Ela perguntou se eram batizadas, uma disse que sim, que foi batizada na Igreja Católica quando bebê e na Evangélica quando adulta. Maria Célia começou a falar do

³²Leitura da liturgia do domingo, dia 17 de fevereiro de 2019. Usada na assistência religiosa do dia 20 de fevereiro de 2019.

batismo católico e que era apenas um batismo válido, além de dizer que a bíblia dizia que era apenas para molhar a cabeça e não imergir nas águas como fazem os evangélicos.

Depois perguntou à Bárbara (que as detentas chamavam de ele), e que parecia ser um homem trans. Ele disse que era evangélico. D. Maria Célia perguntou qual era a denominação “dela” e ele não entendeu. Ela insistiu. Ele disse que ia a qualquer igreja evangélica. A outra detenta tentou explicar e disse: “assim, ele não tem igreja fixa, igual eu.”. E completou: “nós não é flor que se cheira, mas tamo aqui pra cumprir pelos nossos filhos e família. Eu mesma pari aqui na cela, eu só quero dormir desde que minha filha foi levada de mim, disse Josefa, uma mulher jovem.”. E disse: “Ele (Bárbara) perdeu a vozinha e está mal. Só quer chorar”. Ele disse: “Tem como vocês rezar por ela?”

Maria Célia disse que sim e pediu que Deus a abençoasse. Disse que Deus colheu uma flor pra Ele, que nada acontece sem a permissão de Deus e que “ela” não deveria chorar. Depois fez orações católicas e pediu que elas lessem. Duas delas não sabiam ler. Josefa, que sabia ler, começou a leitura de Jeremias “Maldito o homem que crê no outro homem...” parou e disse: “é verdade! Encaixa pra gente aqui.”.

De repente escutamos muitos gritos de alegria vindo das celas. Uma das detentas que estavam na assistência religiosa disse: “tá saindo uma!” Eu falei: “devem gostar muito dela, tão fazendo festa”. Ela disse: “pra gente pode ser a pior pessoa que a gente fica feliz de tá fora daqui. A gente quer é que ganhem liberdade, igual a gente quer ganhar”.

Dona Célia olha como se estivesse dizendo (vamos seguir as orações), fiquei em silêncio e seguimos rezando e cantando. Passa a pessoa pela qual gritavam porque seria solta. Uma mulher com vestido preto e branco, cabelo cacheado e batom vermelho. Elas se levantam e vão abraçar a “coleguinha”, forma como se chamam, e dizem que ela está linda.

Voltam e continuamos. As interrupções não agradam a Dona Maria Célia, que pede que não atrapalhem. Depois, passa mais uma para ser liberada, essa elas não conhecem bem, é de outra cela, mas desejam sorte de longe. Um tempo depois, ele (Bárbara) começa a ter um ataque convulsivo, todas se levantam e vão ajudá-lo. Chamam socorro e as agentes penitenciárias só olham, nenhuma toca nele e nem as ajuda. Eu fico junto com as detentas, segurando-o. Elas diziam: “calma, nós tamo aqui contigo. Segura a cabeça dele! Calma, calma!”.

Pedem ajuda a uma agente que não se aproxima muito e se mantém de pé. Apenas diz: “espere ela melhorar da convulsão e levem ela pra ser medicada e sai”. Elas ficam ali e eu junto. Alguém grita das celas, precisa bater na sola dos pés dele. Eu pego o chinelo e começo a bater ininterruptamente. Dona Maria Célia me chama, ela permanecia sentada rezando. Vou até ela e ela me diz que a “guarda” discretamente havia dito a ela que eu me afastasse e não me

envolvesse. E completou: “me dói olhar e não poder fazer nada. Eu sou da área da Saúde, mas se fizermos elas não gostam”. Eu entendi que se fizéssemos não poderíamos continuar ali. E que, por isso ela tinha que se controlar. Eu fiz o mesmo com muita dificuldade.

Fiquei ali olhando aflita. Então, ele melhorou um pouco, as outras colocaram-no numa cadeira de rodas trazida por outra detenta e levaram-no para tomar medicação. “Viu e sentiu compaixão” (Lc 10,33), esses verbos eu experimentei em muitos momentos no presídio, porque ao mesmo tempo que lidava com uma pesquisa e conceitos sociológicos/antropológicos, administrava minha própria visão religiosa de construção de sentido. “Detemo-nos mais longamente em determinadas situações, fixando a atenção mais especificamente num detalhe. Permanentemente os olhos exercem um trabalho de elaboração de sentido.” (Le Breton, 2016. p. 94)

Havíamos lido três passagens bíblicas, seguindo a orientação litúrgica para dias de semana – uma leitura do “Antigo Testamento”; um salmo e uma leitura do Evangelho (“Novo Testamento”) e após as leituras fazíamos os comentários. Duas detentas disseram que estavam passando por muitas “tribulações nas celas”, que “tava” vendo a hora de uma furar a outra ou bater. E que saíram de lá pra respirar e não fazerem besteira. Eu perguntei se era entre as internas mesmo e elas disseram que sim. Mas não pude continuar perguntando, Dona Maria Célia queria seguir. Ela perguntou o que haviam entendido das leituras, daí então passaram detentas levando numa cadeira de rodas, era outro homem trans que passava mal, todas foram ajudar, depois voltaram.

Dona Maria Célia, então, pediu que eu cantasse, eu puxei umas músicas católicas e enquanto isso ela rezava pra São Miguel e Nossa Senhora. Depois, ela pediu para eu ler e todas repetirem a oração de São Francisco. Em especial, na hora em que pronunciei “Onde houver discórdia que eu leve a união. Onde houver trevas que eu leve a luz.”, elas diziam: “isso mesmo. Amém, Senhor. Tamo precisada!”.

Depois da oração, Luci e Edlamar me pediram terço e eu fiquei de levar. Dona Maria Célia me disse que algumas querem ser chamadas de homem, mas deveríamos chamar de meninas para não darmos confiança.

2.4 Assistência Religiosa: Direitos Humanos ou disciplina religiosa?

“Esta geração é uma geração má.” (Lc 11,29)

Participaram da assistência religiosa do dia 27 de março de 2019, seis detentas do “Seguro”. Paula vestia verde, o que caracteriza que ela trabalha no presídio, ela era a única com batom, maquiagem e brincos maiores. Essa interna nos contou que queria batizar o filho de cinco anos que está em casa, com a avó, mãe dela. E Dona Maria Célia informou à ela os procedimentos para o batizado da criança, anotou o contato telefônico e endereço da mãe da detenta para fazer uma visita. Paula nos disse que não poderia ficar muito, porque iria trabalhar. Luci, uma mulher de 68 anos, disse que elas (de verde) recebem tratamento diferenciado, mesmo na comida e que ela comia diferente das outras, porque para elas a comida chegava azeda. Paula disse, então, que comia da mesma comida que as outras detentas. Fabrícia disse: “é a mesma, mas é melhorada, é diferente.”.

No segundo dia que fui ao presídio, ao descer as escadas, após a atividade de assistência religiosa, vi que havia quentinhas já prontas e fechadas para serem levadas para as detentas e panelas bem grandes cheias de comida, numa delas havia feijão, que se percebia estar fresco. Fizemos leituras bíblicas seguindo o folheto dominical (uma leitura do Antigo Testamento; um salmo – Antigo Testamento; uma leitura do Novo Testamento e o Evangelho – Novo Testamento), desta vez D. Maria Célia pediu que eu conduzisse, explicando o que era a quaresma, fazendo a leitura e a interpretando. Uma das presas diz que foi coroinha, outras duas dizem que são católicas.

Na reflexão da leitura falo sobre mudança de vida, arrependimento e de confiar em si e em Deus. Elas concordam; balançando com o pescoço. Luci diz que foi parar lá por causa do neto. Que a filha levava manteiga pra ela e comidas, mas que ela não recebia. Disse que a filha dela ia lá visitá-la na cadeira e visitava o filho também. Disse que foi por causa do neto que ela foi parar lá. Contou que quando o filho estava vivo, a casa deles era boca de fumo. Mas que os policiais não chegavam lá. O filho morreu e o negócio havia sido desarticulado. O neto começou a se envolver com drogas e deixava com ela, que sabia que eram drogas e escondia para ele. Alguém denunciou e eles foram presos.

E continuou dizendo: “aqui é o pior presídio que eu passei”. Perguntei o porquê. Ela disse: “aqui não tem nada, só ‘tranca’”. Quando tem assistência católica eu venho, porque eu

sou católica. Aí nem vou pro banho de sol. Por que não pode fazer as duas coisas? Ela disse: “não posso”. “Tudo na tranca”³³. Ela possivelmente disse isso por ser uma detenta do “Seguro”. Por causa de sua própria segurança não podia misturar-se às presas das outras celas, o que faz com que elas, “mulheres do seguro”, por serem minoria, tenham que optar.

Enquanto eu falava com Luci, Dona Maria Célia falava com Juliana. Num momento, ouvi que D. Maria Célia falou: não é rapaz, não é homem, é uma mulher! E Juliana respondeu: É homem mesmo, estou falando de um rapaz que está lá fora (que ela namora). Então, Dona Maria Célia disse: essa coisa de menina que fica colocando nome de menino...

Fabírcia olhou e todas olharam na mesma hora (ela se identificava com o gênero masculino). Dona Maria Célia brincou dizendo: eu dou chinelada, não pode! Ela riu. D. Maria Célia continuou: eu estou brincando. Eu não estou pra julgar, mas vou continuar chamando menina de menina. E, se tiver companheira no presídio não vai poder comungar ou confessar, porque não pode.

Fizemos a oração final. Todas nos demos as mãos, formando um círculo. Pedimos que cada uma delas lembrasse o nome de alguém pelo qual gostariam de rezar. E fizemos uma oração do Pai-Nosso. Por vezes, D. Maria Célia rezava também a Ave-Maria.

Nos primeiros meses de assistência religiosa, adotei uma metodologia similar a dos grupos focais³⁴, em que se observam grupos pequenos com 6 a 15 participantes. A esse grupo formado de pessoas com características comuns são dirigidas perguntas de maneira a permitir o espaço de interação entre participantes e pesquisador. Contudo, fazendo as devidas ressalvas. No grupo focal há a necessidade de um espaço confortável, o que é inviável num presídio. Vale ressaltar, como veremos adiante, que após alguns meses, com o afastamento de D. Maria Célia, o grupo de mulheres que participavam da assistência religiosa aumentou consideravelmente. O formato permaneceu, mas com o número bem maior de participantes.

Este exercício de escuta sem entrevistas estruturadas assemelha-se ao de Débora Diniz em sua obra, que após três anos como pesquisadora no presídio feminino de Brasília, opta por uma pesquisa diferente, apenas ouvindo sem perguntas. A isso ela chama de “história de mulheres no miúdo”. “Passei a buscar as histórias de mulheres no miúdo, as formas de viver e

³³ A tranca é um modo de dizer “entre grades” ou apenas dentro das celas.

³⁴ Para um aprofundamento do tema, Morgan (1997).

sobreviver entre as grades. Queria não mais fazer perguntas, só escutar, esquecer os números e recuperar as vozes.” (DINIZ, 2015, p. 11).

Débora Diniz apresenta algumas narrativas do que ela escreve em diário de campo, após sua observação participante junto aos “coletes brancos”, assistência médica no presídio, durante seis meses. No intento de ouvir as mulheres, ela não usa a técnica da entrevista, não faz perguntas. Ela escuta e dialoga. Após esses diálogos, ela os registra em seu caderno de campo que, segundo ela, “desde o começo, mais que um caderno de anotações, um objeto de apoio para a experiência reflexiva e sensível” (Diniz, 2015. p. 11).

Em nenhum momento eu realizei entrevistas gravadas com as detentas, mas a observação participante ocorreu seguindo um método similar aos grupos focais, pautado na escuta, no diálogo e na interlocução. Este foi um investimento estratégico, visto que o vínculo de confiança ainda não havia sido construído, pois tinha pouco tempo em campo e quis interferir o mínimo possível nos relatos espontâneos das presidiárias, que se deram no momento da assistência religiosa e a partir da sensibilidade das mesmas às leituras bíblicas e ao que gostariam de me contar. Diferente da pesquisa realizada por Enedina Alves (2015) que também ingressou no presídio feminino em São Paulo através da Pastoral Carcerária, mas que optou pela realização de entrevistas com as internas, analisando fichas de acompanhamento social, distinguindo também da pesquisa de mestrado realizada por Edigar Amorim, a partir de entrevistas feitas enquanto estava vinculado ao ISER.

Voltando ao meu relato da observação da primeira vez que participei da assistência religiosa no Oscar Stevenson, notei que houve ressonância para uma presa a citação bíblica **“Maldito o homem que confia em outro homem”**. Será que se trataria de uma experiência negativa devido à confiança da mulher presa depositada em um homem? Parecia intrigante elas reforçarem o “maldito é o homem que confia em outro homem”, um versículo bíblico pequeno, depois de termos lido três leituras bíblicas diferentes. Ao longo dos meses eu ouvi, durante a assistência religiosa, a narrativa de algumas mulheres que foram presas por “causa de homens”.

Ouvi os relatos de internas que foram presas por conta de um homem: filho, neto ou companheiro. Dona Alaíde contou que escondeu drogas que o neto trazia para casa. Numa batida policial ela foi levada presa. Antes ela era, da mesma forma, conivente com o filho que era traficante e foi assassinado por policiais, o neto tornou-se traficante também. Esta é uma especificidade da prisão feminina. Muitas mulheres me relataram situações semelhantes.

Margarida disse ter sido presa levando drogas para o marido preso numa visita íntima. Josefa, que não é conhecida por esse nome, mas tem esse nome na sua certidão, apaixonou-se por um jovem traficante. Depois, começou a ajudá-lo em algumas coisas. Engravidou, teve uma

menina e com o dinheiro do tráfico “dava tudo do bom e do melhor para a filha”, como ela disse. Mas, acabou presa e sua filha de um ano é cuidada pela irmã.

Outra pesquisa empírica desenvolvida no Rio de Janeiro, em 2002, para apurar o perfil das mulheres encarceradas pelo crime de tráfico de drogas concluiu que “78,4% das presas condenadas por esse delito referiram-se a funções subsidiárias ou a situações equívocas que, por infortúnio, as teriam levado à prisão”. Em suma, a maioria das mulheres envolvidas nos delitos relacionados com a mercancia de drogas desempenha função de baixa relevância (SAMPAIO DE DEOUZA, 2015. p. 49).

Mas, mesmo essas mulheres que foram presas “por conta de um homem” a quem foram/são ligadas afetivamente, não recebem visita desses mesmos homens. Isso elas diziam em vários momentos. Não pareciam demonstrar esperança de serem visitadas por eles, mas a compreensão de que foram “enganadas”. Ouvi de algumas mulheres que elas iriam “traficar por conta própria” ao saírem.

Nesse mesmo dia, 27 de março de 2019, a assistência religiosa teve uma série de “interrupções”. As mulheres tinham desejo de falar sobre elas a partir daquilo que era suscitado pela leitura bíblica. Dona Maria Célia, porém, ficou chateada. Disse que as agentes carcerárias observam e desaprovam quando não conseguimos “controlar” as internas, pois elas saem para a assistência religiosa e não para conversar, se entreter ou se dispersar.

Esse desconforto me fez pensar sobre o controle que prevalece como característica das instituições totais, uma vez que no “mundo do dirigente” desconfia-se que a relação entre os internos pode gerar combinações para praticarem o que foge à regra institucional, visto que os dirigentes são a encarnação da instituição.

Na realidade, em algumas instituições totais, a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar uma base para a atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação de grupo primário (GOFFMAN, 1974. p. 58).

Analiso que este cerceamento da fala das mulheres no momento da assistência religiosa, contribuía para que poucas detentas tivessem o desejo de participar desse momento. Desconstruindo a narrativa católica de que as mulheres privadas de liberdade escolhessem participar da assistência religiosa evangélica apenas pelo fato de se identificarem com o protestantismo, em especial o pentecostal e neopentecostal. Considero que esse modelo de assistência religiosa, que perdurou de fevereiro a setembro de 2019, colaborou para o desinteresse pela ação do grupo católico.

2.5 Contradições entre a formação e a atuação

Ao longo da pesquisa, percebi que a formação da Igreja Católica é voltada à preservação e manutenção dos Direitos Humanos, para a denúncia e controle social da instituição prisional. Conforme apontei no capítulo I, as assembleias da Pastoral Carcerária (PCR) eram orientadas por lideranças intelectualizadas e abordando temas como: a história dos Direitos Humanos; privatização do Sistema Prisional; questões sociológicas e do campo do Direito e apoiados em estudos científicos e publicações do Instituto de Estudos Religiosos (ISER). Como já comentei anteriormente, contudo, a maior parte dos integrantes da PCR que participam e atendem aos presídios, em sua maioria, não possuem a mesma formação. Muitos são pessoas simples e com pouca instrução.

Compreendi também que embora houvesse uma orientação formativa para que todos os agentes religiosos católicos do Rio de Janeiro tivessem uma conduta similar, a maneira como D. Maria Célia conduzia a assistência religiosa estava em dissonância com a formação. O perfil era catequético, havia limitação do espaço de fala das internas que participavam, bem como a deslegitimação da identidade de gênero.

No dia 08 de agosto de 2019, durante a assistência religiosa, as mulheres encarceradas nos disseram que saíram da cela naquele momento para participar da atividade, impedindo a consumação de um ato extremamente violento. Uma das participantes expressou desejo de esfaquear uma colega de cela. E sim, ela tinha uma faca em seu poder. Então, de alguma maneira “pacificamos” o ambiente.

Em alguns momentos em campo percebi que a pacificação da cadeia, que é algo constantemente associado à ação das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais, é também esperado da Igreja Católica por parte dos funcionários e da direção do presídio. Dona Maria Célia relatou algumas vezes que as agentes carcerárias observavam para detectar se as detentas estavam “controladas” durante a assistência religiosa. E que, durante esse momento, elas não deveriam se dispersar, levantar ou pedir alguma coisa às inspetoras. Como nos aponta Foucault (2013), existe a busca por corpos dóceis, obedientes e subservientes.

As igrejas evangélicas são apresentadas como veículos de pacificação prisional para a manutenção da ordem do presídio, a fim de gerar disciplina religiosa nos internos e internas, conforme demonstram os trabalhos de Edileuza Lobo (2002) e Laura Ordóñez-Vargas (2005). Porém, conforme exposto anteriormente, a expectativa dos agentes carcerários e diretoria é que

os grupos religiosos, inclusive a Pastoral Carcerária, possam colaborar no controle das internas para a manutenção da ordem e da disciplina no ambiente prisional.

Sobre esse controle do corpo, registro que era feito também em caso específico do homem trans. Com relação ao gênero e à identificação do sujeito Bárbara, segundo Dona Maria Célia, não poderíamos “dar esta confiança a elas” e usar o pronome no masculino para chamar Bárbara ou quem quer que fosse, mas deveríamos “não brigar, e sim orientar para que entendessem quem são, mulheres”, bem como exposto no diálogo com Juliana e Fabrícia, no segundo relato de assistência religiosa.

Embora em campo eu não tenha tido a oportunidade de observar como agentes religiosos de outras denominações tratavam as internas que se identificavam com gênero diferente do sexo anatômico, a pesquisa de mestrado de Laura Ordoñez Vargas (2005) dá algumas indicativas. Relatos de internas do presídio feminino de Brasília apontam sentimento de culpa das mulheres lésbicas por estarem descumprindo uma ordem divina. Depoimentos de agentes religiosos reforçam que orientam corretamente as internas, para que saibam que a norma social heteronormativa é também norma de Deus.

Logo, a busca por humanização no espaço prisional, apresentado pela Pastoral Carcerária como um meio para se alcançar o seu grande objetivo: *um mundo sem cárceres* - nem sempre é colocado em prática no presídio. No caso citado acima seria um exemplo, porque quando se nega o gênero de um sujeito, nega-se a humanidade particular dele, sua história, seu corpo, se anula quem ele é. E, por outro lado, mantemos a orientação de “pacificar” as detentas.

2.6 Católicos fora da “Capela” da IURD e o Altar sem Nossa Senhora

No final da assistência religiosa do dia 27 de março de 2019, apresentado anteriormente, fizemos a oração final com as internas. Todas nos demos as mãos e elas disseram por que gostariam de rezar, depois fizemos a oração do Pai-Nosso e da Ave-Maria.

Quando estávamos guardando as cadeiras, as detentas que estavam conosco já haviam voltado às celas, estavam vindo outras presas, eram aproximadamente 30 mulheres. Algumas

senhoras com uma camisa do coral da Assembleia de Deus estavam ali, para aula de canto com as detentas. A atividade ocorreria em seguida.

Depois chegaram três pessoas com a camisa da Universal do Reino de Deus. Estavam sendo levadas para o “pátio” para a atividade, onde fica a “capela” que foi construída pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Viemos embora. Antes de chegarmos à portaria, um agente perguntou se não iríamos participar. Dissemos que não. Ele falou: mas vocês não são da Igreja? Sim, somos, mas da Igreja Católica, respondeu D. Maria Célia. “Ah, sim, a universal é rica, né!?”- falou o agente masculino que estava na portaria.

Dona Maria Célia disse: “rica só se for da graça de Deus!”. E então, no corredor, eu disse a ela: acho que da graça e do dinheiro também, talvez mais de dinheiro que da graça. Ela falou: eles são evangélicos. Então, eu entendi que ele jogou aquilo, talvez para que falássemos mal da Universal e não posso afirmar com que intenção, mas possivelmente para que tivessem argumentos para dizer que estávamos falando de outra denominação religiosa e porventura criar algum imbróglio por conta disso.

D. Maria Célia me apresentou dois funcionários católicos, um era agente carcerário, o outro trabalhava com a direção. Ambos da Renovação Carismática Católica. Tive a oportunidade de conversar brevemente com os dois. Todos os demais agentes e funcionários, segundo D. Maria Célia, eram evangélicos. **Ela, contudo, não os diferenciava em denominações distintas.**

A diretora Georgete, porém, era católica. Ela dizia que não queria um sistema de “trancas”. Ela demonstrava ter uma perspectiva menos punitivista e pedia nossa colaboração para este fim, para oferecer cursos às detentas. Eu me ofereci para dar aulas de violão ou alfabetização. Ela queria investir em educação, mas ficou menos de dois meses na direção da unidade.

Durante a gestão dela, construíram um quarto com brinquedos para que as internas mães recebessem seus filhos num lugar mais humanizado. Porém, em conversa com algumas mulheres, as mesmas disseram que o local nunca foi usado e que era apenas para “mostrar que tem”.

Dos dez meses em que estive fazendo assistência religiosa com as internas do Oscar Stevenson, conheci quatro diretoras diferentes. Georgete nos solicitou que restaurássemos uma imagem de Nossa Senhora das Graças para recolocar no pequeno espaço que estava vazio. Era um altar que ficava na parte superior da parede, ao lado da escada que dava acesso ao primeiro andar. Segundo ela, a imagem havia sido retirada por diretoras evangélicas e guardada de maneira inadequada, o que gerou fissuras na imagem. Ela queria colocá-la de volta no pequeno

altar. Não vimos a imagem, e quinze dias depois, quando retornamos, a diretora não estava mais no Instituto³⁵.

Através do relato de Georgete, a confissão religiosa da diretora influenciaria na manutenção ou não da imagem sacra no local. Além de percebermos que Georgete nos recebia com bastante atenção. Ela saiu da direção e a imagem nunca voltou ao altar.

A grande maioria das internas se identificam como evangélicas. Por nossa observação qualitativa nos pareceu que as igrejas de denominação evangélica e pentecostais e neopentecostais são maioria entre os funcionários e detentos do Oscar Stevenson. Segundo relatos de Dona Maria Célia e de Pe. Roberto Magalhães. Especificamente, a IURD faz muitas doações de materiais de higiene para as internas que não recebem visitas, as do “Seguro”. Além disso, há o investimento da Universal do Reino de Deus arcando com despesas que legalmente seriam do Governo do Estado, como as construções de templos religiosos nos presídios³⁶.E o fazem com a autorização do governo.

Contudo, os templos devem ser ecumênicos e inter-religiosos, ou seja, devem ser espaço para celebração de cultos religiosos de outras denominações cristãs e não-cristãs. Em vários momentos da formação da Pastoral Carcerária, os agentes católicos disseram que os templos que são construídos pela IURD não são liberados para os católicos acessarem.

De março a setembro de 2019, vinham aproximadamente oito mulheres apenas para participar na atividade semanal da pastoral católica. No entanto em setembro isso mudou³⁷. Nos primeiros meses de meu trabalho na pastoral, como já dito, na maioria das vezes a cela a participar é a “Seguro”. Ao perguntar a uma delas, Madalena³⁸, na visita feita dia 19/06/2019, qual era a diferença entre o Seguro e as outras celas, ela me disse: “elas não podem se misturar com a gente, entende? Elas fizeram coisas muito pesadas, coisa braba mesmo!”. Insisto e

³⁵Vale ressaltar que embora a diretora Georgete tenha feito tal afirmação, há no Brasil um debate acerca da retirada de símbolos religiosos em repartições públicas, afim de reafirmar a laicidade do Estado. O Ministério Público Federal moveu uma ação no STF em 2009 e esta ainda será votada, conforme podemos verificar em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-29/stf-decidira-simbolos-religiosos-reparticoes-ferem-laicidade>.

³⁶<https://extra.globo.com/noticias/rio/governo-autoriza-igreja-universal-construir-templos-ecumenicos-em-presidios-do-rio-21089354.html>

³⁷No encontro do dia 05/09, trinta internas participaram. Uma cela só de mulheres idosas e algumas jovens de outras celas também da ala nomeada “acesso”, que se chama assim porque nela estão as presas que podem acessar ao direito de VPL, ou seja, “visita periódica à família”, concedida pelo juiz para presas do regime semiaberto com bom comportamento e que já cumpriram um sexto da pena pelo menos. A partir de setembro, o número de participantes mínimo era de vinte internas.

³⁸Nome fictício, assim como todos os nomes usados nesse trabalho, a fim de não expor nenhuma delas, visto que algumas denúncias são graves e atestam ilegalidade no tratamento dado a elas no presídio.

pergunto que coisas pesadas elas fizeram. Ela diz: “amassaram”³⁹ criancinha, mataram criancinha...”

Assim, de início, o grupo de mulheres encarceradas católicas era sempre pequeno, a grande maioria delas se declarava evangélica. Em meados de setembro, porém, D. Maria Célia já não estava mais conseguindo andar. E, teve que parar as visitas e repousar em casa, à espera de uma cirurgia. Nesse mesmo período, em vista de manter a presença católica no presídio, Padre Pablo, um padre chileno que administra uma paróquia na favela da Maré e Dona Petrucia, uma senhora membro de uma comunidade de base em Duque de Caxias, foram convidados a participar da assistência religiosa católica comigo.

Éramos, então, o Padre Pablo, um chileno, Dona Petrucia e eu. E às vezes as Irmãs (freiras) da Sementes do Verbo, comunidade de inspiração carismática que acolheu a assembleia da Pastoral Carcerária de 2018, que apresentei anteriormente. Eram as Irmãs Maria e Bárbara, duas jovens. Contudo, por conta do cronograma interno da comunidade, elas pouco participavam.

Com a chegada de Padre Pablo e de Dona Petrucia, a dinâmica da assistência religiosa mudou. Ao invés de lermos três leituras bíblicas da liturgia proposta pela Igreja, era apenas uma leitura e nós que escolhíamos. Privilegiávamos o espaço de fala das mulheres e selecionávamos canções possivelmente mais conhecidas por elas.

De maneira especial as mulheres da cela “Seguro” se identificavam predominantemente como “universais”, enquanto outras internas denominavam-se apenas evangélicas, sem adotar nenhuma denominação específica e um grupo menor de católicas. Na cela “Seguro” as internas raramente possuem algum contato com suas famílias. Assim sendo, todo material de higiene pessoal, que seria função do Estado prover, mas que na prática se tornou de responsabilidade da família, foi assumido pela IURD para as que não têm contato com a família. Na cela “Seguro”, de maneira geral, elas não recebem visitas e os familiares cortaram os vínculos por conta da gravidade dos crimes praticados.

Como já foi destacado antes, a IURD também construiu um espaço para orações, que as detentas e as agentes carcerárias chamam de “capela”, embora a nomenclatura seja católica. De acordo com informações do coordenador da Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro, a Igreja Católica só conseguiu realizar a assistência religiosa lá uma única vez, após a interferência do coordenador da Pastoral Carcerária, padre Roberto, que ligou para o presídio e pressionou para o uso do espaço, depois de termos recebido a informação de que não poderíamos fazer a

³⁹Fala nativa para tortura.

assistência religiosa por conta de um “procedimento interno”, revista feita nas celas e nas presas.

Para além da identificação religiosa das internas, há também a possibilidade de sair da cela e “arejar a cabeça” participando dos encontros religiosos com as igrejas evangélicas, que tem uma incidência maior no presídio que qualquer outra denominação religiosa. E, possivelmente, tinham maior espaço de fala nas atividades desenvolvidas pela assistência religiosa evangélica.

Sair e acessar ao pavilhão da assistência religiosa permite o acesso mais aproximado com as agentes penitenciárias, possibilidade de contato e troca de informação com presas de outras celas que passam pelos corredores, acesso menos dificultado ao atendimento médico. Este momento é usado para pedir informações sobre o processo, pedir remição⁴⁰, remédio controlado e remédio para dor. Algumas narrativas sobre situações afins através do acesso de presidiárias a atividades fora da cela podem ser vistas nas obras *Prisioneiras* (Varella, 2017).

Varella (2017) conta episódios vivenciados durante atendimentos médicos na Penitenciária Feminina da Capital (SP). Nos anos 1990, o médico era voluntário e atendia nesse presídio. O autor traz pequenos relatos com característica etnográfica, que se mostram para além de um atendimento médico-paciente. As mulheres relatam suas dores, seus relacionamentos afetivos dentro da cadeia e a relação com as autoridades locais, legais e ilegais. Ao mesmo tempo as mulheres, dialogavam, encontravam outras mulheres na espera pelo atendimento. Faziam do momento um espaço privilegiado de sociabilidade.

A partir de seu trabalho de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFD), Laura Ordoñez Vargas constata algo que também percebo entre as internas do Oscar Stevenson: a assistência religiosa é um dos escassos momentos de socialização e singularização.

“não acreditando na doutrina, algumas internas assistem aos cultos porque, também, estes são espaços e momentos que preenchem o tempo de permanente ócio e permitem contato com o mundo de fora. Isso porque os cultos são uma das escassas alternativas de sociabilidade, de conforto e de transcendência na cadeia.” (Vargas 2005, p. 33).

As internas eram mais atraídas a participar dos momentos de assistência religiosa das igrejas de denominação evangélica. Embora seja facultativo e a detenta possa escolher participar da atividade religiosa de qualquer denominação religiosa, elas se sentiam mais atraídas a participarem das atividades religiosas dos diferentes grupos evangélicos. Víamos a

⁴⁰A remição consta nos artigos 126 a 130 da LEP, Leis de Execuções Penais. Remir a pena, reduzindo o tempo de execução da pena privativa de liberdade pelo trabalho realizado ou estudo. No Instituto Penal Oscar Stevenson não tem escola e a remição vem por meio do trabalho.

adesão das mesmas às atividades, pois quando saíamos chegavam os agentes religiosos da Assembleia de Deus e também da IURD e podíamos ver a quantidade de mulheres que saiam das celas para participar. Nos primeiros meses, acreditava ser simplesmente adesão por vínculo religioso, conforme os católicos explicitavam nas reuniões. Após analisar o crescimento significativo de mulheres participando da assistência religiosa católica a partir de setembro, depois das modificações metodológicas e a valorização do espaço de fala, compreendo melhor o que elas afirmaram antes, a assistência religiosa é um espaço para “arejar a cabeça”, portanto, elas queriam falar e participar sem cerceamentos. Além disso, buscavam sentido para o que viviam na cadeia e forças na religião, o que, conforme veremos no próximo capítulo, encontravam mais na linguagem evangélica (neo)pentecostal.

3 LINGUAGENS CATÓLICA E (NEO)PENTECOSTAL NO PRESÍDIO

Neste capítulo avanço na análise, apresentando uma das respostas para a questão central deste trabalho: por que católicos se posicionam como minoria no presídio se comparados a (neo)pentecostais? No capítulo I vimos o surgimento da Pastoral Penal e o que os agentes católicos dizem sobre as dificuldades encontradas por eles para acessarem a unidades prisionais. As lideranças católicas atribuem a responsabilidade desses entraves ao fato de assumirem uma postura de defesa dos Direitos Humanos.

No capítulo II percebemos que essas interdições são ocasionadas em parte por isso, mas especialmente por conta da diretoria e dos funcionários do Instituto Penal Oscar Stevenson serem evangélicos pentecostais em sua maioria e também por estabelecerem uma “parceria informal” com grupos (neo)pentecostais, que suprem necessidades materiais do presídio (Lobo, 2005). Além de verificar que a quantidade de voluntários católicos que atuam como agentes religiosos é pequena e que há uma dissonância entre o discurso identitário de promoção humana propagado nas formações religiosas e a ação prática durante a assistência religiosa no presídio, marcantemente catequética.

No presente capítulo, analiso as linguagens religiosas mais utilizadas no presídio: a católica e a pentecostal/neopentecostal evangélica. Entendo que essas linguagens religiosas são chaves importantes que justificam e explicam, em parte, o fato de os católicos serem minorias no espaço prisional. Portanto, serão analisadas as linguagens religiosas a partir de episódios relatados pelas detentas e por observações e vivências em campo especialmente no que se refere à psique, à musicalidade e à devoção.

Primeiramente abordo as “ideologias da linguagem”, católica e (neo)pentecostal, de uma maneira geral. Segundamente, como estas distintas “ideologias da linguagem” se manifestam na musicalidade religiosa dentro do presídio, nos “louvores” evangélicos e nos “cantos litúrgicos” católicos, identificando que “louvores” geram um universo de proximidade com o contexto prisional. Terceiramente, o reflexo destas “linguagens” no que tange à psique e ao mal; diante de um relato etnográfico de “surtos” psíquicos, agentes católicos se preocuparam com atendimento psicológico profissional às detentas, enquanto agentes pentecostais e neopentecostais trataram a questão como possessão espiritual. Por fim, outra questão abordada é a devoção católica à Maria, figura valorizada no catolicismo e que gera identificação nas presas a partir da maternidade, a despeito de “serem evangélicas”.

3.1 Mudanças na Pastoral: de grupo religioso a grupo de escuta

Ao longo de três semanas de assistência religiosa, eu apenas observei a maneira como Dona Maria Célia conduzia este momento e colaborava conforme ela me solicitava. Ela fazia três leituras da bíblia, fazia as orações do folheto da missa do domingo anterior e ensinava às presas como deveriam se comportar numa missa. A partir do quarto, eu pedi e obtive autorização para entrar com o violão dada pela então diretora, Georgete.

Tocava músicas, fazia apenas uma leitura bíblica, trazendo um tema para a discussão e deixando as mulheres internas falarem o que sentiam e algumas vezes fazendo perguntas ao grupo a partir da leitura bíblica, que cada uma à sua maneira, respondia. Em geral, faziam reclamações da prisão e lembravam dos filhos, além de vincularem a crença religiosa e os filhos como pilares para a manutenção de suas vidas na cadeia. Ainda assim, D. Maria Célia, que sempre foi muito amável comigo, chamava a atenção às vezes por “dispersão” das detentas. Logo, a despeito das pequenas mudanças, a interferência dela inibia a interação com as mulheres.

Por ora, ressalto que o grupo com quem mais tive acesso e encontros foi o de mulheres entre 20 e 45 anos. Mas também tivemos acesso, por duas vezes apenas, à cela das mulheres idosas. Uma diferença percebida na fala das mulheres, no momento da assistência religiosa, é que as mulheres mais jovens sofriam por não ter visitas, enquanto as idosas não queriam visitas, afirmando que elas haviam descumprido a lei e não queriam que filhos e netos pagassem junto com elas, se submetendo a humilhações para visitá-las.

De maneira geral, como vimos anteriormente, salvo as especificidades, as agentes carcerárias e os agentes carcerários são evangélicos; as detentas também são. A diretora Georgete era declaradamente católica, já as demais diretoras nunca conversaram conosco e assim não soubemos se tinham e qual seriam a sua religião. Conheci quatro diretoras ao longo dos 10 meses. Em nosso encontro com essas outras diretoras apenas houve uma curta apresentação.

Dentro do presídio as mulheres me identificavam, nos primeiros meses, como “a menina da igreja”, depois passei a ser “a professora”. Assim, passo a ser associada à identidade profissional e não religiosa. Isso porque em um encontro de assistência, Fabrícia disse que eu parecia professora. Eu perguntei o porquê de ela ter concluído isso e ela disse que eu “explicava direitinho, tinha jeito”. Depois que eu contei que leciono, todas as internas do “Seguro” começaram a me chamar de professora. Esta maneira de ser chamada por elas, indica que eu

era reconhecida através de uma categoria secular-racional, desvinculada de uma linguagem mágica-religiosa.

Como já foi dito acima, em setembro de 2019, D. Maria Célia teve que se afastar da Assistência Religiosa, porque não conseguia mais caminhar e estava esperando por uma cirurgia. Eu, então, passei a ser a agente religiosa de referência daquele presídio, porque passei a ser a pessoa que conhecia o local, a direção e como funcionava a assistência religiosa. Duas freiras da Congregação Sementes do Verbo - a Irmã Maria e a Irmã Bárbara - começaram a conduzir a assistência religiosa em alguns dias. Elas faziam teatro, coreografias e as detentas gostavam, ouvi isso de duas detentas, pois não acompanhávamos a assistência religiosa com elas. Irmã Maria conversava comigo e combinávamos para que elas fossem duas vezes ao mês e nós, Padre Pablo, D. Petrócia e eu, também fôssemos duas vezes ao mês. Eu fazia a articulação e comunicava ao coordenador de Pastoral do Estado do Rio de Janeiro, Padre Roberto.

Juntaram-se a mim Padre Pablo, um padre chileno que mora na favela da Maré e D. Petrócia, uma senhora que nunca havia estado antes num presídio. Dona Petrócia é uma senhora simples e muito descontraída. Ela gostava de conversar com as detentas e deixá-las à vontade para falar. Padre Pablo também gostava de deixá-las falar sobre suas vidas. E optava também por fazer apenas uma leitura bíblica e não seguia a liturgia romana, nós três escolhíamos juntos uma leitura bíblica simples a partir da qual pudéssemos abordar um tema atual. E foi assim desde que começaram a atuar naquele presídio.

A minha maneira de perceber aquele ambiente prisional era muito diferente da de Padre Pablo. Ele já tinha muitos anos de experiência em outros presídios do Rio de Janeiro e também no Chile. Segundo ele, o Oscar Stevenson é “um paraíso”, se comparado a outras unidades prisionais. Para mim, que nunca havia estado numa instituição prisional, aquele espaço era horrível.

O número de mulheres participando da assistência religiosa cresceu consideravelmente. Começamos a fazer a assistência religiosa com trinta mulheres participando. A dinâmica era diferente e mais convidativa. A partir de então, eram no mínimo vinte mulheres participando.

Mesmo após setembro, com número de participação na assistência católica proporcional ao das Igrejas Evangélicas, percebi que pediam que cantássemos “louvores” evangélicos, fizéssemos a oração sobre suas cabeças e déssemos a bênção individual, gestos que claramente fazem parte da “linguagem evangélica”. Logo, ainda que a assistência religiosa católica e evangélica sejam espaço privilegiado de sociabilidade, isso porém, não explica tudo. A linguagem das Igrejas Evangélicas Pentecostais e Neopentecostais são mais acessíveis e parecem fazer mais sentido dentro do presídio, conforme veremos melhor no tópico seguinte.

3.2 As linguagens mágica e racionalista da religião

Antes de iniciar essa discussão, é importante esclarecer que me refiro à linguagem no sentido explorado por Joel Robbins (2011), anteriormente tendo sido abordado por Keane (2007) que desenvolvem o conceito de “ideologia da linguagem” (Schieffelin et all. 1998 Apud Robbins 2011). Portanto não é numa perspectiva restrita à linguagem escrita e falada, mas inclui outras dimensões como performance, rituais, símbolos, expressão corporal e os códigos que orientam a comunicação nas suas mais diversas formas dentro do cristianismo pentecostal, neopentecostal e católico.

Esse conjunto de expressões que comunicam e dão seu “traço” simbólico nas relações estão carregados ideologicamente na transmissão de valores morais presentes naquela identidade religiosa específica e orientam ações em consonância com essa identidade, bem como moralidades.

As linguagens variam entre os grupos de uma mesma denominação religiosa, existem diversos grupos católicos e (neo)pentecostais, reconheço essa diversidade, contudo, trago tipos ideais, regularidades que se mantêm nos mesmos a partir da leitura de Robbins. O que é percebido como um ponto importante de distinção entre pentecostais e católicos é a linguagem em torno da ideia de “conversão”. Robbins (2011) aponta que a conversão católica é algo pouco conhecido na antropologia, justamente por não ser preponderante na “ideologia da linguagem” católica. Rupturas e continuidades são observadas nos discursos religiosos acerca da “conversão” (Mariz & Campos, 2011), contudo com ênfases diferentes.

O proselitismo pentecostal objetiva converter pessoas por meio do “anúncio da Palavra”. A “ideologia da linguagem” (neo)pentecostal comunica “para fora” por meio da “pregação”, buscando alcançar novos membros. O catolicismo não tem essa característica, e até mesmo o termo “pregação” pouco faz parte da linguagem católica, ao menos no cotidiano que tenho vivenciado ⁴¹. A linguagem católica valoriza a participação disciplinada nas missas e a conversão como processo para os que praticam a religião. Ainda que seja amplamente reconhecido o termo “católico não-praticante”. Na missa apenas o sacerdote ou ministros ordenados podem conduzir a “homilia”, que é o momento da “explicação” das passagens bíblicas. Este ritual comunica “para dentro”, para os seus membros e tem o objetivo de

⁴¹ O termo pregação é usado por membros da Renovação Carismática Católica e raramente usado por membros católicos que não participam da RCC. A palavra homilia é litúrgica e intelectualizada, os leigos participantes da Igreja costumam dizer “fala do padre” ou “sermão”.

interpretar as leituras bíblicas a partir da orientação da Igreja. Durante as celebrações litúrgicas, membros leigos também podem fazê-lo, bem como em encontros de pastorais.

Os católicos, diferentemente dos evangélicos, fazem assistência religiosa sem pregar conversão e reagem criticamente ao avanço das igrejas evangélicas e às suas práticas proselitistas. Consideram-se, ainda, prejudicados por considerar que os diretores de unidades favorecem os “rivais” (Lobo, 2005, p. 23).

Em consonância com a análise de Lobo, essa delimitação das linguagens religiosas está presente com constância na fala de agentes religiosos e lideranças católicas nos encontros formativos que participei. Padre Bernardo, líder da pastoral carcerária em Duque de Caxias, ao responder à questão: “qual o papel da pastoral carcerária no presídio?” Inicia sua resposta a partir da negação, explicitando que o propósito católico não é conquistar adeptos ao catolicismo. Este é um discurso recorrente entre católicos.

Primeiro, a PCR não tem como objetivo ganhar adeptos pra sua... pra seu rebanho. Não é essa! O papel da pastoral que eu compreendo, é de escutar, de ouvir história dos presos. E também, se o preso tem uma fé em Deus pessoal, tentar na medida do possível, por meio da reflexão bíblica e evangélica dar uma esperança para esse preso, independente da sua religião. A gente também não vai pra perguntar quais são os crimes que cometeram. Independente do que ele tiver feito, vamos rezar por todos, independente da gravidade do que fizeram.

Outra característica relevante que aparece na fala do líder católico é o desinteresse em entender a vida pregressa da pessoa encarcerada. Captar narrativas de encarcerados e encarceradas sobre sua vida no crime é um mecanismo usado por pentecostais e neopentecostais para mobilizar a transformação de detentos e detentas e sua mudança pessoal. Conforme apresentei no capítulo anterior, o passado será sempre acionado pelo convertido para que este possa ser divulgador e possa convencer outras pessoas a abraçarem a fé (Machado, 2015).

Eu acompanhei a assistência religiosa católica por dez meses, sendo sete meses (fevereiro a setembro/2019) com Dona Maria Célia. Percebi que mesmo que ela fosse rígida quanto aos dogmas católicos, e que impedisse as mulheres encarceradas de se confessar se não fossem batizadas ou de comungar, caso não tivessem concluído a catequese e a primeira comunhão; eram interdições em vista de preservar o cânon católico, evidentemente assim não buscava persuadir ou convertê-las ao catolicismo. Contudo, ressaltava a linguagem religiosa catequética ao invés de adotar uma postura mais secular, própria da Pastoral Carcerária.

Posteriormente, quando acompanhei por três meses (setembro a dezembro/2019) a assistência religiosa com as Irmãs da Comunidade Sementes do Verbo e também com o Padre Pablo e Dona Petrócia, percebi que tinham um método mais dinâmico, menos pautado em

cânones, mas também não havia nenhum movimento de busca por converter as mulheres a professar o catolicismo.

A Comunidade Sementes do Verbo se autodenomina “Associação Privada de Fiéis”, foi fundada em 2004 e teve seu reconhecimento canônico em 2005. Foi fundada por um casal casado e é associada à Renovação Carismática Católica. A casa é localizada em Riachuelo, lá vivem homens e mulheres numa vida de semiclausura, ou seja, vivem a maior parte do tempo em “fraternidade”⁴², mas também fazem serviços “missionários”. A Irmã Maria e a noviça Bárbara haviam acordado de irem ao presídio duas vezes ao mês, mas raramente iam por conta das atividades internas da comunidade. Ir. Maria me avisava por mensagem de WhatsApp sobre os eventos internos que conflitavam com a assistência religiosa, me deixando ciente. E, embora a RCC seja proselitista, elas estiveram apenas em dois momentos participando da assistência religiosa conosco, e deixaram a condução da mesma com o Padre Pablo, visto que a autoridade ordenada é muito valorizada entre os “carismáticos”.

Dona Petrócia faz parte da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) localizada em Campos Elíseos, bairro de Duque de Caxias. Já o Padre Pablo é pároco, responsável por uma paróquia localizada na favela da Maré e tinha uma clara influência da Teologia da Libertação (TL). A Teologia da Libertação, que influencia a forma de viver das CEBs e está na estruturação da Pastoral Carcerária, não tem por identidade a busca pela “conversão” alheia.

A “pregação” e a “conversão” são predominantes no *modus operandi* (neo)pentecostal, bem como a busca por respostas espirituais a questões sociais e psíquicas. Quanto a isso é recorrente atribuírem às forças demoníacas a responsabilidade por um mal social ou pessoal, conforme veremos mais adiante uma situação em campo. Duas mulheres relataram terem sofrido um “surto”. Após seu relato, agentes católicos perguntaram sobre a possibilidade de um acompanhamento psiquiátrico. Enquanto elas diziam já ter “repreendido” a “tentação do demônio”, após o conselho do pastor.

Outro aspecto significativo que parece diferenciar as duas linguagens religiosas é a ênfase na imanência ou na transcendência. A proposta protestante histórica ressalta a transcendência, rompendo com elementos simbólicos e imagéticos do catolicismo e inclusive demonizando-os. O pentecostalismo também enfatiza a transcendência, contudo, como demonstrado por Reis (2018) na descrição do templo da Igreja Universal do Reino de Deus em Maputo, uma série de símbolos religiosos são utilizados na composição do espaço, como a

⁴² A vivência em conventos ou institutos religiosos é chamada de fraternidade.

réplica da Arca da Aliança bíblica, pinturas, fogueira. Resignificando as imagens e dialogando com o catolicismo e religiões de matriz africana, embora ressaltando sua própria linguagem.

A hierarquia é bem demarcada tanto no catolicismo quanto no (neo)pentecostalismo, no entanto, lideranças católicas costumam ser mais intelectualizadas e se submeterem a um processo extenso de formação acadêmica. E isso impacta na linguagem católica, pois os líderes da Pastoral Carcerária conduzem as formações religiosas dos agentes de pastoral ressaltando este caráter humanista-academicista e esvaziando a perspectiva mágica-religiosa.

Dogmas, fórmulas orantes, sacramentos, liturgia e ritos são parte importante na vivência religiosa católica. Embora a Igreja Católica seja multifacetada, esses preceitos são observados nas diversas vertentes do catolicismo, inclusive na Teologia da Libertação e na Pastoral Carcerária. Ainda assim, a linguagem católica no presídio privilegiará a racionalização e a coletividade. “Com a Teologia da Libertação vemos o surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para todas as lutas de libertação social” (LOWY, 200, p. 12)

D. Maria Célia, durante os meses que a acompanhei na assistência religiosa, pelo contrário, reforçava o caráter religioso do catolicismo tradicional. Isto contudo, não atraía as mulheres privadas de liberdade a participarem da atividade religiosa, nem conseguiu mudar a posição de minoria ocupada pela Igreja Católica no ambiente prisional. O que reforça que as mulheres tinham uma demanda por religião, mas não por uma perspectiva catequética e sim pela linguagem (neo)pentecostal, que conferia sentido ao que era vivido pelas mulheres no cárcere, como pode ser percebido no episódio de possível desequilíbrio psíquico que foi “resolvido” por meio da repreensão do demônio orientada pelo pastor.

Além da linguagem evangélica pentecostal e neopentecostal pautar-se na magia, segundo Izabel Magalhães (1997) também fundamenta-se numa perspectiva terapêutica (mágica-terapêutica), de modo que por meio da crença religiosa os fiéis consigam resolver seus problemas cotidianos. “O Discurso Religioso Pentecostal oferece uma verdadeira terapia de apoio à população urbana pobre, baseada em cantos, movimentos corporais e organização dos valores e da conduta dos fiéis (...)” (MAGALHÃES, 1997, p. 38)

As mulheres encarceradas da unidade prisional Oscar Stevenson, em sua maioria, expressam afinidades com a linguagem das Igrejas Evangélicas Pentecostais e Neopentecostais. Muitas delas diziam já ter frequentado alguma Igreja antes de serem presas ou que a mãe participa, mas não sabiam identificar que igreja era, apenas sua localidade. É como se o termo “evangélico” já dissesse tudo, embora seja polissêmico.

Já as detentas católicas conseguiam dizer o nome da Igreja que frequentavam e os nomes das lideranças. Diziam ter feito “catequese”, terem sido batizadas quando crianças e de terem mantido participação nas missas.

Uma “hipótese nativa” levantada por lideranças católicas acerca da maior adesão das mulheres encarceradas ao pentecostalismo e neopentecostalismo é verbalizada por padre Bernardo:

Pra mim a questão é maior. Por que nos meios populares os evangélicos estão expandindo tanto? Qual a motivação que leva o povo a participar das igrejas evangélicas? Se você souber me responder... Por quê? Primeiro, acho que os pastores, eu sinto que os pastores são mais próximos do povo que os padres. Quando escuto um pastor evangélico falar, ele vai direto nas questões do dia a dia da população; a maioria. E, eles se dedicam à uma comunidade só. Eles moram ali, trabalham, têm que se manter. Agora tem outros aspectos que me impressionam, que eu não consigo entender... porque o povo aceita certos aspectos das exigências dessas igrejinhas. Não falo igrejinhas para depreciar, é por serem pequenas mesmo. Como os pastores conseguem convencer o povo a doar tantos recursos para a manutenção da igreja? Isso não consigo entender. A gente lê muito sobre a teologia da prosperidade, que influencia a pessoa a participar da igreja porque vai melhorar de vida. Não sei até que ponto isso é motivador para o povão. Eu acho que nós temos que refletir e fazer mais pesquisas sobre esse fenômeno, né!? Porque também a doutrina que eles oferecem é bem mais simples que a da igreja católica, muito mais fácil. Oh, a gente tem culto à Maria, aos santos, tantas devoções. Eles só falam de Jesus, é mais fácil para o povo entender, do que tanta... eles se concentram mais na figura de Jesus, que não tô contra (risos). Mas, na igreja católica tem muitos elementos...

O padre ressalta a presença dos pastores nos meios populares e a linguagem “mais fácil”, por ser pautada na figura de Jesus Cristo e não ter os elementos simbólicos, dogmáticos, institucionais e formais que a Igreja Católica possui. Mas, será que a distinção significativa está na “facilidade” e “complexidade” da linguagem evangélica e católica, respectivamente?

Nas igrejas pentecostais e neopentecostais há um engajamento dos professantes em vista de converter novos membros às suas igrejas, uma linguagem mágica-religiosa que corresponde à demanda das detentas por religião, que a Pastoral não consegue suprir, por ressaltar uma perspectiva racionalista que esvazia a “magia”. A linguagem (neo)pentecostal intimista e mágica confere maior sentido ao ambiente restritivo como o do cárcere, também por sua força terapêutica, que por meio de elementos religiosos oferece resposta à dilemas cotidianos.

3.3 A demanda por religião: “A gente quer é louvar, padre”

No dia 27 de Novembro de 2019 fomos ao presídio para a assistência religiosa: padre Pablo, sra. Petúcia e eu. A inspetora do plantão liberou o “acesso 5”, que fica no terceiro andar do presídio. Nunca havíamos ido ao terceiro andar, aliás, só ficávamos no primeiro andar até então. Talvez não tivessem liberado anteriormente por conta da dor nos joelhos da D. Maria Célia e de sua dificuldade em subir escadas.

Passamos pelas celas do corredor do primeiro andar acompanhados por uma inspetora que gritava: “Vistam-se que o padre está passando!” Subimos até o terceiro andar e lá estavam quatro inspetoras. O lugar era bastante sujo e sem cadeiras ou mesas, havia apenas uma fileira de concreto que servia de bancos. Uma inspetora passou pelas celas convidando as detentas, 20 mulheres quiseram participar.

Eu havia levado meu violão. Parece simbólico o fato de eu poder entrar com meu violão sem sofrer nenhuma interdição, enquanto tantos agentes carcerários eram impedidos de ingressar no presídio com terço de plástico, instrumento católico. Nós, da Pastoral Carcerária, já havíamos preparado uma “Celebração da Palavra”⁴³ para aquele dia. Havíamos nos reunido na semana anterior na casa de D. Maria Célia, que não pôde participar no dia 27 de novembro porque ainda aguardava para fazer uma cirurgia no joelho. Então, eu cantaria uma música de entrada, depois faríamos uma oração de perdão, em seguida o padre leria o evangelho, faria a homilia, eu cantaria mais uma vez e seguiríamos as orientações conforme o Missal Romano. Ao final da “Celebração litúrgica” ele faria uma “benção comunitária”, levantando suas mãos para toda elas e proferindo uma oração que integra uma fórmula litúrgica católica. Seguindo as orientações das Instruções Gerais do Missal Romano (IGMR).

Então eu comecei tocando e cantando uma canção católica que nenhuma delas conhecia, chamada “Senhor, Quem Entrará?” do Monsenhor Jonas Abib (1996)⁴⁴. Como as canções católicas de missa são restritas às igrejas, portanto, elas desconhecem. Diferente do fenômeno

⁴³ “A parte principal da liturgia da palavra é constituída pelas leituras da Sagrada Escritura com os cânticos intercalares. São seu desenvolvimento e conclusão a homilia, a profissão de fé e a oração universal ou oração dos fiéis. Nas leituras, comentadas pela homilia, Deus fala ao seu povo[59], revela-lhe o mistério da redenção e salvação e oferece-lhe o alimento espiritual. Pela sua palavra, o próprio Cristo está presente no meio dos fiéis[60]. O povo faz sua esta palavra divina com o silêncio e com os cânticos e a ela adere com a profissão de fé. Assim alimentado, eleva a Deus as suas preces na oração universal pelas necessidades de toda a Igreja e pela salvação do mundo inteiro.” (IGMR, n.55).

⁴⁴ Monsenhor Jonas Abib é fundador da Comunidade Canção Nova, da Renovação Carismática Católica. O sacerdote compôs muitas canções consideradas litúrgicas, por tratar de um dos momentos litúrgicos (Entrada, Perdão, Ação de Graças, Aclamação, Ofertório, Eucaristia e Final). Para compreender melhor os critérios que identificam uma música como litúrgica, segue a referência: <Canto litúrgico | Enciclopédia católica | Fandom>

mediático evangélico, em que os louvores são muito propagados em rádios, tvs e por isso são muito conhecidos. Embora as canções da Renovação Carismática Católica sejam conhecidas, elas não são usadas nas missas por não serem consideradas litúrgicas segundo as orientações da IGMR.

Senhor, quem entrará?

Senhor, quem entrará no santuário pra Te louvar?
 Quem tem as mãos limpas e o coração puro
 Quem não é vaidoso e sabe amar
 Senhor, eu quero entrar no santuário pra Te louvar
 Ó dá-me mãos limpas, e um coração puro
 Arranca a vaidade, ensina-me amar
 Senhor, já posso entrar no santuário pra te louvar
 Teu sangue me lava, Teu fogo me queima
 O Espírito Santo inunda meu ser (JONAS ABIB, 1996).

E, depois de ter terminado de entoar o “canto de entrada”, seguiríamos para a oração de perdão, mas uma interna me disse: cante “aquela da Cassiane” (cantora evangélica bem conhecida no mundo da música gospel) e me disse que música queria cantar. Eu conhecia pouco e todas as mulheres começaram a cantar ao mesmo tempo, eu fui acompanhando como conseguia no violão. Depois de terminarmos esse “louvor”, outra detenta disse: cante agora aquela que diz assim: “quem vier te ofender, com Deus vai ter que guerrear...” Então eu disse que não conhecia e elas imediatamente começaram a cantar em coro.

A letra me pareceu muito significativa no contexto prisional. Então, assim que saí do presídio, pesquisei no celular as letras das músicas a partir dos trechos que recordava. E me perguntei sobre os motivos de gostarem de louvores. É importante ressaltar que o gosto foi analisado sociologicamente como categoria de reprodução social, colocando em segundo plano o amorismo da escolha individual. (HENNION, 2011).

Contudo, o gosto e de modo particular, o gosto musical, é um elemento-chave na compreensão da identificação que as mulheres privadas de liberdade encontram nas letras dos louvores, que abordam situações vividas por elas no cárcere, tendo obviamente sua dimensão social, mas também individual.

As pessoas são ativas e produtivas; elas transformam incessantemente tanto objetos e obras quanto performances e gostos. Insistindo no caráter pragmático e performativo das práticas culturais, a análise pode colocar em evidência a capacidade dessas pessoas de transformar e criar novas sensibilidades, em vez de somente reproduzir silenciosamente uma ordem existente (HENNION, 2011, p. 255).

Apresento algumas letras de músicas, pois a musicalidade é um elemento preponderante das linguagens. Transcrevi anteriormente a canção católica de autoria do Monsenhor Jonas

Abib e, a seguir, dois “louvores” (Elaine Martins; Cristina Mel). Com isso, analisar a “música em si” como instrumento de significação para as mulheres, buscando a superação de uma perspectiva dualista social-individual e encontrando as tecituras e correspondências. “a música não existe mais enquanto tal, ela não passa do suporte indiferente do jogo social (numa análise estruturalista), e é ainda bastante difícil considerar de que maneiras a ‘música em si’ importa.” (HENNION, 2011, p. 257).

Tudo por Você

O sol se esconde sob o teu olhar
 e te obriga a enfrentar mais uma noite sem dormir
 as lutas em tua porta vem bater
 na intenção de te fazer da caminhada desistir
 com lágrimas nos olhos você ora
 soluçando a Deus implora
 forças pra sobreviver
 o céu se move porque Deus atende
 o teu pranto ele entende
 manda alguém te socorrer
 E por você Deus estremece terra
 quebra as cadeias pra te libertar
 onde estiver, Ele manda um anjo até o cativo para te buscar
 Deus entra em cena contra o inimigo
 e mostra que contigo Ele sempre está, quem toca em você, está tocando em Deus
 e procurando fogo para se queimar
 você está à sombra do onipotente
 você tem mil motivos pra seguir em frente. Quem vier te ofender
 com Deus vai ter que guerrear. (Daniel / Samuel – Interpretado por Cristina Mel,
 1991)

Volte a sonhar

Você diz que está sozinho
 Mas Deus diz: “Estou contigo”
 Você diz que não tem jeito não
 Mas Deus te diz que tudo é possível
 Você diz: “eu não posso”
 Você diz: “eu não aguento”
 Diz: “meus sonhos estão perdidos
 O que passou não volta mais”
 Mas Deus está dizendo:
 “Eu ainda realizo os sonhos”
 Volte a sonhar, volte a sonhar
 Deus ainda realiza sonhos
 Volte a sonhar
 Se por um tempo a dor te fez parar
 Volte a sonhar
 Deus ainda realiza sonhos
 Se deu tudo errado pra você
 Se está no leito do hospital
 Ou no chão de uma prisão
 Há tempo de chorar, há tempo de sorrir
 Deus é o Senhor do tempo
 E Ele ainda realiza sonhos (Elaine Martins, 2016).

Padre Pablo, após esses “louvores”, quis retomar o rito litúrgico. Então, uma delas disse: “padre, a gente quer é louvar!”. As mulheres cantavam louvores em sequência e o Pe. Pablo, respeitando aquele momento, declinou de continuar a Celebração da Palavra e ficou junto com Sra. Petrócia, ouvindo as mulheres que cantavam e eu que tocava. Num momento o padre perguntou quem gostaria de conversar com ele, algumas mulheres quiseram. A proposta era um aconselhamento, escutá-las, não exatamente o sacramento da confissão, visto que é destinado apenas aos que já foram batizados e fizeram sua primeira comunhão na Igreja Católica. Ele se afastou um pouco, para não “incomodar” o coro e atendeu uma por vez, depois lhes dava a bênção individual.

Vale ressaltar que a bênção na Igreja Católica costuma ser dada à comunidade, principalmente ao final dos momentos celebrativos, mas as mulheres costumavam pedir bênção individual, que é uma performance ritual evangélica.

O ritual litúrgico foi interrompido porque as mulheres requeriam uma vivência do religioso-mágico que conferisse propósito aos problemas enfrentados no cárcere. E, por outro lado, havia a expectativa exposta pelo sacerdote em dar seguimento ao momento celebrativo, linguagem religiosa ritual católica; frustrada pelo desejo das mulheres – “a gente quer louvar, padre!”.

O “Teatro da Religião” (PEREIRA, 2014) retrata o figurado, mistura de imagens sacras e intérpretes de figuras bíblicas, que encenam a Paixão de Jesus Cristo em Ouro Preto - MG. Nessa dinâmica ritual católica, onde pessoas “tornam-se” imagens e vice-versa, os atores envolvidos não conseguem descrever o teatro como dissociado da religião e da fé, contudo “encarnam” a personagem naquele momento (sexta-feira da Paixão) e posteriormente “desprendem-se” dela. Enquanto o discurso do sacerdote, proferido minutos antes da encenação, reforça que o teatro deve ter um efeito de transformação na vida dos atores, ao mesmo tempo que ressalta a importância litúrgica da festa da Páscoa, sem a qual a morte de Cristo não faria sentido. Há uma força de identificação na dor e sofrimento vividos por Jesus que é encarado com respeito e como uma necessidade de mudança de postura para bem representar a Paixão, mas que não encontra sentido na racionalização teológica defendida pelo padre.

As letras dos “louvores”, contudo, reafirmavam a reflexão acerca da adequação da linguagem “evangélica” no presídio por meio da música, algo que as canções litúrgicas católicas, usadas em missas e em celebrações litúrgicas, não conseguem efetuar.

O “louvor” é uma expressão nativa e se refere especificamente à música “evangélica”. A música foi muito valorizada como instrumento de propagação de ensinamentos protestantes.

Lutero compôs canções em alemão em substituição aos coros em latim, próprios da Igreja Católica, no período da Reforma Protestante, afim de transmitir conteúdos de fé. E, incorporando ritmos populares como meio de divulgação da mensagem religiosa. (RECK, 2011)

Segundo Reck (2011), criou-se no Brasil, a partir de 1990, uma cultura gospel. Com isso a expansão de um segmento fonográfico evangélico em 1990, com ritmos variados como funk, rap, pop e o rock. Portanto, o diferencial do “louvor” era a sua letra, com conteúdos religiosos. “Constatou-se que, entre os anos de 1990 e 2000, o segmento evangélico cresceu 70,7%” (DE PAULA, 2012. p. 144).

A produção fonográfica gospel está disseminada entre as rádios, canais de TV e conta com gravadoras evangélicas, que produzem e divulgam amplamente os “louvores”. Mas, mesmo pessoas “não-evangélicas” têm acesso facilitado aos mesmos por meio das mídias, da internet e até nos canais televisivos abertos. Uma pesquisa divulgada pelo site “Terra”⁴⁵ em junho de 2020 mostra que o consumo de música gospel aumentou em 200% durante a pandemia.

Contudo, vale ressaltar, que embora seja acentuadamente relevante o crescimento da indústria fonográfica gospel e o alcance de suas produções, não é isto que sublinho nesta análise, senão o fato de que suas letras trazem maior proximidade com a situação de privação de liberdade vivida pelas mulheres e por meio da fé e da religião.

As temáticas abordadas nas letras dos louvores cantados pelas detentas e transcritos neste bloco mostram essa proximidade. Nos versos da canção “Volte a sonhar”, de Elaine Martins (2016), diz: “Se deu tudo errado pra você/ Se está no leito do hospital ou no chão de uma prisão (...) Deus é o Senhor do tempo e Ele ainda realiza sonhos. Volte a sonhar!”

A cantora Elaine Martins⁴⁶ fez parte da Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD) do Pastor Marcos Pereira, líder religioso que já foi preso e que ficou famoso por pregar em presídios e resgatar jovens jurados de morte pelo tráfico. Elaine participou por 18 anos desta congregação religiosa. Seu irmão, Leandro, era traficante e foi assassinado. Seu esposo, Oseas, era dependente químico e eles se conheceram no centro de reabilitação que Elaine trabalhava como missionária. Atualmente a cantora participa da Assembleia de Deus de Madureira e

⁴⁵A matéria na íntegra pode ser consultada no site: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/consumo-de-musica-gospel-mundial-cresce-no-periodo-da-pandemia-que-assola-o-mundo,4ad51e73932e7b8d8f8de618049ca17bxrjkeyrg.html>

⁴⁶A biografia da cantora pode ser vista no site: <https://www.letras.com.br/elaine-martins/biografia>

continua desenvolvendo trabalhos missionários em comunidades e em presídios cariocas. Numa entrevista concedida a um site “evangélico” em 2019⁴⁷, Elaine disse:

Eu sempre me lembro da minha raiz: eu vim da favela do Complexo do Alemão, eu perdi um irmão no tráfico de drogas quando eu tinha 17 anos. Eu sofri muito, eu chorei muito. Eu faço muitos trabalhos nas comunidades e há uma identificação porque eu vim da favela. Eu sei o que é correr de bala perdida, o que é entrar na casa de qualquer pessoa quando a polícia aparece, ficar atrás de um poste tentando se esconder...

O louvor “Tudo por Você” é interpretado por Cristina Mel, carioca da Tijuca e a única cantora gospel indicada três vezes ao Grammy Latino. Um trecho da letra diz:

“com lágrimas nos olhos você ora e soluçando a Deus implora forças pra sobreviver (...). E por você Deus estremece terra/ Quebra as cadeias pra te libertar/ Deus entra em cena contra o inimigo e mostra que contigo Ele sempre está/ Quem toca em você está tocando em Deus/ Quem vier te ofender com Deus vai ter que guerrear” (CRISTINA MEL, 1991).

Os dois louvores trazem em sua letra as palavras: prisão e cadeia. Segundo a dissertação em psicologia social na PUC-SP de Andery (2012), desenvolvida a partir do relato de presidiários do Presídio Militar Romão Gomes (SP), os louvores “dão sentido a muitos pensamentos relacionados ao momento em que estão, levando forças e mostrando que a crença no sobrenatural pode ajudá-los.”

Nos versos ressaltados, fica claro o cenário de batalha espiritual (Mariz, 1999). Volta a imagem do Deus do Antigo Testamento, que é “senhor dos exércitos” e que promove guerras para defender os que são escolhidos por ele. O “inimigo” é o oponente, o que está do “lado errado da batalha”. Inimigo é também sinônimo de demônio. Ou seja, elas precisam lutar contra o demônio.

Para os pentecostais, os traficantes seriam agentes a serviço do Demônio: usam e vendem drogas, agem violentamente com as pessoas, matam, vestem-se de modo considerado indecente, escutam músicas que falam de drogas, crime e sexo. Para os pentecostais, essas seriam evidências de que os traficantes estão do lado do diabo na batalha espiritual (TEIXEIRA, 2015. p.128).

Para Teixeira (2015) os pentecostais acreditam que a “saída do crime” se dá tão somente pela profissão de fé em Jesus Cristo, aderindo às normas religiosas, tais como proibição em frequentar bailes funks, ao uso de bebidas alcoólicas, entre outras, buscando um afastamento das “tentações”. Assim, para os pentecostais, o trabalho e os estudos podem colaborar para a

⁴⁷ A entrevista pode ser conferida no site: <https://pleno.news/fe/elaine-martins-revela-como-superou-a-morte-de-2-filhos-e-do-irmao-de-19-anos.html>

saída do crime, mas não são responsáveis pela ressocialização, apenas a crença e a vida santificada levariam a essa transformação.

Contudo, é relevante no (neo)pentecostalismo, a manutenção da ação criminosa e da identificação religiosa. Quando acompanhei por cinco anos uma “instituição de cumprimento de medidas socioeducativas” na Baixada Fluminense e produzi minha monografia a partir desse campo de pesquisa, pude constatar que o Estado era entendido como mecanismo de apreensão e punição, sendo percebido como o “lado errado” dessa batalha, aquele que devia ser combatido. Os adolescentes em conflito com a lei preservavam a sua relação religiosa e também a prática delituosa.

“Conforme conclusões de Vital da Cunha (2014), os traficantes se utilizam de símbolos religiosos, cantam canções evangélicas e respeitam sinais que representam a fé, sem contudo, deixarem o tráfico, ainda que especialmente para evangélicos a batalha entre o “mundo” e as “coisas de Deus” seja o paradigma para pentecostais, afim de que se vençam o “mundo”. Há, portanto, não um dualismo antagônico, mas um paradoxo entre duas vertentes vistas como opostas – a fé e o delito” (SILVA, 2017, p 19).

Com isso, não nego o que foi citado por Teixeira (2015), apenas amplio a análise trazendo outro dado relevante. Não é apenas a conversão uma linguagem vital (neo)pentecostal, pois muitas pessoas relacionadas a facções criminosas e praticantes de atividades delituosas e criminosas, em situação de privação de liberdade ou não, reivindicam para si sua identidade religiosa e, muitas vezes a mesma é reconhecida comunitariamente ou até mesmo institucionalmente. Nesta circunstância atribuem o “mal” não à atividade criminosa, senão ao que reconhecem como o Estado.

A cultura do “louvor“ evidencia o grau de integração ao cotidiano dos fiéis, assim essas igrejas se caracterizam pelo que tem sido chamado na teologia cristã de inculturação. Para atingir o maior número de pessoas e difundir essa linguagem religiosa, os ritmos profanos são utilizados, privilegiando religiosamente a mensagem que o “louvor” traz. Essa observação acima corrobora a conclusão de Robbins acerca da maleabilidade linguagem pentecostal no que tange a relação Transcendental e Mundano.

Quanto mais me concentro no pentecostalismo, portanto, maior a probabilidade de eu chegar a questões de algum interesse para as pessoas que pesquisam os cristãos em quase qualquer parte do planeta. E, finalmente, no que diz respeito ao tema da maleabilidade da relação transcendente/ mundano, pode-se argumentar que os pentecostais dão, internamente, uma ventilação maior a esse aspecto que outras formas de cristianismo (ROBBINS, 2011).

Uma das orientações do IGMR com relação à adequação cultural dos ritos aponta para uma possibilidade escassa e a ser feita com muita cautela. O grifo do trecho é original do documento.

A norma estabelecida pelo II Concílio do Vaticano, segundo a qual as inovações na reforma litúrgica só se devem fazer se o exigir uma verdadeira e certa utilidade da Igreja, e procurando que as novas formas como que cresçam organicamente das que já existem[156], também deve aplicar-se à inculturação do Rito Romano[157]. **Além disso a inculturação precisa de bastante tempo, para não contaminar repentina e incautamente a autêntica tradição litúrgica.** Por fim, a procura da inculturação não pretende de modo algum a criação de novas famílias rituais, mas sim responder às exigências de determinada cultura, de tal modo, porém, que as adaptações introduzidas, quer no Missal quer nos outros livros litúrgicos, não sejam prejudiciais à índole própria do Rito Romano[158]. (IGMR, n. 398).

Ainda, segundo as orientações da IGMR, o “canto litúrgico” deve tratar de cada momento do rito católico. Seguindo essa ordem: “Canto de Entrada”, “Canto de Perdão”, “Canto de Louvor ou de Ação de Graças”, “Canto de Ofertório”, “Canto de Comunhão” e “Canto Final”.

Essa sequência musical possui um percurso simbólico catequético que pretende conduzir o devoto ao sentido dogmático de cada momento ritual. E estabelece um envolvimento emocional e cognitivo do participante com o rito, por meio dos “cantos litúrgicos” e de fórmulas orantes que se repetem a cada missa. Lima (2019), ao analisar a novena em homenagem à Santa Rita de Cássia, numa Igreja do centro do Rio de Janeiro, constata que existe uma fórmula a ser seguida durante os nove dias e que se repete, sendo diferente apenas no primeiro e no último dias.

A novena de Santa Rita, como podemos perceber, compreende atos, textos, gestos, sons, cores e cheiros, elementos paradigmáticos que, ao serem analisados em sua forma, sequência e conteúdo, vão ganhando significados particulares, relacionados a um contexto mais amplo, o da relação com o santo (LIMA, 2019).

Segundo a autora, o que muda é a entonação vocal do padre que preside a novena, motivando maior ou menor efusão dos devotos. Contudo, sem alteração das fórmulas e do propósito, que é estabelecer essa relação com o santo. Os “cantos litúrgicos”, ainda que entoados no presídio e fora da missa, mantém o seu propósito, que é catequético e de levar o ouvinte à meditar sobre aquele momento ritual e não a refletir sobre seus dilemas, e questões subjetivas. O documento da Igreja Católica para a liturgia, Sacrossantum Concilium (SC), define canto litúrgico como:

“A Igreja reconhece como canto próprio da liturgia romana o canto gregoriano; terá este, por isso, na ação litúrgica, em igualdade de circunstâncias, o primeiro lugar. Não se excluem todos os outros gêneros de música sacra, mormente a polifonia, na celebração dos Ofícios divinos, desde que estejam em harmonia com o espírito da ação litúrgica” (SC n. 116).

Cada canto possui elementos na letra que colaboram para a meditação sobre aquele momento específico do rito. Portanto, o “Canto de Perdão” por exemplo, traz em sua letra o arrependimento do pecador que quer ser perdoado. Há momentos de sentar e de levantar durante a missa, e durante a comunhão há o momento de se ajoelhar. Esses “passos” do ritual só fazem sentido para quem é católico e está familiarizado com os códigos religiosos específicos.

A missa católica, de certa forma, reforça o poder da hierarquia porque ela só pode ser presidida pelo padre. As “celebrações eucarísticas” seguem o mesmo rito da missa, exceto o da transubstanciação, onde a hóstia torna-se corpo de Cristo pelas mãos do padre. Elas podem ser presididas por “ministros extraordinário da comunhão”, membros da Igreja Católica que passam por uma formação extensa e precisam ser legitimados em votação pela assembleia dos membros daquela igreja.

Outras características são a submissão e o silêncio. Não somente o chefe, nos ritos agora examinados, mas também os neófitos, em muitos rites de passage, devem submeter-se a uma autoridade que nada mais é senão a da comunidade total. Esta comunidade é depositária da gama completa dos valores da cultura, normas, atitudes, sentimentos e relações. Seus representantes, nos diversos ritos - e podem variar, de ritual a ritual - representam a autoridade genérica da tradição (TURNER, 1974, p. 126-127).

Os cultos “evangélicos” não seguem um rito universal. As leituras bíblicas também são escolhidas espontaneamente, enquanto que no ritual católico as leituras seguem um mesmo cronograma no mundo inteiro e os cantos são indicados num folheto que orienta as igrejas da mesma região eclesial.

Concluo, portanto, que a música, seja o “louvor” pentecostal e o “canto litúrgico” católico, revela essas linguagens distintas. A análise das músicas possibilitou concluir também que os “louvores” expressam situações que geram identificação com a realidade de privação de liberdade ao qual as mulheres estão submetidas. O que faz com que elas queiram “louvar, padre!” e não participar da missa. Menos por convicção religiosa e mais pelo sentido de aproximação.

3.4 Problemas Espirituais ou psicológicos?

A relação entre doenças mentais e experiência religiosa é bastante antiga. A bíblia contém vários relatos de possíveis surtos psicóticos que são lidos como possessões demoníacas. No século XIX Sigmund Freud relaciona a crença religiosa e saúde mental como inversamente proporcionais. Atualmente pesquisas ainda reforçam essa relação. “crenças, práticas e experiências religiosas influenciam a apresentação clínica, avaliação, curso e evolução de transtornos mentais com psicose.” (Koenig, 2007)

Para aprofundar a discussão sobre as diferenças entre ideologia da linguagem pentecostal e católica da Pastoral Carcerária, passo agora a comentar as experiências que tivemos durante a assistência religiosa com relatos de “problemas espirituais” que podem ser lidos como doenças mentais. Seguirei a ordem cronológica.

Dia 17 de julho de 2019 - Fizemos a assistência religiosa na capela que fica no térreo, Dona Maria Célia e eu. Essa “capela” é usada pelas Igrejas Evangélicas, tendo sido construída pela Igreja Universal do Reino de Deus e que deveria ser usada por qualquer denominação religiosa, contudo é muito raro a Igreja Católica fazer uso daquela capela. Quando solicitado, se impõe alguns problemas pelas agentes carcerárias, como a necessidade de uma delas ter que ficar vigiando, pois é ao lado do muro que dá acesso para a rua.

Naquele dia haviam nos dispensado sob a justificativa de que iriam fazer “procedimento geral nas detentas”, onde é feito procedimento de revista às presas nuas e nas suas celas. Fomos avisadas que deveríamos voltar para casa. Dona Maria Célia ligou para o Pe. Roberto, coordenador da Pastoral Carcerária do Rio de Janeiro, e este pediu para falar com a diretora do presídio, pois a mesma coisa já havia acontecido outras duas vezes, e, ele mesmo havia confirmado no dia anterior que haveria a assistência religiosa católica com a diretora. Então, depois de esperarmos uns vinte minutos, a subdiretora pediu que descessem as internas da cela “Acesso 1”. E, fizemos a assistência religiosa num clima um tanto pesado e conflituoso.

Desceram umas 10 internas, jovens e de meia idade. Duas internas relataram já terem ouvido vozes pedindo que uma enforcasse a outra. Elas afirmaram ver uma mulher de preto diante da cama e que “este espírito” que mandava uma matar a outra, elas viram em momentos distintos e isso fazia com que se desentendessem muito e chegassem ao ponto de uma atentar contra a vida da outra. Segundo elas, era uma “perturbação espiritual”, e o pastor mandou que repreendessem em nome de Jesus. Elas fizeram conforme o pastor pediu e “acabou a tribulação do demônio”.

Enquanto ouvíamos o relato delas, nós, Dona Maria Célia e eu, nos preocupamos em saber se estavam medicadas e sendo acompanhadas por psicólogo e/ou psiquiatra. Eu perguntei se tinham como pedir assistência psiquiátrica ou psicológica, se tomavam algum medicamento, o que poderíamos fazer para garantir o atendimento médico à elas. E elas disseram que nem em casos graves conseguiam atendimento, quanto mais atendimento regular. Mas, que aquilo já havia passado e que haviam sido curadas por Jesus.

Logo, o discurso que tivemos não era tangível e nem coincidia com a realidade vigente que demonstra claramente a dificuldade que possuem de receber atendimento médico especializado, a despeito das solicitações das presidiárias. Uma atitude individual, a de repreender os espíritos malignos, aliás, espíritos malignos femininos, lhes parecia muito mais eficaz e funcional, e conseguiu responder ao problema que enfrentavam.

A mesma coisa se deu com Jéssica, que no dia 16 de outubro de 2019, veio participar da assistência religiosa com os braços cortados. As agentes carcerárias acabavam de tirar de suas mãos uma lâmina de depilar. Ela se aproximou de mim e disse: “Ouço vozes, ‘surto’. Eu tenho ‘problemas espirituais!’ Faz uma oração em mim!”. Ela pedia oração. Eu fiz, mas perguntei se estava medicada e sendo acompanhada por um psiquiatra, mas não estava. E as demais detentas confirmaram. Jéssica estava a uma semana de ganhar a liberdade. Ela tem cinco filhos, quatro meninas e um menino.

A palavra “surto” é muito usada pelas mulheres, como momento de descontrole racional. Os “surto” são narrados como uma “perturbação espiritual”, atribuída ao demônio. Essa vinculação entre religião e medicina, doenças psicológicas e demônio possuem raízes históricas.

A medicina, a magia e a religião estavam de tal maneira tão envolvidas que às vezes se confundiam. A influência religiosa era grande, e a medicina exercida por sacerdotes. As doenças psicológicas e mentais eram atribuídas ao demônio. O motivo que levava os judeus a atribuírem as doenças mentais e psicológicas aos demônios vinha das tradições antigas com raízes na Babilônia e no Egito. Na Mesopotâmia, as doenças eram produtos de demônios, monstros e seres maus. Os judeus absorveram esta forma de crer “atribuindo a doença ao demônio e a cura a Deus” (SCHIAVO; SILVA, 2000, p. 42).

Essa relação entre religião e a possibilidade de desenvolvimento de doenças psíquicas permanece com o advento da psicanálise e as ideias defendidas por Freud, que acreditava que a religião causava sintomas neuróticos e até mesmo sintomas psicóticos, isto porque ela é altamente reguladora dos corpos e da libido e esta coerção sexual desenvolveria tais doenças. A cultura e a religião juntas desempenham esse papel regulatório e que geram problemas psíquicos.

"Religião seria assim a neurose obsessiva universal da humanidade... A ser correta essa conceituação, o afastamento da religião está fadado a ocorrer com a fatal inevitabilidade de um processo de crescimento... Se, por um lado, a religião traz consigo restrições obsessivas, exatamente como, em um indivíduo, faz a neurose obsessiva, por outro, ela abrange um sistema de ilusões plenas de desejo com um repúdio da realidade, tal como não encontramos, em forma isolada, em parte alguma senão na amênia, em um estado de confusão alucinatória beatífica..." (FREUD, 2010, p. 49).

Se a religião é ressaltada por Freud como desenvolvedora de doenças psíquicas, para Durkheim, a sociologia, por meio de fenômenos sociais e históricos, analisa questões que antes eram percebidas como exclusivas do campo da psicologia e psicanálise, como o suicídio. A obra "Suicídio" teve sua primeira publicação em 1897. A partir daí se tem uma nova compreensão, o sociólogo que estruturava a disciplina como independente, apontava com dados e pesquisas bem fundamentadas que situações sociais levavam indivíduos ao suicídio. Com isso, avançamos ao longo dos anos, por meio de pesquisas contemporâneas no campo da antropologia e sociologia, compreendendo que fatores sociais como desigualdade social, privação de direitos, violência e outros, impactam diretamente na saúde física e mental das pessoas⁴⁸.

As prisões brasileiras são marcadas por um conjunto de carências de natureza estrutural e processual que afetam de forma direta os resultados produzidos em relação à pretendida ressocialização dos reclusos e à sua saúde. Estudos mostram que aspectos como ócio, superlotação, pouca quantidade de profissionais dedicados à saúde, ao serviço social e à educação, além de arquitetura precária e ambiente insalubre, alimentam o estigma e atuam como potencializadores de diferentes iniquidades e enfermidades. Investigações consideram que os prisioneiros possuem taxas mais elevadas de transtornos mentais, quando comparados com a comunidade em geral. São encontradas estimativas entre 10 e 15% para a doença mental grave entre os presos em comparação com o constatado na população geral, que é de 2% (CONSTANTINO et al, 2016, n.p).

Portanto, a condição social, a que são submetidas as pessoas encarceradas, impacta diretamente em sua saúde mental. Ademais, são mulheres em privação de liberdade, o que traz peculiaridades na análise. No Brasil as mulheres consomem 48% mais psicofármacos que homens (FRANCISCO E BARROS, 2017).

"(...) muitas vezes, as mulheres que buscam os serviços de saúde em busca de medicação têm demandas graves de emprego, moradia, salário justo, educação, assim

⁴⁸ DAS, Veena. "Tecnologias del yo. La pobreza y la salud en un entorno urbano". In: Veena Das: Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad / ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008. BIEHL, João. Vita: life in a zone of social abandonment. Berkeley: University of California Press. (Vita), 2013. MENEZES, Rachel Aisengart. Díficeis Decisões: etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

como procuram o setor médico com queixas relativas a conflitos cotidianos e familiares. Em muitos casos, a medicação acaba sendo uma resposta rápida e superficial até mesmo a sofrimentos vinculados ao racismo (RABELO, 2011, n.p).

O sofrimento imposto às mulheres numa estrutura social patriarcal lhes custa sua saúde mental e isto se agrava no ambiente prisional. Estes relatos, contudo, são menosprezados. Conforme as detentas afirmam, dificilmente conseguem atendimento médico para emergências, para “isso,então...”.

Para ginecologistas e obstetras, entrevistados por Gilbert et al. (2006), as mulheres utilizariam dos sofrimentos mentais ou “adoeceriam” o próprio corpo para fugir de obrigações sociais e familiares ou mesmo como simulação a fim de se obter atenção (PEREIRA, 2019, n.p).

Com isso vemos uma deslegitimação do sofrimento feminino, percebido como subterfúgio para se ausentar de suas “responsabilidades”. Os corpos femininos foram diagnosticados como “corpos histéricos” na psicanálise. Embora a escuta da mulher tenha sido considerada, a patologização dos dilemas sociais vividos pela mulher era o caminho encontrado na análise terapêutica. A histeria não era um diagnóstico exclusivo das mulheres, mas raramente atribuído a homens. Mulheres que questionavam seu papel social de cuidadora doméstica eram associadas à esta patologia. A repressão sexual e de sua espontaneidade no ambiente social, bem como abusos sexuais na infância eram razões que geravam tal adoecimento mental. Especialmente este último. “Uma experiência sexual passiva antes da puberdade: eis, portanto, a etiologia específica da histeria.” (FREUD, 1996, p. 143).

Portanto, a repressão sexual, traumas relacionados a abusos sexuais e a recusa ou o questionamento ao papel social feminino, proporcionava a perda da saúde mental das mulheres. E, como apontado no capítulo I, o discurso religioso pautava-se na ideia de que mulheres criminosas eram aquelas que fugiram da sua “vocação” ao cuidado familiar e doméstico e por isso “caíram” na criminalidade, sendo passíveis de recuperação por meio de ensinamentos sobre cuidados com a casa que eram lecionados por freiras que administravam o primeiro presídio feminino do Brasil. A prática da Igreja Católica reforçava a expectativa social sobre as mulheres.

Essa disputa de narrativas sobre o corpo e a psique feminina aponta para uma relação de poder em que mulheres são minorias e as que vivem em situação de privação de liberdade estão em desvantagem maior. Com isso, concluo que a garantia de direitos, a dignidade para cumprir a pena no sistema carcerário e a mudança da cultura patriarcal são os verdadeiros “antídotos” para a manutenção da qualidade de vida e da saúde física e mental destas mulheres.

No entanto, a linguagem católica, inclusive reproduzida por mim, ao lidar com os relatos de “surto”, apresentou uma “solução” pragmática voltada à medicalização para atenuar a dor e o sofrimento delas. Apresentando uma “saída” a partir de uma perspectiva científica médica, a do atendimento psicológico e/ou psiquiátrico, cujo acesso lhes é dificultado.

A linguagem (neo)pentecostal atribuiu as doenças psíquicas às perturbações demoníacas. Os demônios causadores das perturbações-poderiam ser expulsos sob a autoridade do nome de Jesus. A expulsão do demônio afastaria temporariamente aquele mal que as assolava. No entanto, só uma vida renovada na fé e afastada de “imoralidades” que as tornariam pessoas curadas radicalmente, conforme Teixeira (2015).

Concluo, portanto, que a linguagem (neo)pentecostal no que tange às doenças mentais, oferece uma “resolução” no ambiente prisional que é viável às presas, por ser individualizada e independente da intervenção profissional. Contribui na manutenção da disciplina e propaga sua linguagem religiosa de caráter mágico.

3.5 As “Marias do Cárcere”: identificações das encarceradas com Maria

Foi assim o nascimento de Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava prometida em casamento a José, mas, antes que se unissem, achou-se grávida pelo Espírito Santo. (Mt, 1:18)

Jane, aos prantos, me pedia que rezasse pelo filho dela. Ela não sabia onde ele estava. Seu filho ficou sob os cuidados do marido e, quando ela evadiu do sistema carcerário e ficou foragida, foi em busca do esposo e do filho, mas eles não estavam mais na casa. E ela não tem o paradeiro deles. Prenderam-na novamente e ela só falava na esperança de achar seu filho. Jane compõe “louvores”, canta e no seu cantar, saem sons e lágrimas misturados. Ser mãe é o que parecia mais importante na vida de Jane.

A maternidade é também a identidade mais preponderante atribuída à Maria de Nazaré, figura bíblica diretamente associada a seu filho. Lucas evangelista conta a aflição materna de Maria quando perde Jesus, que tinha 12 anos à época, numa caravana religiosa que voltava do Templo de Jerusalém durante a festa da Páscoa (Lc, 2, 41-52).

Uma das histórias que ouvi foi a de Bel, este nome foi escolhido por ela mesma, que gostaria de se chamar desta maneira. Bel teve sua filha retirada do seu convívio com apenas 2 meses de vida e relatou que desde então sofria perda de sono e indisposição. Segundo ela “não tinha ânimo para nada”. E o seu viver se resumia na esperança de voltar para a sua filha, que estava sob os cuidados da tia. Bel estava presa após traficar para “ajudar” seu marido e dizia que sua mãe se envergonhava e por isso não recebia visitas dela. Vários relatos como os de Bel, me fizeram compreender que elas se vêem mães, talvez como o único vínculo afetivo perene que possuem, pois não esperam compreensão e amor advindo de suas mães para com elas.

Cabe ressaltar que muitas mulheres no sistema prisional têm suas filhas e filhos apartados antes do período constitucional legal de 6 meses. Isto sob a alegação que o presídio não é ambiente oportuno para uma criança. Ao invés de proporcionarem melhorias para a permanência da criança com sua mãe, preferem privar as mães do convívio com seus filhos. Conforme a lei nº 11.942 de 2009 no seu artigo 83, inciso 2º, diz: “Os estabelecimentos penais destinados à mulher serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo até 06 meses de idade.”

Maria e as Marias do Cárcere é o nome do livro publicado pela editora Paulus (2018) e escrito por lideranças da Pastoral Carcerária Nacional, que relaciona a Maria bíblica às mulheres encarceradas. A Maria de Nazaré é apresentada como uma mulher pobre, migrante e mãe. Padre Valdir João Silveira, então coordenador da PCR, apresenta o livro afirmando que as mulheres encarceradas vivem em situação de maior precariedade, negação de direitos básicos e insalubridade se comparada com a realidade dos presídios masculinos.

É bastante relevante analisar que a Pastoral Penal quando surgiu em 1972 atendia apenas homens encarcerados. E somente em 1997 começa a atender mulheres privadas de liberdade, ou seja, 25 anos depois, conforme dados do livro acima citado.

Padre Valdir Siqueira expõe já nas primeiras páginas a primeira denúncia feita pela Pastoral Carcerária acerca da violência policial no presídio feminino de Santa Rosa do Viterbo - São Paulo, em 1997.

NOTA DE REPÚDIO. A Pastoral Carcerária Nacional, CNBB e Pastoral Carcerária Sul I da CNBB (correspondendo ao Estado de São Paulo) repudiam e denunciam a extrema violência e truculência, enfim desnecessárias, usadas pela polícia civil e militar mais uma vez, para “resolver” um problema corriqueiro de presas em Sta. Rosa do Viterbo – SP na semana retrasada. Em vez de calma, diálogo e raciocínio, foi a força bruta: jatos d’água, cassetetes, chutes e golpes por todo o lado contra 80 mulheres presas. O saldo foi que dezenas de mulheres foram muito machucadas: inclusive uma mulher grávida perdeu a criança por causa dos golpes e chutes que recebeu. Outra teve seu braço quebrado, e outra ainda levou 10 pontos na cabeça. Mais uma vez, concidadãs nossas, presas no momento, foram tratadas como animais (pior

que animais) por policiais despreparados. E o delegado diz nos jornais (FSP, 24-01-97, 3-8) que apenas algumas das moças foram “levemente machucadas”, dando a entender que perder uma criança é nada, e sofrer braço quebrado e cabeça rachada é menor ainda. São Paulo, 24 de janeiro de 1997.

Conforme explicitarei no capítulo primeiro, foi a busca pelo fim da tortura e da violência policial que motivou o surgimento da Pastoral Carcerária, que inicia sua ação pastoral entre homens. No presídio feminino a característica mais relevante entre as mulheres é a maternidade. As detentas com quem tive maior contato tinham entre 20 e 35 anos: todas elas mães. Apenas uma das que conversei tinha somente uma filha; as outras tinham dois ou mais filhos. A maternidade é marcante na história das mulheres encarceradas e na busca por sentido em suas vidas. Todas as internas dessa faixa etária diziam repetidas vezes o quão importante era para elas saberem que seus filhos estavam bem.

No país, as prisões femininas começam a ganhar maior relevo como objeto de pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais somente a partir dos anos 2000, apesar do estudo pioneiro da socióloga Julita Lemgruber, realizado no presídio feminino carioca Talavera Bruce, em 1976 (TEIXEIRA et OLIVEIRA, 2017).

Embora o interesse pelo tema “mulheres encarceradas” só tenha ganhado preponderância como objeto de pesquisa das Ciências Sociais nos anos 2000, a partir daí vimos uma expansão significativa de trabalhos acerca desta temática e, especialmente da maternidade e do encarceramento. A relevância da maternidade entre mulheres encarceradas está retratada em múltiplos trabalhos da base de dados da CAPES. O perfil dessas mulheres encarceradas comporta em si a identidade materna.

...integram grupos de vulnerabilidade e exclusão social: a maioria tem idade entre 20 e 35 anos, é chefe de família, possui em média mais de dois filhos menores de 18 anos, apresenta escolaridade baixa e conduta delituosa que se caracteriza pela menor gravidade (Relatório da CPI do Sistema Carcerário). Ainda vale destacar que a maioria das mães presas é formada por mães solteiras. 95% das mulheres presas foram vítimas de violência em algum momento de sua vida, quando criança, ou mais tarde, com um parceiro ou parceira íntima, ou ainda nas mãos da polícia no momento da prisão (PINTO et AL, 2011).

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁹ empreendida entre janeiro de 2013 e março de 2018, tendo sido publicada em 2018 no *Polycyaper – Encarceramento*

⁴⁹ A pesquisa pode ser verificada, na íntegra, através do link:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25741/Encarceramento%20feminino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Feminino pela diretoria de análise de políticas públicas DAPP FGV, 17% dos presídios brasileiros são mistos (masculino e feminino), enquanto que os presídios apenas voltados à população feminina especificamente, são 7%.

Com relação às condições para a maternidade no sistema prisional, a pesquisa revela que a presença de berçário e/ou centro de referência para mulheres nas unidades mistas era de 3%, e que, nos presídios específicos para mulheres, esse percentual era de 32%. Apenas 5% das unidades femininas afirmaram possuir creches. Em janeiro de 2018 eram 30 as mulheres gestantes no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro e 11 lactantes.

As mulheres que participam da assistência religiosa afirmam fazer de tudo para manter bom comportamento e suportam violências sem corresponderem violentamente, para que obtenham o direito à saída e poderem estar novamente com seus filhos.

Esses filhos tornam-se, com o passar do tempo, “filhos imaginários”, pois a grande maioria das detentas não recebe a visita deles. Segundo relatos, os familiares não querem que as crianças tenham nenhum contato com a mãe. A esperança de retomar o convívio com eles, porém, é o que mobiliza, segundo os relatos das detentas, uma postura de contenção, em vista de benefícios e de redução de pena por meio da remissão.

Das quatorze vezes que Maria é citada na bíblia, treze vezes ela é associada à maternidade. Uma das passagens do Novo Testamento diz: “Todos eles se reuniam sempre em oração, com as mulheres, inclusive Maria, a mãe de Jesus, e com os irmãos dele.” Atos dos Apóstolos 1:14. Essa passagem bíblica é usada por “evangélicos” para afirmar que Jesus teve irmãos, o que é alvo de polêmicas. Segundo a Igreja Católica, Maria era virgem, engravidou de Jesus por meio do Espírito Santo e permaneceu virgem até sua assunção aos céus. E, portanto, não teve outro filho além de dele. A exegese católica entende “irmãos” como parentes, conforme explica o site da Opus Dei:

Em relação a isso deve-se lembrar que em hebreu ou aramaico não existem termos específicos para designar o grau de parentesco e, portanto, todos os parentes são “irmãos”. A palavra grega que é traduzida por “irmão” *adelphos* aparece nos evangelhos (textos que refletem um mundo semita e não grego) com um significado muito amplo, pois inclui desde irmão de sangue (irmão de criação), cunhado, primo, tio.. a vizinho, discípulo... Em Gn 13,8, diz-se que Abraão e Lot eram irmãos, quando sabemos por outras informações que na realidade eram tio e sobrinho.

A dimensão moral da virgindade de Maria, reforçada pela ala conservadora, que é dogma da Igreja Católica, é ligada à retratação de uma mulher doce, silenciosa, pura e que sofre em silêncio é apresentada como modelo para as mulheres. Por outro lado, a Teologia da Libertação (TL) busca apresentar Maria como uma mulher corajosa, migrante, que denuncia as

injustiças (Lc 1, 39-56), bem como o livro *Marias do Cárcere* reproduz. Contudo, a TL não nega o dogma da Igreja Romana, embora não se atenha a ele.

Já nas Igrejas “Evangélicas”, que pouco falam de Maria, admitem que ela teve outros filhos e filhas, numa interpretação literal desses trechos bíblicos. Para essas igrejas, Deus poderia ter chamado outra mulher e por isso Maria não teria nada de especial.

Dona Luci me pediu uma camisa com a imagem de Maria, então outras mulheres também tiveram coragem de pedir. E eu me perguntava: por que mulheres do “Seguro”, que são, em sua maioria, da Igreja Universal do Reino de Deus, me pediam isso? Então formulei uma hipótese. As mulheres se reconhecem como mães, elas são sobretudo maternas. Elas sofrem a ausência dos filhos, elas sofrem com o encarceramento e precisam lidar com isso de maneira silenciosa, algumas delas viram algum de seus filhos presos ou assassinados; elas são “Marias do Cárcere”!

Esta imagem de Maria respeitada pelas mulheres encarceradas, contudo, parece flutuar entre o catolicismo e o (neo)pentecostalismo. Maria não é “qualquer uma”, também não é a figura de perfeição moral da Igreja Romana, está aproximada à imagem propagada pela linguagem católica no que tange à Teologia da Libertação. Parece fazer sentido que ela tenha tido vários filhos, o que é próprio da linguagem “evangélica” de maneira ampla. É uma mulher de coragem, mas que ao mesmo tempo sofre em silêncio. Talvez a percepção que tenham acerca de Maria seja o reflexo de cada uma delas.

Na tese de doutorado de Maria das Dores Campos Machado, a autora afirma a diferença entre o pentecostalismo católico e protestante a partir da figura de Maria. Portanto, católicos adotam a imagem de Maria como símbolo de sacralidade, enquanto protestantes recusariam essa imagem. Verifiquei, contudo, esse hibridismo que nubla essa separação.

É importante ressaltar que o papel da mulher nas Igrejas Evangélicas (neo)pentecostais está relacionado à mediação. Elas são responsáveis pela oração e pela “sustentação” de seus filhos e esposo, cabendo-lhes a tarefa de convertê-los e de mantê-los no “bom caminho” para que possam encontrar Jesus (BRIMAN, 1996).

Maria bíblica é mediadora, aquela que intercede pela humanidade junto a Jesus. De certa maneira, os papéis são assemelhados. O maior número de mulheres atendidas pela assistência religiosa católica tinha uma identificação maior com a Igreja Universal do Reino de Deus, de denominação neopentecostal. As Igrejas desta denominação dialogam com a cultura religiosa afro-católica.

Conforme vimos, a linguagem evangélica, embora compreenda sua pluralidade e partindo de generalizações, permite concluir que traz ao presídio uma força de sentido maior

que a linguagem católica, por tratar de temas cotidianos a partir de uma perspectiva religiosa. De acordo com Birman (1996), enquanto as Igrejas Evangélicas e as Religiões de Matriz Africana buscaram tratar de temas vinculados ao âmbito doméstico, o catolicismo da Teologia da Libertação afastou-se deles.

as comunidades de base teriam fracassado na sua conquista do povo exatamente porque se recusaram a tratar dos problemas relativos ao cotidiano das pessoas, o que não teria acontecido nem nos terreiros nem nas comunidades evangélicas. Ao contrário das CEBS, esses outros cultos dirigiram suas atividades ao atendimento das « aflições » do dia a dia, reconhecendo a legitimidade da religião como instrumento adequado para a gerência dos conflitos associados à esfera doméstica (BIRMAN, 1996, p. 08).

Apesar deste “fracasso” da Teologia da Libertação no que tange à aproximação das populações vulneráveis, a figura de Maria consegue alcançar maior acolhida entre as mulheres privadas de liberdade. Tratamos de mediação, maternidade, cotidiano e fé, temas que correspondem à busca das mulheres detentas no ambiente prisional.

As mulheres encarceradas driblam esse aspecto da linguagem do (neo)pentecostalismo sobre a não relevância da figura de Maria; ao mesmo tempo não identificam Maria como a expressão ideal de mulher pura e virgem da linguagem católica no que tange à Igreja Romana e nem completamente à figura secularizada apresentada pela Teologia da Libertação, optando por uma terceira via que lhes é peculiar. Numa linguagem relacional entre catolicismo e (neo)pentecostalismo.

CONCLUSÃO

Após um ano e seis meses em campo, a partir de junho de 2018 a dezembro de 2019, participando de formações da Pastoral Carcerária Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), bem como da assistência religiosa católica no presídio feminino Oscar Stevenson, me permito fazer apontamentos conclusivos. Entendo, que concluir não significa necessariamente finalizar um percurso, colocar ponto final definitivo, mas é apenas uma parada numa caminhada, assim se “encerra provisoriamente” esse trabalho.

Compreender a dinâmica da Igreja Católica como minoritária no presídio em relação aos (neo)pentecostais foi a problematização que conduziu o interesse central dessa dissertação.

Participar da Assembleia formativa da Pastoral Carcerária do Estado do Rio de Janeiro me possibilitou verificar que a formação católica tinha uma clara influência da Teologia da Libertação, que suas lideranças eram intelectualizadas, que havia dissonâncias entre alguns poucos agentes religiosos católicos de vertente tradicional e carismática e que as lideranças da PCR se apresentavam como uma pastoral em busca de “um mundo sem cárceres”⁵⁰ e em defesa dos Direitos Humanos. Nessa oportunidade pude ouvir os agentes religiosos católicos lamentarem a dificuldade encontrada para acessarem os presídios que, segundo eles, se dava justamente por sua identidade de combate à tortura e a negação de direitos fundamentais da população encarcerada.

A Comunidade Sementes do Verbo teve pouca presença na unidade prisional, ainda assim, somando-se à presença de alguns agentes religiosos carismáticos na Assembleia Formativa da Pastoral Carcerária, mesmo que seja um pequeno grupo, relativiza a unanimidade da PCR como uma pastoral da Teologia da Libertação.

À medida que acompanhava a assistência religiosa junto com D. Maria Célia, agente católica de vertente tradicional, percebi que o propósito apresentado na formação não se efetivava no cotidiano das mesmas. E que, seguir o roteiro da missa do domingo anterior, ensinar sobre sacramentos, explicar sobre os tempos litúrgicos e preparar as detentas para participarem de missas não eram propostas atrativas para as mulheres. Logo, a pouca

⁵⁰ Expressão que identifica a missão da Pastoral Carcerária e tema de várias publicações do órgão. Objetivo apresentado pelo site oficial da PCR, disponível em: <https://carceraria.org.br/>

participação se dava pela dinâmica dos encontros e não por uma possível perseguição à Igreja Católica por sua postura de defesa dos Direitos Humanos.

Isso se comprova a partir de setembro de 2019, com a chegada de padre Pablo e D. Petrócia, ambos com influência da Teologia da Libertação, que dinamizam a assistência religiosa e constroem espaços de fala ampliados às mulheres. Vimos então uma grande adesão por parte das internas, tendo em média vinte mulheres participando.

Todavia, a despeito da maior participação das mulheres, a dificuldade para adentrar o presídio permaneceu ao longo dos meses que estive lá. Pude presenciar a demora dos agentes carcerários para abrir o portão, o tempo que nos faziam esperar para entrar no local destinado à assistência religiosa, o cancelamento em cima da hora. Assim como relatos de agentes religiosos católicos em grupo de whatsapp sobre proibições à entrada de símbolos católicos e outros similares aos que expus. Outra questão relevante é que agentes carcerários objetivavam a “pacificação” do ambiente prisional por meio da ação das Igrejas, esse era um objetivo comum pretendido pelos mesmos.

A maioria dos agentes carcerários eram evangélicos (neo)pentecostais e o presídio recebia donativos destas Igrejas, bem como tinham um templo religioso construído com colaboração da IURD, que deveria ser usado para a assistência religiosa de todos os grupos religiosos. Mas, neste espaço pudemos adentrar apenas duas vezes, sob circunstâncias adversas. Por haver uma forte adesão às Igrejas (neo)pentecostais por parte da diretoria do presídio e dos agentes carcerários, bem como o auxílio material fornecido às unidades prisionais e a “pacificação” entre as detentas gerada por tais grupos, os agentes religiosos “evangélicos” são privilegiados nessa “correlação de forças”.

É interessante ressaltar que, embora católicos sejam minorias nos presídios, eles eram maioria nas formações promovidas pela SEAP e gozavam de boa relação com a equipe da Secretaria.

Além destas relações estabelecidas entre agentes religiosos católicos dentro do presídio e na SEAP, que configurava-nos como minoria desprestigiada de poder, se comparados aos (neo)pentecostais, havia a minoria em número de agentes religiosos disponíveis para a assistência religiosa no cárcere e estes tinham uma média de idade avançada. Como a assistência religiosa ocorre durante a semana em horário comercial, os aposentados têm maior possibilidade de participar.

Ademais, a “ideologia da linguagem” mostrou-se também como resposta à indagação central deste trabalho. A partir da análise de situações de campo, as linguagens religiosas

católica e (neo)pentecostal foram evidenciadas no que tange à psique, à musicalidade e à devoção.

Agentes religiosos católicos, ao ouvirem o relato de “surto” de duas detentas, preocuparam-se em indicar-lhes tratamento psiquiátrico; enquanto agentes “evangélicos” haviam recomendado a repreensão do demônio, entendido como o causador daquele mal. O que me fez concluir que a linguagem (neo)pentecostal com relação a este aspecto, tinha maior adesão por parte das mulheres, pois era algo mais possível de ser efetivado no ambiente prisional, enquanto que o atendimento psiquiátrico regular lhes é bastante dificultado.

Com relação à musicalidade, os “louvores” “evangélicos” e os “cantos litúrgicos” católicos demonstram as distintas linguagens religiosas. Enquanto os “louvores” geram uma aproximação com a realidade vivida pelas mulheres em privação de liberdade, trazendo em suas letras situações que se assemelham às enfrentadas por elas; os “cantos litúrgicos” objetivam tratar de cada momento ritual da missa ou de uma Celebração da Palavra. Portanto, as detentas estabelecem maior afinidade com a linguagem (neo)pentecostal na perspectiva musical.

As mulheres privadas de liberdade se reconhecem como mães, compreendendo que o único vínculo afetivo incondicional e perene que elas possuem é com seus filhos. E ancoram sua esperança de saírem do presídio no desejo de exercerem sua maternagem interrompida. Esse sentimento permite uma identificação com a figura de Maria, mãe de Jesus.

Com isso, a devoção mariana, linguagem religiosa católica, consegue se aproximar desta realidade particular das mulheres encarceradas. De modo que, a despeito de terem afinidades com a linguagem (neo)pentecostal em muitos aspectos, esse aspecto da linguagem católica gera identificação entre as detentas. Ainda assim, Maria é mediadora e religiosa, características evidenciadas no (neo)pentecostalismo como ideais a serem alcançados pelas mulheres.

Portanto, concluo que o fato de agentes católicos se posicionarem como minoria nos presídios cariocas se comparados aos evangélicos (neo)pentecostais se fundamenta no fato de agentes carcerários serem predominantemente evangélicos destas vertentes e gerarem interdições e inibições no acesso aos católicos e símbolos católicos no cárcere. Ressalto também que a identidade da Pastoral Carcerária está pautada na racionalização e humanismo que reforça um desencantamento, enquanto que as mulheres em privação de liberdade buscam uma linguagem mais religiosa e mágica. E que, ainda que a quantidade de detentas participando das atividades católicas tenha se assemelhando ao de participantes das atividades evangélicas, a Pastoral Carcerária tinha que considerar a linguagem (neo)pentecostal durante sua prática. As detentas demandavam por benção individual, louvores e interpretação religiosa de situações

enfrentadas no cárcere, visto que a linguagem evangélica pentecostal e neopentecostal conferia força de sentido ao que as mulheres privadas de liberdade viviam na prisão.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Carolina Rissoni. *Emancipação e Submissão por meio da Religião? Histórias de vida no Presídio da polícia Militar “Romão” Gomes*. Dissertação (Mestrado) - PUC -SP. São Paulo: 2012. 124 f. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18843/2/Maria%20Carolina%20Rissoni%20Andery.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2a ed revisada. - San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018. Libro digital, PDF.

ANPOCS. *Religiões em trânsitos: formação de territórios, redes, políticas, mídias e subjetividades*. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/spg-1/spg18-1/9304-a-prisao-e-condenacao-do-pastor-marcos-pereira-da-assembleia-de-deus-adud-perseguiacao-religiosa-abuso-sexual-e-prestigio-politico-no-discurso-das-bancadas-evangelicas-da-alerj-camara-e-senado/file>> Acesso em: 08 out. 2020.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006*. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006 – Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro> Acesso em: 19 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *Cadeia do Aljube*. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4816:cadeia-do-aljube&catid=201&Itemid=215> Acesso em: 09 jul. 2020.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. In: F. Teixeira e R. Menezes (orgs.). *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

BIRMAN, Patrícia. *Mediação feminina e identidades pentecostais*. *Cadernos pagu*, n. 6, p. 201-226, 1996.

CARNEIRO, Sandra Sá et al. (org). *Dispositivos Urbanos e Tramas dos Viventes*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL. *INSTRUÇÕES GERAIS DO MISSAL ROMANO*. 3ª Ed. Congregação para o Culto Divino. Roma, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/instrucao-geral-do-missal-romano-0562622.pdf> Acesso em: 29 nov. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documento da 32ª Assembleia Nacional dos Bispos do Brasil. Orientações para a celebração da Palavra de Deus – São Paulo, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/celebracao-da-palavra-documento-cnbb-n-52-0063028.pdf%20(1).pdf> Acesso em: 29 out. 2020.

CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone; PINTO, Liana. *O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil* Ciênc. saúde colet. 21 (7). Jun, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016> Acesso em: 13 jan. 2021.

CONSTITUIÇÃO CONCILIAR. *Sacrossantum Concilium Documento*. 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html> Acesso em: 19 nov. 2020.

COPQUE, Bárbara Andrea Silva. *Uma etnografia visual da maternidade na Penitenciária Talavera Bruce*. Tese de Doutorado. 2010. 303 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

DALVIM, Brenda Karolina Guedes. LIMA, Cátia Santos. *Criminalidade feminina, desestabilidade familiar e as várias faces do abandono*. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/11791-Texto%20do%20artigo-34413-1-10-20170408.pdf> Acesso: 02 mar. 2020.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

PAULA, Robson Rodrigues de. O mercado da música gospel no Brasil: aspectos organizacionais e estruturais. *Revista Uniabeu* v.5, n. 9, 2012.

SOUZA, Izautina Vasconcelos de; et al. Enfrentamento de problemas que impactam na saúde de uma comunidade socialmente vulnerável sob a ótica dos moradores. *Ciênc. saúde colet.* 24 (5). Maio, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123201824504392019>. Acesso em: 15.mar. 2020.

DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Disponível em:

<https://img.travessa.com.br/capitulo/CIVILIZACAO_BRASILEIRA/CADEIA_RELATO_SOBRE_MULHERES-9788520012642.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020.

_____. Mulheres na máquina do abandono: a escuta de Debora Diniz num presídio feminino. In: *Cadeia: relatos sobre mulheres*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIRETORIA DE ANÁLISES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Encarceramento Feminino*. 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25741/Encarceramento%20feminino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21 jun. 2000.

FOOTE WHYTE, William. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. ISSN: 1807 - 8214 *Revista Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 212-227 Disponível em: <<file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/22547-Texto%20do%20artigo%20SEM%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoria-44696-1-10-20150103.pdf>> Acesso em: 19 out. 2020.

FREITAS, Cláudia Regina Miranda de. O cárcere feminino: Do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. *Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen*. Belo Horizonte, v. 4, n. 4, 125-145, jan./dez. 2012, p.1. Disponível em: <<http://revistaarnaldo.costatecs.com.br/index.php/faculadadedireitoarnaldo/article/view/44/40>> Acesso em: 16 set. 2020.

FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão*. versão Pocket L&PM Editores. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.gruporedimunho.com.br/downloads/Freud_OFuturoDeUmaIlusao.pdf> Acesso em: 02 jan. 2020.

GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. EDITORIAL • *Relig. soc.* 40 (01) • Jan-Apr 2020. Scielo. Disponível em: < SciELO - Brasil - Minorias Religiosas: identidade e política em movimento Minorias Religiosas: identidade e política em movimento> Acesso em: 21.jun. 2021

HENNION, Antoine. Pragmática do Gosto. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, jan/jul, 2011, pp. 253-277. Disponível em: <artigo10_8.pdf (puc-rio.br)> Acesso em: 19 jun. 2021.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOBO, Edileuza Santana. *"Igrejas Atrás das Grades": Um estudo sobre a atuação de católicos e evangélicos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 2002. 63 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2002

_____. Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o “rebanho do senhor” nas prisões. *Debates do ner*, Porto Alegre, ano 6, n. 8, P. 73-85, jul./dez. 2005.

_____. Católicos e Evangélicos em prisões do Rio In: *Cadernos do ISER – Religiões e Prisões*. – nº 61. Ano 24. Rio de Janeiro, 2005.

KOENING, Harold G. Religião, espiritualidade e transtornos psicóticos *Rev. psiquiatria. clín.* vol.34 suppl.1 São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700013>> Acesso em: 03 fev. 2021.

LIMA, Raquel. “Santa Rita de Cássia, rogai por nós”: uma análise da novena de Santa Rita de Cássia no Rio de Janeiro. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v.39, n.1, jan./apr. 2019 Epub May 16, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872019000100060&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 17 set. 2020

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. 1ª ed. In: *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais*. Editora Autores Associados. 1. ed. ANPOCS, 1996.

MARIZ, CECÍLIA LORETO. *Cebs e pentecostalismo: novas reformas da religião popular no Brasil*. XV Encontro da ANPOCS, 1999.

_____. Religiões, Tradições, Modernidades: CEBS e Cultura Popular. *Comunicações do ISER* n. 44, 1993.

_____. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja? *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v. 3, n.1, p. 169-186, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2003.1.115>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. SOUZA, Carlos Henrique. Carismáticos e pentecostais: os limites das trocas ecumênicas. *Contemporânea*, v. 5 n. 2: Julho - Dezembro de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/348-797-1-SM.pdf> Acesso em: 06 maio 2020.

MAGALHÃES, Izabel. Linguagem e ideologia no discurso pentecostal. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 3, n.1, 1997. Disponível em: <LinguagemIdeologiaDiscursoPentecostal.pdf (unb.br)> Acesso em: 04 jul. 2020.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião da PUC- SP*, 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf> Acesso em: 17 jan. 2021

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO. *Há 42 anos, resistências e repetições de violações nas prisões do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://mecanismorj.com.br/ha-42-anos-resistencias-e-repeticoes-de-violacoes-nas-prisoas-do-rio-de-janeiro/>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011> Acesso em: 08 set. 2020.

MICHELS, André. Histeria e feminilidade. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 4 n.1, Jun 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100003>> Acesso em: 23 jan. 2021.

MOREIRA, Manoel Messias da Silva. *Aspectos psicológicos na cura religiosa*. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, PUC-Goiás, 2006.

PARADA, Maurício (org). *Os historiadores clássicos da história*. vol. 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes; PUC-Rio, 2014.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Objetivos e Atividades*. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria#1541815130443-dd3b0bc0-b2a5>> Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. *A Pastoral Carcerária e a Luta por Justiça e Dignidade no Sistema Prisional Brasileiro* Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda%20Azevedo/Downloads/174584-Texto%20do%20artigo-433560-2-10-20200915.pdf> Acesso em: 04 abr. 2021.

_____. *Assistência Religiosa no Cárcere: Relatório sobre restrições ao trabalho da pastoral carcerária 2018*. Disponível em

<https://conselhodacomunidadecw.files.wordpress.com/2018/02/2018-02-20_relatrio_assistncia-religiosa.pdf> Acesso em: 08 jan. 2020.

PAULA, Francirene de Souza. *A clínica da histeria feminina e as mulheres contemporâneas*. 2007. Disponível em: <<http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Trabalhos/27.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2021.

PEREIRA, Edilson. *O Espírito da Comunidade: Passagens entre o mundo e o Sagrado na Canção Nova*. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Poder e Medo: os evangélicos na política e o combate à agenda feminista no Brasil. *Relig. soc.*, v. 33, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000100011>> 2013> Acesso em: 08 ago. 2020.

_____. O espírito da oração ou como carismáticos entram em contato com Deus. *Relig. soc.* v. 29, n.2, 2009. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0100-85872009000200004>> Acesso em: 05 maio 2020.

_____. *O Teatro da Religião: a Semana Santa em Ouro Preto vista através de seus personagens*. Tese (Doutorado) - PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Melissa de Oliveira. Psicofármacos e Mulheres brasileiras: sobre o que nos fala essa relação? Ciência, Psiquiatria e Justiça Social. *Boletim Mad in Brasil*, 2019. Disponível em: <<https://madinbrasil.org/2019/11/psicofarmacos-e-mulheres-brasileiras-sobre-o-que-nos-fala-essa-relacao/>> Acesso em: 26 jan. 2021.

PETER, Berger. *Os múltiplos Altares da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2017.

PINTO, Rosa Maria Ferreira et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc.*, n. 105, mar 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010 > Acesso em: 21 ago. 2020.

RECK, André Müller. *Práticas Musicais Cotidianas na Cultura Gospel : Um Estudo de Caso no Ministério de Louvor Somos Igreja*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6976/RECK%2c%20ANDRE%20MULLER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17jun. 2020.

ROBBINS, Joel. Transcendência e antropologia do cristianismo: linguagem, mudança e individualismo. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 11-31, 2011.

_____. Sobre alteridade e o sagrado em uma época de globalização. O “trans” em “transnacional” é o mesmo “trans” de “transcendente”? *Mana*, v. 14, n. 1, p. 119-139, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rs/v31n1/a02v31n1.pdf>> Acesso em: 13. Out. 2020.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Artigos Sociologias* (16). Scielo. Dez 2006. Disponível em: < SciELO - Brasil - As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira> Acesso em: 17 jul. 2020

SAMPAIO DE SOUZA, Monique Elba Marques de Carvalho. *As mulheres e o tráfico de drogas: linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil*. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado) - IDP/EDB, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2015.

SILVA, Fernanda Azevedo. *Os Meninos do Perigo: expressões de violência e masculinidade entre adolescentes evangélicos em conflito com a lei*. 2017. 49 f. Monografia - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOEIRO, Rachel Esteves et al. *Religião e transtornos mentais em pacientes internados em um hospital geral universitário* Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: <SciELO - Brasil - Religião e transtornos mentais em pacientes internados em um hospital geral universitário Religião e transtornos mentais em pacientes internados em um hospital geral universitário> Acesso em: 14 dez. 2020.

TEIXEIRA, Hilem Oliveira. Maternidade e encarceramento feminino: o estado da arte das pesquisas no Brasil. *Anpocs*, 2017 Disponível em:< <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-81/10571-maternidade-e-encarceramento-feminino-o-estado-da-arte-das-pesquisas-no-brasil/file>> Acesso em: 15 nov. 2020.

TURNER, Víctor W. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974. 245p.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres Artigos Originais. *Cad. saúde colet*, Rio de Janeiro , v. 21, n.4, 2013. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1414-462X2013000400015>> Acesso em: 19 fev. 2021.